

ANA LUISA A. CASTEL-BRANCO CARY

**A IMPORTÂNCIA DOS CURSOS EM REGIME PÓS –
LABORAL NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO**

**O CASO DOS CURSOS DE CONTABILIDADE E DE
FISCALIDADE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E
DO AVE**



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

PORTO 2006

ANA LUISA A. CASTEL-BRANCO CARY



**A IMPORTÂNCIA DOS CURSOS EM REGIME PÓS –
LABORAL NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO**

**O CASO DOS CURSOS DE CONTABILIDADE E DE FISCALIDADE
DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO GRAU
DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO E PLANIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO.**

**ELABORADA SOBRE A ORIENTAÇÃO DO PROF. DOUTOR JOSÉ
EDUARDO LOPES NUNES**

UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

PORTO 2006

Resumo

Nos últimos 30 anos a expansão do Ensino Superior foi um dos fenómenos sociais marcantes em Portugal. Esta expansão concretizou-se de três formas: novas Universidades Públicas; Ensino Politécnico Público; e aumento de idênticas Instituições Privadas.

Esta evolução alterou assim o panorama do Ensino Superior em Portugal, passando este sistema, inicialmente elitista, a um sistema de ensino de massas, com o aumento do número de alunos, docentes e estabelecimentos de ensino.

Acreditamos hoje que o Instituto Politécnico do Cavado e do Ave (IPCA), instituição localizada na região do Baixo Minho, caracterizada pela sua actividade económica, e pela juventude da sua população, é um factor determinante para o desenvolvimento da região através da sua actividade, da formação de recursos humanos, da difusão do conhecimento, da informação, e da inovação, que transmitem impulsos de crescimento para o tecido económico e social envolvente.

Numa sociedade caracterizada pela mudança, pela novidade e pela incerteza em que vivemos, o IPCA tem feito uma aposta de qualidade para acompanhar este processo de modernização procurando consolidar a sua imagem como Instituição de Ensino Superior em contexto regional, nacional e internacional.

Com este estudo pretendeu-se contribuir para apreciar a participação do IPCA, através dos seus Cursos funcionando em regime nocturno, no desenvolvimento do indivíduo, na análise da aceitabilidade dos seus diplomados, da tipologia de emprego, das expectativas e satisfação profissional e da adequabilidade das funções desempenhadas com as qualificações adquiridas.

Palavras – Chaves: Ensino Superior Politécnico; Contabilidade (regime nocturno); Fiscalidade (regime nocturno); Valorização profissional.

Abstract

In the last thirty years, the expansion of higher education was one of the most significant social phenomena in Portugal, which has been materialized in three ways: with new public universities, public polytechnic institutions, and the growth of identical private institutions.

This evolution altered the scenario of higher education in Portugal, which, considering the increased number of students, teachers and educational establishments, has moved from an elitist to a mass educational system.

We believe that the Institute Polytechnic of Cávado and Ave, an institution located in the Minho region and characterized by its economic activity and its young population, is a decisive factor towards the development of the region through its activity, in the training of its human resources, in the diffusion of knowledge, information and innovation which are key features to stimulating the economic and social environment in which it is involved.

In a society characterized by change, novelty and uncertainty, the Institute Polytechnic of Cávado and Ave (IPCA) keeps pace with this process, having quality as a priority and strengthening its image as a higher education institution in a regional, national and international context.

With this study we aim at contributing to analyse the participation of IPCA night courses in the development of the individual, the graduates acceptability, their expectations and professional satisfaction, the job's typology, as well as the suitability of the functions and qualifications acquired.

Key Words: Polytechnic Institutions; Night Courses, Human capital;

Dedicatória

Dedico este trabalho a meu Pai

Siglas e Abreviaturas

SIGLAS

A (Auto-estrada)

A-M.V.C. (Associação Municípios do Vale do Cávado)

ANACEU (Centro Universitário Nilton Lins)

APOTEC (Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade)

ARQPAIS (Consultores de Arquitectura Paisagística e Ambiente)

C.E. (Contabilidade Empresarial)

C.F.P. (Contabilidade e Finanças Públicas)

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

CEOS (Instituto de Investigações Sociológicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

CNASES (Conselho nacional para a Acção Social no Ensino Superior)

CNE (Conselho Nacional Educação)

DGTDU (Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano)

EN (Estrada Nacional)

ESE (Escola Superior de Educação)

ESEIG (Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão)

ESG (Escola Superior de Gestão)

ESMAE (Escola Superior de Música e das Artes e do Espectáculo)

EST (Escola Superior de Tecnologia)

ESTG (Escola Superior de Tecnologia e Gestão)

ESTGT (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar)

ESTGF (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras)

ESTSP (Escola Superior de Tecnologia da Saúde)

FORAL (Formação Dirigida às Autarquias Locais)

IC (Itinerário Complementar)

IP (Itinerário Principal)

IPCA (Instituto Politécnico do Cávado e do Ave)

IPP (Instituto Politécnico do Porto)

IPVC (Instituto Politécnico de Viana do Castelo)

ISCAP (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto)

ISE (Instituto Superior de Educação)

ISEP (Instituto Superior de Engenharia do Porto)

NIPE (Núcleo de Investigação em Políticas Económicas)

NUT (Nomenclatura de Unidade Territorial)

POCAL (Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais)

SA (Sociedade Anónima)

SESU (Secretaria do Ensino Superior)

SIG (Sistemas de Informação para a Gestão)

SPSS (Statiscal Packege for the Social Sciens)

TOC (Técnico Oficial de Contas)

U.C. (Unidades de Crédito)

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

ABREVIATURAS

abs (absoluto)

coord (coordenação)

ed. (editor)

org (organização)

p (página)

vol (volume)

pref (prefácio)

trad (tradução)

Lda (Limitada)

ÍNDICE TEMÁTICO

Índice Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição da Área Geográfica do Minho, segundo a Sub-Região	25
Gráfico 2 – Densidade Populacional 2001	30
Gráfico 3 – Empresas com Sede na Região	31
Gráfico 4 – Idades dos Inquiridos.....	79
Gráfico 5 – Estado Civil.....	80
Gráfico 6 – Via de Ensino Frequentado no Ensino Secundário	82
Gráfico 7 – Disciplina Específica	83
Gráfico 8 – Opção de Candidatura.....	84
Gráfico 9 – Escolha Curso na Instituição	85
Gráfico 10 – Opção pela Instituição	86
Gráfico 11 – Escolha do Curso	87
Gráfico 12 – Conclusão do Bacharelato em Contabilidade (regime nocturno) no tempo curricular mínimo (4 anos).....	87
Gráfico 13 – Conclusão do Bacharelato em Fiscalidade (regime nocturno) no Tempo Curricular Mínimo (4 anos)	88
Gráfico 14 – Conclusão da Licenciatura em Contabilidade (regime nocturno) no Tempo Curricular Mínimo (mais um ano pós - Bacharelato).....	88
Gráfico 15 – Conclusão da Licenciatura em Fiscalidade (regime nocturno) no Tempo Curricular Mínimo (mais um ano).....	89
Gráfico 16 – Motivo para a Não Conclusão Bacharelato e/ ou Licenciatura	90
Gráfico 17 – Formação Adicional	91
Gráfico 18 – Contacto com a Instituição.....	91
Gráfico 19 – Tipos de Contacto.....	92
Gráfico 20 – Mobilidade dos Inquiridos por Distrito.....	93

Gráfico 21 – Origem Geográfica dos Respondentes.....	93
Gráfico 22 – Profissão Exercida.....	97
Gráfico 23 – Tipo Jurídico da Organização.....	98
Gráfico 24 – Contrato de Trabalho.....	98
Gráfico 25 – Mobilidade dos Inquiridos a Nível do Emprego.....	99
Gráfico 26 – Satisfação Face ao Emprego.....	102
Gráfico 27 – Reconhecimento Valor Profissional.....	104
Gráfico 28 – Estabilidade de Emprego.....	108
Gráfico 29 – Adequação da Formação Académica com a Função Desempenhada ...	109
Gráfico 30 – Adequabilidade das Funções Desempenhadas às Competências Adquiridas.....	110
Gráfico 31 – Preparação Curso para a Vida Profissional.....	112

Índice Figuras

Figura 1 – Divisão por NUTS III.....	25
Figura 2 – Concelhos do Cávado (NUT III).....	26
Figura 3 – Rede Viária.....	27
Figura 4 – Pirâmide Etária Portugal e Norte, 2001.....	29

Índice Quadros

Quadro 1 – População Residente em 1991 e 2001, segundo os Grupos Etários.....	5
Quadro 2 – Variação da População Residente no Concelho de Barcelos e NUT III Cávado.....	28
Quadro 3 – Evolução da População Residente entre 1991 e 2001, segundo os Grupos Etários.....	28
Quadro 4 – Estrutura Etária da População do Concelho Barcelos.....	29
Quadro 5 – População Residente Empregada, por Ramos de Actividade.....	32
Quadro 6 – Taxa de Analfabetismo 1991/2001.....	33

Quadro 7 – População Residente, segundo o Nível de Ensino Atingido.....	34
Quadro 8 – Numero de Candidatos, por ano Lectivo aos Cursos IPCA.....	38
Quadro 9 – Sequência Cronológica da Entrada em Funcionamento dos Cursos	46
Quadro 10 – Sequência Cronológica da Entrada em Funcionamento dos Cursos	46
Quadro 11 – Sequência Cronológica da Entrada em Funcionamento dos Cursos	46
Quadro 12 – Resumo dos Sete Cursos.....	47
Quadro 13 – Cursos de Formação Inicial da EST	49
Quadro 14 – Plano de Estudo do Curso de Contabilidade (Regime nocturno) – 1º Ciclo	56
Quadro 15 – Plano de Estudo do Curso de Contabilidade (Regime nocturno) – 2º ciclo	57
Quadro 16 – Plano de Estudo do Curso de Fiscalidade (Regime nocturno) – 1º ciclo..	61
Quadro 17 – Plano de Estudo do Curso de Fiscalidade (Regime nocturno) – 2º ciclo..	62
Quadro 18 – Relação da População por Cursos	72
Quadro 19 – Relação da Amostra por Cursos	72
Quadro 20 – Motivos para a Manutenção de uma Actividade Profissional Fora da Área Científica de Formação.....	103
Quadro 21 – Motivos para Manter Profissão Não Adequada à Formação Adquirida..	110
Quadro 22 – Competências Especialmente Exigidas na Actividade Profissional.....	111

Sumário

Resumo	iv
Abstract	v
Dedicatória	vi
Siglas e Abreviaturas	vii
Agradecimentos	xvii
Nota Introdutória	2
Parte I. O ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO	8
1. A Génese	8
2. Consolidação Institucional	10
3. Rede de Ensino Superior Politécnico	13
Parte II. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INSERÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE (IPCA)	22
1. Posicionamento Estratégico da Região do Cávado	24
2. Evolução Demográfica	27
3. Evolução dos Sectores de Actividade Económica	31
4. População Residente Segundo Níveis de Instrução	32
5. A Oferta e a Procura de Formação	34
Parte III. O INSTITUTO POLITÉCNICO DO CAVADO E DO AVE	41
1. Evolução Histórica	41
1.1. O Instituto Politécnico do Cavado e do Ave	41
1.2. Evolução Histórica	42
1.3. Composição Estrutural	44
1.3.1 A Escola Superior de Gestão (ESG)	45
1.3.2 A Escola Superior de Tecnologia (EST)	48

Parte IV.	ANÁLISE DESCRITIVA DOS CURSOS	51
1.	Curso de Contabilidade (Regime Nocturno)	51
1.1.	Evolução Sumária do Contexto em que o Curso Foi Criado	51
1.2.	Justificação Científica, Técnica e/ou Profissional da Designação do Curso	53
1.3.	Estrutura do Curso	55
1.3.1	Organização do Curso	55
1.3.2	Plano de Estudos.....	55
2.	Curso de Fiscalidade (Regime Nocturno).....	57
2.1.	Evolução Sumária do Contexto em que o curso Foi Criado.....	57
2.2.	Justificação Científica, Técnica e/ou Profissional da Designação do Curso	59
2.3.	Estrutura do Curso	60
2.3.1	Organização do Curso	60
2.3.2	Plano de Estudos.....	60
Parte V.	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	64
1.	Definição do Objecto de Estudo	64
2.	Definição da(s) Hipótese(s) de Partida	66
3.	Justificação da Metodologia e Técnicas de Investigação Adoptadas	67
4.	Caracterização da Amostra	71
4.1	População Alvo	71
Parte VI.	APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	75
1.	Caracterização Social e Escolar.....	78
1.1.	Caracterização Social	78
1.1.1	Idade.....	78
1.1.2	Estado Civil.....	79

1.2. Percurso de Acesso ao Ensino Superior	80
1.2.1 Via de Ensino Frequentado no Secundário	81
1.2.2 Disciplina Específica	82
1.2.3 Pré-requisito.....	83
1.2.4 Escolha da Instituição / Curso	83
1.2.4.1 Opção de Candidatura	84
1.2.4.2 Motivo de Candidatura a este Estabelecimento de Ensino Superior ...	85
1.2.4.3 Motivo de Candidatura aos Cursos.....	86
1.3. Percurso no Ensino Superior	87
1.3.1 Conclusão do Bacharelato	87
1.3.2 Conclusão da Licenciatura.....	88
1.3.3 Motivos para a Não Conclusão em Tempo Curricular Normal	89
1.3.4 Formação Adicional	90
1.3.5 Contactos com a Instituição	91
1.3.6 Tipo de Contactos	91
1.4. Mobilidade Geográfica	92
1.4.1 Distrito de Residência no Início de Frequência no IPCA	92
1.5. Síntese.....	94
2. Situação Profissional	96
2.1. Caracterização da Situação de Emprego.....	96
2.1.1 Indicação da Profissão.....	96
2.1.2 Tipo Jurídico da Organização	97
2.1.3 Tipo de Contrato de Trabalho	98
2.1.4 Distrito onde Exerce a Actividade Profissional.....	99
2.2. Síntese.....	99
3. Satisfação Profissional.....	102

3.1	Satisfação Face ao Emprego	102
3.1.1	Satisfação Relativamente ao Emprego	102
3.1.2	Satisfação Relativamente ao Valor Profissional.....	103
3.2	Síntese	104
4.	Transição do Meio Académico para o Meio Profissional	108
4.1	Perspectivas no Emprego	108
4.1.1	Perspectivas de Estabilidade de Emprego	108
4.2	Adequabilidade das Funções	109
4.2.1	Adequação da Formação Académica na Função	109
4.2.2	Adequação das Funções Desempenhadas às Competências Adquiridas	109
4.2.3	Razões para Manter Profissão não Adequada às Competências Adquiridas	110
4.3	Avaliação da Preparação do Curso para a Vida Profissional.....	111
4.3.1	Competências Especialmente Exigidas na Actividade Profissional ...	111
4.3.2	Classificação da Preparação que o Curso Ofereceu para a Vida Profissional	111
4.4	Síntese.....	112
Parte VII.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
1.	Introdução.....	114
2.	Limitações do Estudo.....	120
Bibliografia	123
Apêndices	134
Leis, Decreto-Lei, Portarias e Outros Diplomas Legais	142
Anexos	144

Agradecimentos

“ A erva não cresce no caminho entre as casas de amigos”

Provérbio Norueguês

Embora uma dissertação seja, pela sua finalidade académica, um trabalho individual, há contributos de natureza diversa que não podem nem devem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

- Ao Professor Doutor José Eduardo Lopes Nunes, pela orientação científica deste trabalho, compreensão demonstrada perante as minhas dificuldades e pelo saber, disponibilidade, oportunas críticas e valiosas sugestões para as ultrapassar;

- À Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins, Coordenadora do Mestrado em Administração e Planificação da Educação da Universidade Portucalense Infante D. Henrique que, mesmo distante, nunca deixou de estar presente para esclarecer todas as minhas interrogações.

- Ao Professor Doutor Norberto Cunha, ex. Presidente do Instituto Politécnico do Cavado e do Ave pelo reconhecimento do meu projecto e consequente concessão de tempo para o realizar;

- Às minhas amigas, Professora Doutora Lígia Pinto e Mestre Ana Paula Amazonas Soares, que pela ajuda, apoio e paciência partilharam comigo os seus conhecimentos;

- À Dra. Eva Miranda, amiga e colega, pelas discussões e parcerias donde resultaram ideias inovadoras para a concretização deste estudo; pelo estímulo e entusiasmo demonstrado pelo meu trabalho; pelo apoio moral recebido nos momentos chave; pela amizade;

- A todos os meus colegas, Dra. Anabela Silva, Luís Moreira e Dra. Isabel Xavier que sempre se disponibilizaram para que eu pudesse cumprir com as todas as minhas obrigações profissionais e académicas;

- A Eduardo Cardoso, responsável do Gabinete de Difusão de Informação dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, ás minhas colegas da Biblioteca Geral do IPCA, Dra. Maria José Neco, Carminda Ferreira e Catarina Azevedo, cuja permanente disponibilidade e apoio me permitiram trazer um manancial de informação que em muito contribuiu para a execução desta dissertação;

- Aos meus Primos, Dr. Armando e Dra. Maria Teresa Cunha, pela disponibilidade e apoio na organização do texto;

- À minha mãe, pelo estímulo e apoio incondicional desde a primeira hora; pela paciência e grande amizade com que sempre me ouviu e sensatez com que sempre me ajudou;

Por último a todos os que colaboraram directa e indirectamente para a concretização deste sonho.

Para todos ofereço esta página

Muito obrigada

Nota Introdutória

“Face aos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. ... Não como um “remédio miraculoso”, não como um “ abre-te sésamo” dum mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais mas, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras”.

Jacques Delors, in “ A Educação ou a Utopia necessária”

O presente trabalho de investigação subordinado ao tema – *A Importância dos Cursos em Regime Pós laboral no Ensino Superior Politécnico – O Caso dos Cursos de Contabilidade e de Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave* -resultou de uma análise directa dos apontamentos que fui coligindo, recolhendo material e apurando dados, tarefa que foi facilitada pelo exercício da minha actividade profissional desenvolvida desde 1997 nesta instituição.

Para além desta motivação profissional existe uma outra como cidadã, face à grande importância desta matéria no actual cenário sociológico, que está em jogo com a reformulação do Ensino Superior a nível Europeu, em conformidade com o espírito e as orientações do Processo de Bolonha.

A integração do País em espaços mais alargados de ciência e tecnologia coloca-nos perante exigências de aliar a qualidade do ensino à das aprendizagens, de forma a assegurar a competitividade em termos globais, quer das instituições quer dos seus graduados.

As múltiplas e complexas alterações qualitativas e quantitativas que resultam da globalização científico – tecnológica que se reflecte, nas instituições e na sociedade levam a que as pessoas na sua vida quotidiana, se vejam na necessidade de lidarem com um ambiente geral de turbulência e imprevisibilidade, que lhes exige uma adaptação permanente, bem como uma reflexão contínua sobre a definição e condução das suas metas pessoais, profissionais, e de vida.

A educação apresenta-se como um factor determinante para o

desenvolvimento da economia e das sociedades uma vez que, influência o aumento da produtividade e cria os conhecimentos técnicos indispensáveis à mudança na base deste processo.

Numa perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano, os indivíduos devem desenvolver as suas competências no sentido de melhorar as suas qualificações culturais, técnicas e pessoais, de forma a tornarem-se participantes activos no desenvolvimento social, económico e cultural da comunidade onde estão inseridos.

Em Portugal, e por razões históricas, Rothes (2003, p. 11) refere que:

“...há um desequilíbrio claro entre as estruturas das habilitações escolares e a das habilitações profissionais, que se manifesta, sobretudo nos mais velhos, numa generalizada sub certificação escolar, sinal de que os adultos, nomeadamente os activos dispõem de um conjunto de competências adquiridas por vias de experiências profissionais e da vida “.

Numa sociedade em permanente mudança este conjunto de competências adquiridas por via das experiências profissionais e de vida, são sempre insuficientes, e, podem por isso, ser melhoradas assegurando a todas as pessoas o acesso à formação, de modo a garantir a aquisição e a actualização permanente de um conjunto de saberes e de instrumentos indispensáveis à sua adaptação às actuais condições de vida.

Neste sentido está em curso uma notória transição para políticas integradas que conjugam objectivos sociais e culturais com as motivações económicas da aprendizagem ao longo da vida.

As instituições de Ensino Superior em Portugal, mais vocacionadas para satisfazer este desiderato são os institutos superiores politécnicos, que, pelas suas finalidades e objectivos, visam a formação científico – técnica de “*elites*” cujos conhecimentos correspondem, sobretudo, às necessidades da comunidade regional onde estão inseridos.

O que significa que pretendem ser, acima de tudo, “*escolas de vida*”, não da vida considerada, abstractamente, mas da vida que os rodeia, da vida que

pulsa na região onde estão instalados.

A lógica enunciada na Lei de Bases do Sistema Educativo prevê que o Ensino Superior em Portugal compreenda dois subsistemas: Ensino Superior Politécnico e o Ensino Universitário – que se identificam nos objectivos genéricos e se distinguem nas suas características específicas.

A lei n.º46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), na Subsecção III da Secção II do capítulo no artigo 11.º, n.º4, dedicada ao Ensino Superior diz:

“O Ensino Politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais”.

Esta referência caracteriza, genericamente, o Ensino Superior Politécnico, que visa no essencial, dotar o país com profissionais de perfil intermédio, possuidores de formação técnica e profissionalizante, susceptível de maior aproximação ao “ *mundo do trabalho*”, e ao “ *saber fazer*”, em contraste com o Ensino Universitário.

Neste âmbito o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), tem procurado encontrar caminhos estratégicos para a sua implementação, local e regional, de acordo com as necessidades do tecido empresarial da sua área de influência, não se afastando da sua missão nacional e do futuro enquadramento na União Europeia através dos acordos de Bolonha.

A Instituição encontra-se inserida num território em que a ocupação e as actividades humanas se desenvolvem numa tradição de valorização dos recursos humanos.

Esta Instituição de Ensino Superior tem como objectivos, a formação humana, cultural científica, técnica e profissional de qualidade, realizar investigação específica e adequada à prossecução da sua missão cooperando com a comunidade regional, particularmente com o seu tecido produtivo e empresarial, numa perspectiva de permanente diálogo e valorização recíproca.

“ O pior do que ter licenciados desempregados é não ter um elevado grau de licenciados na população activa. Pois a sua existência representa, em termos sociais e económicos, um grande investimento do qual são esperados benefícios pessoais mas também sociais no futuro”, (Moreira, 2004, p.12).

O IPCA tem procurado criar cursos inovadores e adaptados às necessidades da região, quer a nível do seu tecido, empresarial, quer ao nível da melhor contextualização europeia e conseqüentemente da população estudantil, tendo em vista a sua maior integração profissional.

Uma destas estratégias foi a implementação de cursos em regime nocturno, quer de Bacharelato quer de Licenciatura de fácil enquadramento no primeiro ciclo do acordo de Bolonha.

Na rede de Ensino Politécnico e na região do Baixo Minho, o Instituto Politécnico do Cavado e do Ave é a instituição de Ensino Superior que dispõe de uma oferta formativa em regime nocturno.

Dos dados recolhidos pelo recenseamento geral da população (censos 2001), conclui-se que na região Norte na década de 90, houve uma quebra na proporção de jovens dos 0 – 14 na população total, de 22,1%, em 1991 para 17,5% em 2001 contrastando com um aumento da população idosa dos 65 ou mais anos, que aumentou de 11,4% para 13,9%, (quadro 1).

Quadro 1 – População Residente em 1991 e 2001, segundo os Grupos Etários

População Residente, Zona Geográfica Norte, 1991 e 2001									
Grupos Etários (%)									
Total (abs.)		0-14		15-24		25 - 64		> 65	
1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
3687293	3472715	22,1	17,5	18,0	15,1	48,4	53,4	11,0	14,0

Fonte: Recenseamento da população 2001 – Censos 2001

Assim o grupo etário mais representativo situa-se entre os 25 – 64. Neste cenário sendo a população dos 0 – 14 anos a menos representativa, podemos afirmar que este factor estará na origem da redução de indivíduos a frequentar o ensino até ao final do secundário.

Como os grupos etários mais jovens têm vindo a assumir uma relevância menos evidente nos últimos anos, há a necessidade de estimular novos

segmentos de procura.

“A expansão da participação dos adultos em todo o sistema educativo e designadamente no ensino superior, constitui um desafio fundamental para a sociedade portuguesa e vem-se tornando um tema central nos debates técnicos e políticos sobre a educação”, (Rothes, 2003,p.11).

Dentro destes enquadram-se os adultos sem formação superior e que já adquiriram alguma competência profissional, no âmbito da Contabilidade e Fiscalidade, que têm contra si os factores tempo e disponibilidade, mas a seu favor uma grande motivação e maturidade.

Os cursos de Contabilidade e Fiscalidade (regime nocturno) visam, assim, dar formação académica adequada, aqueles que dela não usufruíram em idade própria ou que não a completaram, contribuindo, deste modo, para a realização dos indivíduos e o desenvolvimento das regiões onde estão inseridos.

PARTE I. O ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

1. A Génese

A presente resenha histórica em torno do Ensino Superior Politécnico e dentro dos objectivos estabelecidos para este trabalho resume-se a uma sequência relacionada com a existência e ocorrência temporais.

Foi sem dúvida, com as reformas do Ensino Superior introduzidas pelo Marquês de Pombal, em 1772, que se lançou a semente do Ensino Técnico – Profissional.

Carreira (1996, p.152) refere que:

“É na reforma do ensino superior que, mais nitidamente se evidencia o propósito do Marquês de introduzir os novos métodos de aprendizagem pelo trabalho prático dos alunos: os estatutos Pombalinos incitam os professores a conduzirem os alunos através de um ensino prático, na realização de experiências, de observações de plantas, animais e de minerais.

É neste aspecto que a reforma universitária de Pombal deve considerar-se um projecto grandioso constituindo a mais espectacular e esperançosa das reformas escolares do Ministro de D. José.”

Desde 1537, por decisão de D. João III, a Universidade fixou-se definitivamente em Coimbra. Existia pois uma única Universidade Portuguesa.

Com a reforma Pombalina dos Estudos Superiores, a Universidade de Coimbra divide-se em seis faculdades: as faculdades de teologia, cânones, leis e medicina. Foram também criadas as faculdades de matemática e de filosofia natural (ciências).

Embora estas novas faculdades, criadas pelo Marquês de Pombal não tivessem tido grande procura, pelo menos “o espírito experimental vingou tendo-se tornado no decisivo êxito da sua reforma”, (Carreira, 1996,p.152).

O período entre as reformas Pombalinas de 1772 e a primeira reforma da instrução do liberalismo de Rodrigo da Fonseca Magalhães de 1835, pautou-se por uma ausência de acção política em favor da instrução pública, embora não houvesse falta de reflexão e projectos.

Passos Manuel em 1836, com a sua reforma geral dos estudos, pretende “*renovar através da escola a sociedade portuguesa*”, (Carreira, 1996,p.157).

Este liberalista em 1837, dedicou-se, e segundo (Sousa, 1999,p.9-10):

“a uma obra legislativa de grande alcance no que se refere à instrução pública”. É nesta altura que vão aparecer algumas escolas superiores no nosso País fora do centro tradicional do ensino superior ... nomeadamente a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto”

A Universidade de Coimbra na época exercia toda a sua influência e pressão para evitar o aparecimento de outras Universidades, mas aceitava o Ensino Politécnico, isto é “ *um ensino superior prático que concedesse graus menores*”, (Carreira, 1996,p.167).

Refere ainda, Sousa (1999, p.10 -11), que:

“ A Escola Politécnica de Lisboa foi criada por Decreto – Lei de 11 de Janeiro de 1837 que refere no seu artigo 1.º:” com o fim principal de habilitar alunos com os conhecimentos necessários para seguirem os diferentes cursos das Escolas de aplicação do Exército e da Marinha, oferecendo ao mesmo tempo os meios de propagar a instrução geral superior e de adquirir a subsidiária para outras profissões científicas.

A Academia Politécnica do Porto foi criada pelo “Decreto – Lei de 13 de Janeiro de 1837, com o objectivo de atender “ à necessidade para plantar no País as Ciências Industriais que diferem muito dos estudos clássicos e puramente científicos, e até dos estudos teóricos contendo simplesmente a descrição das artes”.

A Academia Politécnica do Porto, destinava-se a formar: engenheiros, comerciantes, agricultores, directores de fábricas e em geral os artistas.

Refere, o mesmo autor que:

“Podemos concluir que os objectivos que estiveram na génese da criação, destas

Escolas Politécnicas, foram essencialmente: por um lado, acabar com a exclusividade do ensino superior na velha e vetusta Universidade de Coimbra; por outro lado, criar cursos superiores de feição vincadamente profissionalizante... deixou-se de pensar somente no ensino conceptual e teórico para um ensino mais prático, mais ligado ao desempenho de certas profissões, um ensino mais voltado para o saber fazer”.

“ Não serão, porventura, estas escolas de engenharia um embrião importante do ensino politécnico, actual, no nosso País?” (Sousa, 1999,p.10).

Até 1973 pouco se ouviu falar em Ensino Politécnico, em Portugal, “ embora na Europa Ocidental, e como reflexo do desenvolvimento económico e social que se operou no termo da 2ª Guerra Mundial, ele já fosse uma realidade, sobretudo a partir da década de setenta”.(Sousa, 1999,p.11)

2. Consolidação Institucional

O primeiro momento significativo com expressão na futura criação do Ensino Superior Politécnico foi um relatório sobre Portugal intitulado “*Le Project Regional Méditerranéen*”, elaborado no princípio da década de sessenta em colaboração com a OCDE.

Este documento “salientava a necessidade de desenvolver a formação [...] de quadros médios e superiores que respondessem às necessidades e complexidades do desenvolvimento económico e social, para além dos tradicionais licenciados [...], sobretudo para o exercício de certas profissões”, (Costa, 2003,p.4).

A Lei n.º 5/73, de 25 de Julho (Lei de Reforma do Sistema Educativo), cria os Institutos Politécnicos (Base XIII, n.º 3), conferindo o grau de bacharel (Base XV nº 2) com a duração de 3 anos (Base XVI n.º 1).

Pelo Decreto – Lei n.º 402/73, de 11 Agosto, é decretado que “*o ensino superior é assegurado, de acordo com a Lei de Reforma do Sistema Educativo, por Universidades, Institutos politécnicos, Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados”, (Capítulo I, do n.º1 do artigo 1.º).*

No seu artigo 4.º, diz que os Institutos Politécnicos são:

“...centros de formação técnico – profissional, aos quais compete especialmente ministrar o ensino superior de curta duração, orientado de forma a dar predominância aos problemas concretos e de aplicação prática, e promover a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental, tendo em conta as necessidades no domínio tecnológico e no sector dos serviços, particularmente as de carácter regional”.

Com o 25 de Abril esta reforma foi adiada, e só em 1977 foram criados os cursos de curta duração, através do Decreto – Lei n.º 427 – B, de 14 de Outubro, que institui:

“o ensino superior de curta duração” (artigo 1.º), que segundo o seu preâmbulo, “irá permitir não só uma diversificação do ensino superior, mas também satisfazer necessidades prementes em vários sectores sócio – económicos, pela formação de técnicos qualificados em actividades em que é manifesta a sua falta”. No seu artigo 2.º cria as Escolas Superiores Técnicas, que “ são escolas de ensino superior de natureza essencialmente prática, voltada para a formação de técnicos qualificados de nível superior intermédio, com um estatuto próprio e de uma dignificação profissional correspondente...”.

Com o Decreto – Lei n.º 513 – T/79, de 26 de Dezembro, o Ensino Superior de curta duração passa a ser designado de Ensino Superior Politécnico, referindo-se no seu artigo 1.º “ *O ensino superior politécnico – designação que doravante passa a ser a do ensino superior de curta duração (...) – é assegurado por escolas superiores, de educação e técnicas, agrupadas ou não em Institutos Politécnicos*”.

O n.º1 do preâmbulo deste Decreto refere que:

“... A coexistência do ensino superior politécnico, impregnada de uma tónica vincadamente profissionalizante, com o ensino superior universitário, de características mais conceptuais e teóricas, traduzindo a real diversificação operada no âmbito do sistema de ensino superior (...) sem prejuízo, embora, da conveniente articulação entre ambos os referidos tipos de ensino”.

No n.º 2, afirma-se que: “*Ao ensino superior politécnico ao qual se pretende conferir uma dignidade idêntica ao universitário...*”

O Decreto – Lei n.º303/80, de 16 de Agosto, no seu artigo 5.º estabelece que: “*Os estudos professados nos Institutos Politécnicos conferem o grau de*

Bacharel”.

Um outro instrumento fundamental ao arranque sólido e consistente do Ensino Superior Politécnico, foi a publicação do Decreto -Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, que definiu o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, que no seu artigo 3.º alínea e) define a função do docente; “*dirigir, desenvolver e realizar actividades de investigação científica e desenvolvimento experimental...*”.

Em 14 de Outubro de 1986, é publicada a Lei n.º 46/86 (Lei de Bases do Sistema Educativo, alterado pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro) que estabelece o quadro de referência da reforma do Sistema Educativo em Portugal.

Ao Ensino Superior é dedicada a subsecção III da Secção II do Capítulo no artigo 11.º, ponto 1, diz: “ *O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico* “, referindo que são objectivos do Ensino Superior (ponto 2) entre outros:

- “*Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo*”.
- “*Formar diplomados (...) aptos para a inserção em sectores profissionais...*”.
- “*Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica ...*”.

Relativamente ao Ensino Universitário, no ponto 3 refere que “*visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica (...) e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica*”.

No ponto 4 refere que o Ensino Politécnico, visa “*proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações...*”.

No ponto 4 do artigo 13.º, refere que “ *No ensino politécnico são conferidos os graus académicos de bacharel*”. No ponto 3, do artigo 14.º, diz que “ *As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades...*”.

No Ensino Politécnico no ponto 4 do mesmo artigo refere que: “*As escolas do ensino politécnico podem ser associadas em unidades mais amplas, com designações várias...*”.

A Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro (Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico), é também um documento importante para o Ensino Politécnico.

Refere no seu artigo 29.º, que: “*as escolas superiores são centros de formação cultural e técnica de nível superior... e preparam para o exercício de actividades profissionais altamente qualificadas*”, e, no n.º2, alínea d), refere as atribuições das Escolas Superiores que são: “*a realização de trabalhos de investigação aplicada e de desenvolvimento experimental*”.

No ponto 6, artigo 2.º alínea c), define como objectivos não só a formação inicial e continua mas também, “*a investigação e o desenvolvimento*”.

3. Rede de Ensino Superior Politécnico

O aumento de procura da educação superior resultou de um processo de expansão e de diversificação do campo do Ensino Superior.

Assistimos no decurso das últimas décadas a um processo de democratização da sociedade portuguesa e conseqüentemente seguida pela democratização da educação, nomeadamente no Ensino Superior. A propósito, Carvalho (2003, p. 323) refere que:

“...hoje frequentado por cerca de 400.000 estudantes, levou a uma multiplicação de instituições de ensino superior, e na necessidade emergente do ensino politécnico público, frequentado hoje por cerca de 270000 estudantes, descentralizado e socialmente enraizado no País”.

Em entrevista à “*a página da Educação*”, Luís Soares, afirmou que: “*o ensino politécnico surgiu na altura em que se começou a colocar o problema da massificação/ diversificação e numa base de regionalização do ensino superior*”, (Baldaia, 1998).

Como disse Carreira (1996, p. 197)

“A reforma de Veiga Simão criou uma educação ao serviço imediato do desenvolvimento capaz de preparar a grande massa dos cidadãos para a vida da liberdade responsável e para a participação activa no processo nacional” essencial para que “se não perdesse o comboio da Europa”.

Neste contexto, o Ensino Politécnico torna-se de vital importância *“por ser portador de um projecto de mudança que por definição contempla novas vertentes do saber em associação com o saber fazer e o saber ser”*, (Barros, 1999,p.25).

No Decreto – Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, no seu artigo 4.º, diz que os Institutos Politécnicos são:

“... centros de formação técnico – profissional, aos quais compete especialmente ministrar o ensino superior de curta duração, orientado de forma a dar predominância aos problemas concretos e de aplicação prática, e promover a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental, tendo em conta as necessidades no domínio tecnológico e no sector dos serviços, particularmente as de carácter regional.”
(sublinhado nosso)

Este subsistema de ensino cria assim diplomados como resposta rápida aos problemas que se levantam nas profissões, e nas especializações que a sociedade presentemente oferece.

De acordo com Carneiro, (1998); Gottifredi, (1993); Kogan et al., (1994); Miera, (1998); Simões e Matos, (1996), citado por Barros (1999,p.25):

“as unidades de ensino superior politécnico devem associar a sua função de serviço público a uma vertente económica e empresarial que lhes permita contribuir para o desenvolvimento económico e social integrado da região em que se inserem, sem esquecer o País, preparando lideranças, quer ao nível do estudo estratégico, quer da reflexão sistemática e da mobilização dos recursos endógenos de cada região”.

Num estudo elaborado pelo Ministério da Educação e das Universidades (1981), conclui que, *“falta-nos técnicos preparados no que se convencionou de ensino politécnico, com perfis profissionais necessários para a maior parte das profissões directamente voltadas ao desenvolvimento imediato.”*

Através de uma rede de estabelecimentos de Ensino Politécnico, visa-se

contribuir de uma forma inovadora e decisiva para o desenvolvimento regional e para o aparecimento de novas formações de carácter profissionalizante.

Para além de permitir o desenvolvimento regional, este subsistema “ *veio ele próprio a fomentar uma maior capacidade de fixação das populações por terras do interior e a contribuir para uma oferta de ensino superior mais descentralizada e menos elitista*”, (Pereira, 1993,p.5)

A “proliferação” regional do Ensino Superior e especificamente o Ensino Politécnico permitiu que este chegasse a regiões consideradas periféricas. Esta expansão teve e tem repercussões a nível social e económico.

A nível social, permitiu o acesso de muitos grupos ao Ensino Superior que, pelo facto de se encontrarem distantes dos principais centros universitários e pelos custos adicionais que essa deslocação acarretaria, ser-lhes-ia difícil frequentar o Ensino Superior. A nível económico a implementação destas instituições é geradora de uma dinâmica, pelos serviços associados que representa, que vão desde o mercado habitacional, à restauração, aos serviços culturais e outros.

Para além do atrás referenciado, constitui um elemento fixador das populações possibilitando o desenvolvimento do capital humano da região reduzindo, assim, assimetrias.

Citado por Barros (1999), parece-nos oportuno transcrever algumas opiniões emitidas por diferentes personalidades, provenientes dos mais diversos sectores políticos, ideológicos e sociais, no Seminário organizado pelo Instituto Politécnico de Faro, de 25 a 27 de Fevereiro de 1985, que demonstram a necessidade de implantação do subsistema de Ensino Superior Politécnico:

João de Deus Pinheiro, então Ministro da Educação afirmou:

“...que o projecto dos politécnicos deveria representar um passo em frente na ligação do ensino superior à realidade económica, social e cultural das diferentes regiões, designadamente através da formação de mão-de-obra qualificada em segmentos profissionais de que o País se mostrava carente”.

O Professor De Moor, citado por Marçal Grilo e Carmelo Rosa, escreveu:

“...que os Sistemas clássicos de Ensino Superior (universitário) não podem satisfazer as diferentes procuras individuais de uma clientela de estudantes cada vez mais heterogénea, nem responder às necessidades pedagógicas das sociedades europeias democráticas tecnicamente avançadas e exigindo uma grande variedade de aptidões e qualificações”.

Lloyd de Braga, citando igualmente o Professor De Moor, afirmou:

” ...que é bom lembrar ao País que, nos últimos 20 anos, os países mais evoluídos (...) se têm preocupado em expandir e diversificar o Ensino Politécnico, em consequência do que, segundo vários modelos e em paralelo com o ensino Universitário, criaram um novo subsistema de ensino superior, o Ensino Politécnico”.

Com o Decreto-Lei n.º 513 – T/79, de 26 de Dezembro, define-se uma primeira rede de estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico.

O mesmo diploma altera a designação de Ensino Superior de curta duração para Ensino Superior Politécnico.

Institui assim um sistema binário de Ensino Superior, organizado, do ponto de vista formal e legal, em dois subsistemas: o Universitário, constituído pelas Universidades e Escolas Universitárias não integradas e o Politécnico, constituído pelos Institutos Politécnicos e pelas Escolas Superiores Politécnicas não integradas.

Não podemos afirmar que este modelo é “puro”, uma vez que hoje, há 6 Universidades que integram Escolas Universitárias não integradas: a Universidade do Minho, Universidade de Trás – os – Montes e Alto Douro, Universidade de Aveiro, Universidade do Algarve, Universidade da Madeira e a Universidade dos Açores.

Esta primeira concretização da rede de Ensino Superior Politécnico criou 10, Institutos Politécnicos (Beja; Bragança; Castelo Branco; Coimbra; Faro; Lisboa; Porto; Santarém; Setúbal; e Viseu) e várias Escolas Superiores não integradas.

Esta disposição legal sofre novamente uma alteração em 1980 com a exclusão de algumas Escolas Superiores destacando-se os Institutos Superiores

de Contabilidade e Administração (ISCA) e os Institutos Superiores de Economia (ISE), através da Lei n.º 29/80, de 28 de Julho.

Por outro lado, são criados Institutos onde só havia uma Escola de Educação (Guarda; Leiria; Portalegre; Viana do Castelo e Vila Real), exceptuando em Vila Real (onde se prevê a criação do Centro Integrado de Formação de Professores no Instituto Universitário).

“A rede de ensino passa a compreender 14 Institutos e 27 Escolas, repartidas por 15 distritos”, (Seixas, 2003,p.94 - 95).

O mesmo decreto, (Decreto-Lei n.º 513 – T/79, de 26 de Dezembro), estabelecia um calendário para a entrada em funcionamento destas Escolas a partir do ano de 1980 e 1984, o que não se concretizou.

No ano de 1981/82, *“tinham apenas iniciado o seu funcionamento as escolas superiores agrárias de Coimbra e Santarém, aquém do calendarizado”, (Seixas, 2003, p. 95).*

A expansão continua, e o Ensino Superior Politécnico será igualmente implantado nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Em 1982, é criada a Escola Superior da Madeira (Decreto -Lei n.º 304/82, de 21 de Outubro).

Em 1983, criam-se em Lisboa as Escolas Superiores de Música, de Dança e de Teatro e Cinema; no Porto a Escola Superior de Musica (Decreto - Lei n.º 310/83, de 1 de Julho).

No ano de 1985, segundo o Decreto – Lei n.º46/85, de 22 de Novembro, a rede de Estabelecimento é novamente alargada.

Criam-se as Escolas Superiores de Tecnologia e Gestão da Guarda, Leiria, Portalegre e Viana do Castelo, a Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, a Escola Superior de Gestão de Santarém e a Escola de Hotelaria e Turismo de Faro.

As Escolas Superiores de Música do Porto e de Lisboa e a Escola Superior de Dança, Teatro e Cinema nos respectivos institutos.

Até aqui, a rede era composta por 14 Institutos e 39 Escolas.

Em 1988 os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCA) e os Institutos Superiores de Engenharia (ISE), são novamente integrados no Politécnico – Decreto – Lei n.º 70/88, de 3 de Março e o Decreto – Lei n.º 389/88, de 25 de Outubro, respectivamente.

No mesmo ano são integradas as Escolas de Enfermagem na rede dos estabelecimentos do Ensino Superior Politécnico – Decreto – Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro.

Ainda em 1988, é criada a Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha, integrada no Instituto Politécnico de Leiria – Decreto – Lei n.º 45/88, de 14 de Dezembro.

Pelo Decreto – Lei n.º 9/90, de 4 de Janeiro, cria-se a Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, no Instituto Politécnico do Porto.

No início do ano 1990/91, a rede de estabelecimentos de ensino era composta por 14 Institutos e 70 Escolas Superiores.

O aumento da rede de estabelecimentos deu-se na década de 90 sofrendo alterações, com a integração do ensino das tecnologias da saúde (Decreto - Lei n.º 415/93, de 23 de Dezembro), a criação de novos institutos caso do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (Decreto - Lei n.º 304/94, de 19 de Dezembro) e o de Tomar (Decreto - Lei n.º 96/96, de 17 de Julho), com a reestruturação de outros e com o aparecimento de novas escolas, caso por exemplo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, (E.S.T.G.) de Águeda do Instituto Politécnico de Aveiro. Segundo Seixas (2003, p. 97) *“Este Instituto não teve tradução na realidade”*.

Até ao final da década de 90 e segundo as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 264/99, de 14 de Julho que criou nove novas escolas, a rede de Ensino Superior Politécnico compreende *“15 institutos politécnicos integrados, 66 escolas superiores, em 31 localidades”*, (*idem*).

De acordo com publicações da Direcção Geral do Ensino Superior (Mapa I),

em anexo a rede de estabelecimentos de Ensino Superior Público é constituído actualmente por 15 Instituições de Ensino Superior Politécnico, integrando 74 Escolas Superiores e 11 Escolas Superiores não integradas.

Algumas Escolas do subsistema de Ensino Superior Politécnico funcionam em articulação com as Universidades ou estão mesmo integradas nelas, é o caso de:

- A Universidade do Minho – Com uma Escola Superior de Enfermagem
- A Universidade de Trás-os-Montes – Com uma Escola Superior de Enfermagem
- A Universidade de Aveiro – Com três Escolas Superiores (Design, gestão e Tecnologias da Produção, Saúde, Tecnologia e Gestão de Águeda); e um Instituto Superior de Contabilidade e Administração;
- A Universidade de Évora – Com uma Escola Superior de Enfermagem
- A Universidade de Faro – Com quatro Escolas Superiores (Educação; Gestão, hotelaria e Turismo; Saúde; Tecnologia)
- A Universidade da Madeira – Com uma Escola Superior de Enfermagem
- Universidade dos Açores – Com duas Escolas Superiores de Enfermagem

É nossa opinião que mais importante que estas referências quantitativas é de salientar que o Ensino Superior Politécnico se distribuiu por quase todos os distritos do país e pelas duas regiões autónomas, querendo isto significar que atingiu os objectivos definidos nos anos 60, de diversificação e regionalização do Ensino Superior, dando forte contributo à intenção de democratização no acesso à educação a todos os níveis.

Dizemos “quase” pois o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, objecto deste estudo, não se encontra situado na capital de distrito que seria a Cidade de Braga, mas sim na cidade de Barcelos.

Este facto deveu-se ao interesse demonstrado pela Câmara Municipal de

Barcelos junto da Universidade do Minho, de desenvolver neste município um pólo da Universidade, tendo em vista corresponder às características sócio-económicas e demográficas do concelho.

Na sequência destes contactos achou-se conveniente fazer um estudo prévio da viabilidade para a criação de uma Escola Superior Politécnica em Barcelos.

Da análise do mesmo, conclui-se que no concelho de Barcelos existia uma elevada procura de cursos superiores. Atendendo ao número de alunos matriculados nos diferentes tipos de ensino (via de ensino do ensino secundário, ensino técnico – profissional e complementar nocturno), verificou-se que a área de estudos económico-sociais era a mais procurada com 44,9% dos alunos.

Por parte das empresas também se sente uma fraca oferta de serviços de apoio, pelo que a formação de quadros em gestão ou áreas afins se revela oportuna. Segundo Moreira (1991,p.8)

“É notável o desenvolvimento da rede pública, com realizações que mudaram muito do panorama social e urbano português tornando respeitadas instituições universitárias e politécnicas que agrediram a passividade da interioridade, aprofundando o rompimento da insularidade tradicional que ainda afecta a consistência de uma rede interna de cooperação das instituições, e promovendo o salto para a presença na rede transnacional que nesta data é uma componente importante da unidade europeia”.

PARTE II. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INSERÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE (IPCA)

A análise estatística apresentada tem por base de referência a Unidade Territorial NUT III Cávado, e será alvo da nossa atenção o concelho de Barcelos.

Face à dificuldade em encontrar estudos de classificação sistemática, à escala do concelho de forma a tipificar os aspectos educativos, produtivos e demográficos, limitámo-nos a fazer um levantamento estatístico multivariado, utilizando como fonte de informação estudos elaborados pelo IPCA, por entidades locais e utilizando informação do recenseamento da população referente ao ano 2001, (censos 2001), com objectivos meramente descritivos da região em termos sociais e económicos e de educação.

Segundo, Constâncio, (1999, p.7):

“As análises regionais baseiam-se no reconhecimento de que o espaço não é homogéneo, de que as diferentes dotações dos recursos naturais e humanos justificam especificidades na localização de actividades e formas de intervenção para corrigir desequilíbrios, de maneira a encaminhar a economia e a sociedade para situações equitativas”.

Durante muito tempo, a educação foi considerada uma área social, o estado garantia assim o direito de cada indivíduo ao diploma como meio de acesso ao emprego.

Nas últimas décadas, reforçou-se a importância da formação de quadros, em função das necessidades do desenvolvimento do país.

O desenvolvimento deve partir dos variados potenciais endógenos de cada região de modo a criar processos equilibrados e harmoniosos de crescimento.

Assim as estratégias de desenvolvimento económico e social duma região, devem ter em conta as suas especificidades tais como, a localização face ao mercado, as infra-estruturas existentes e, os seus habitantes que de modo

genérico se designa por recursos humanos.

À medida que as sociedades se tornam mais complexas, a educação surge como instrumento de desenvolvimento social, económico e cultural, e de competitividade das regiões.

As instituições de Ensino Superior confrontam-se actualmente com uma evolução qualitativa que para além do objectivo de aumentar o nível geral de educação da população e o “output” de investigação científica, aposta na ligação entre a educação superior e da investigação científica a objectivos sociais, económicos e culturais.

Para tal implica o reequacionamento das formas de actuação, missão e objectivos, aspectos que influenciam decisivamente no respectivo posicionamento estratégico e operacional face a uma envolvente ampla, diversificada e complexa.

A missão e especificidade das Instituições de Ensino Superior Politécnico muito marcadas pelo seu carácter territorializado, implica também o esforço da respectiva inserção regional, valorizando assim a sua ligação à realidade que as justifica e a plena assumpção de um papel activo enquanto agente de desenvolvimento das suas vertentes.

No caso do IPCA, cuja área de influência corresponde de grosso modo, ao espaço territorial do distrito de Braga, importa acompanhar de modo permanente o conjunto de movimentos de reestruturação produtiva e de base económica e social, realidade que se caracteriza pela grande intensidade de mudanças técnico – profissionais que tem vindo a verificar-se ao longo dos últimos anos.

Em concordância com o exposto a análise da viabilidade potencial de cada projecto, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, não poderá ser desenvolvida sem ter em conta a evolução demográfica da população e seus reflexos no condicionamento da procura.

Deverá ser também tida em conta a evolução da concorrência, num âmbito regional, dada a natureza e génese a que o Politécnico se associa.

No âmbito deste estudo, proceder-se-á também à identificação daquelas

que têm sido nos últimos anos as áreas/agrupamentos mais procurados no ensino secundário assim como a procura dos cursos de Ensino Superior.

Assim o IPCA fez evoluir a sua reflexão estratégica em torno de várias dinâmicas das quais destacamos, neste capítulo as dinâmicas externas:

- Posicionamento estratégico da Região do Cávado e do Ave;
- Evolução Demográfica;
- Evolução dos Sectores de Actividade Económica;
- População Residente segundo Níveis de Instrução
- Oferta e Procura da Formação

Deve, desde já, referir-se que a informação que se apresenta e analisa, devido ao seu nível de agregação, sua periodicidade e desfasamento temporal (de pelo menos cinco anos) permite apenas um diagnóstico global da evolução do território.

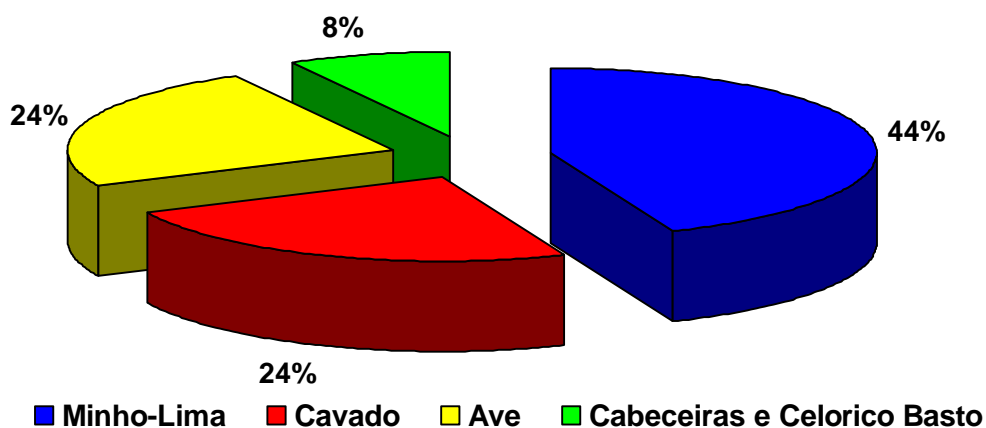
1. Posicionamento Estratégico da Região do Cávado

A presente análise é feita tomando como pressuposto a classificação europeia das regiões por NUT (Nomenclatura de Unidade Territorial). As análises estatísticas produzidas no presente estudo terão por base as unidades territoriais da NUT III (Cávado) por referência à NUT II (Norte) e ao Continente. Também será alvo da nossa atenção o concelho de Barcelos.

O Minho é a mais setentrional e antiga província de Portugal, localizada no extremo Noroeste do País. A sua área geográfica abrange, essencialmente, o espaço Entre-os-rios Minho e Ave, com 4.885 Km² (cerca de 6% do território nacional - e mais de um milhão de habitantes (cerca de 11% da população nacional).

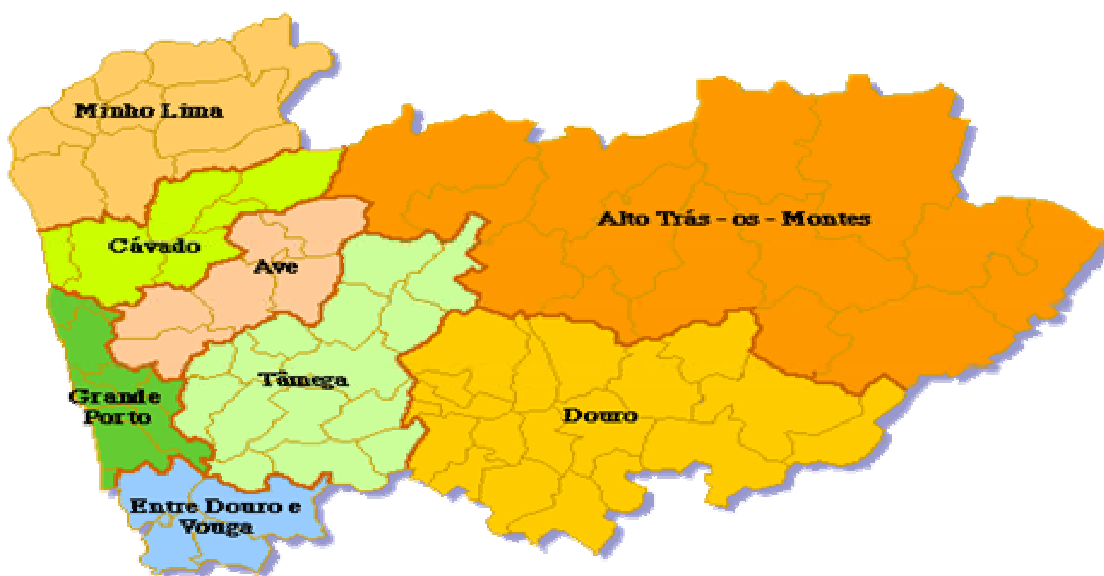
Abrange as sub-regiões NUT III – Minho – Lima, Cávado e Ave, e dois concelhos do Tâmega – Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, (Gráfico1; Figura 1).

Gráfico 1 – Distribuição da Área Geográfica do Minho, segundo a Sub-Região



Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte 2000

Figura 1 – Divisão por NUTS III



A zona de influência do IPCA corresponde às NUTIII Cávado que compreende os concelhos de Esposende, Barcelos, Amares, Braga, Terras de Bouro e Vila Verde, (Figura 2).

Figura 2 – Concelhos do Cávado (NUT III)

CÁVADO (NUT III)
Concelhos do Cávado



Fonte: Ministério da Educação/GIASE/DSEASE

O concelho de Barcelos, situado na margem direita do rio Cávado, é o maior concelho do país constituído por 89 freguesias, com uma área geográfica de 378,9Km, pertence ao distrito de Braga e insere-se na NUT II Norte e NUTIII Cávado.

O território constituído pela NUT III Cávado, graças aos investimentos realizados na rede viária, é uma região razoavelmente dotada neste tipo de equipamento, (Figura. 3).

Assim o destaque vai para a auto-estrada A3/A28, que faz a ligação entre o Porto e Valença, a auto-estrada A11, correspondente ao IC14 e a parte do IP9, definidos no Plano Rodoviário Nacional, estabelece a ligação do IC1 e o IP4, a meia distância entre Penafiel e Amarante. É constituída por dois lanços: o lanço IC14: Esposende – Barcelos – Braga e o lanço IP9: Braga – Guimarães – IP4/A4.

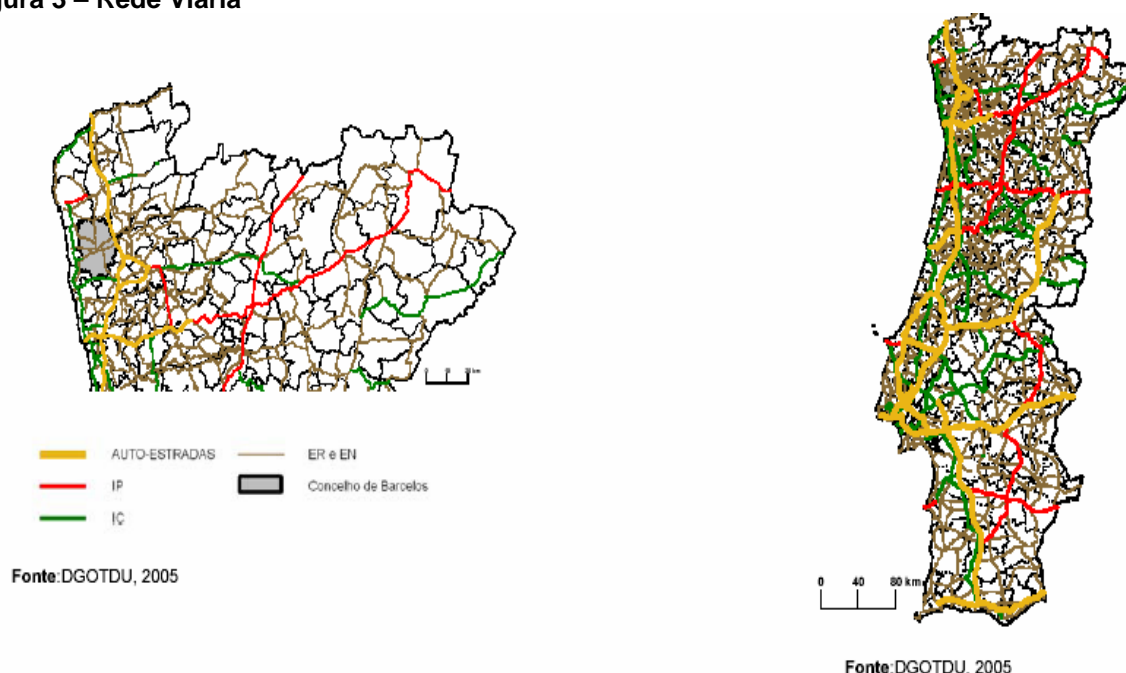
A auto-estrada A7, que constitui o IC5 definido no Plano Nacional Rodoviário, liga o IC1 ao IP3 em Vila Pouca de Aguiar. É constituída por quatro lanços: Pova de Varzim – Famalicão – Guimarães – Guimarães – Fafe e Fafe – IP3.

Com estas duas auto-estradas, A11 e A7, existe uma interligação entre

todas as grandes vias do Norte: IC1 – na Póvoa de Varzim A7 e em Esposende A11; IP1/A3 – em Famalicão, A7 e em Braga, A11; IP4/A4 – entre Penafiel e Amarante, A11 e IP3 – em Vila Pouca de Aguiar, A7.

Estas novas ligações permitem uma melhor ligação entre os municípios do território de referência, criando uma malha que reforça a importância estratégica do quadrilátero urbano constituído por Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos, à volta do qual gravitam os outros concelhos.

Figura 3 – Rede Viária



Fonte: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2005 (DGOTU)

2. Evolução Demográfica

Um dos factores de competitividade indispensável para a consolidação do desenvolvimento regional tem a ver com a taxa de crescimento da população.

A relevância destes dados prende-se com o potencial impacto que poderão ter nos valores da procura de cursos de Ensino Secundário e Ensino Superior, bem como de mão-de-obra para as empresas sediadas na região.

Dados recolhidos do recenseamento da população 2001, indicam que:

- ■ A NUTIII do Cávado regista uma das mais elevadas taxas de

crescimento 11,3%, valor muito superior ao verificado no Continente 5,3%.

- ■ A população do concelho de Barcelos era em 1991, de 1.117.33 habitantes tendo passado para 1.220.96 habitantes em 2001, ou seja, sofreu uma variação positiva de 9,3%, o que se pode considerar um facto muito positivo, no contexto do crescimento da população portuguesa que segundo, Arroteia, 2001 “*envelhecemos a um ritmo demográfico forte*”, (Quadro 2).
- ■ A população residente no Norte de Portugal recenseada é de 3. 687. 293 indivíduos e teve um aumento de cerca de 6,2%, valor que comparado a nível nacional, 5,3% é francamente superior indicando que a região apresenta uma estrutura populacional mais jovem ,(Quadro 3).

Quadro 2 – Variação da População Residente no Concelho de Barcelos e NUTIII Cávado

	Pop.Res.1991	Pop. Res. 2001	Var.pop.Res ¹ .1991/2001
Portugal	9.867.147	10.356.117	5.0
Continente	9.375.926	9.869.343	5.3
Cávado	353.267	393.063	11.3
Barcelos	111.733	122.096	9.3

1 Variação da População residente (1991-2001): (População 2001 – População 1991) /População 1991) x 100

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População -2001 – Resultados Definitivos

Quadro 3 – Evolução da População Residente entre 1991 e 2001, segundo os Grupos Etários

Zona Geográfica	População residente				
	Variação entre 1991 e 2001 (%)				
	Variação total	Grupos etários			
		0 -14	15 - 24	25 - 64	> 65
Norte	6,2	16,0	10,9	17,1	29,7
Cavado	11,3	13,3	5,3	26,9	33,5
Barcelos	9,3	14,6	9,0	26,5	33,7
Portugal	5,0	16,0	8,1	11,8	26,1
Continente	5,3	15,7	8,2	11,9	26,9

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População -2001 – Resultados Definitivos

No que respeita à estrutura etária da população, a nível do concelho de Barcelos os grupos etários dos 15 – 24 e dos 65 e mais anos são os menos representados neste concelho com 19,0% e 11,7%, respectivamente, (Quadro 4).

A população dos 0 – 14 representa cerca de 20,2% da população sendo o

grupo etário dos 25 – 64 o mais representativo com cerca de 57% da população, (Quadro 4).

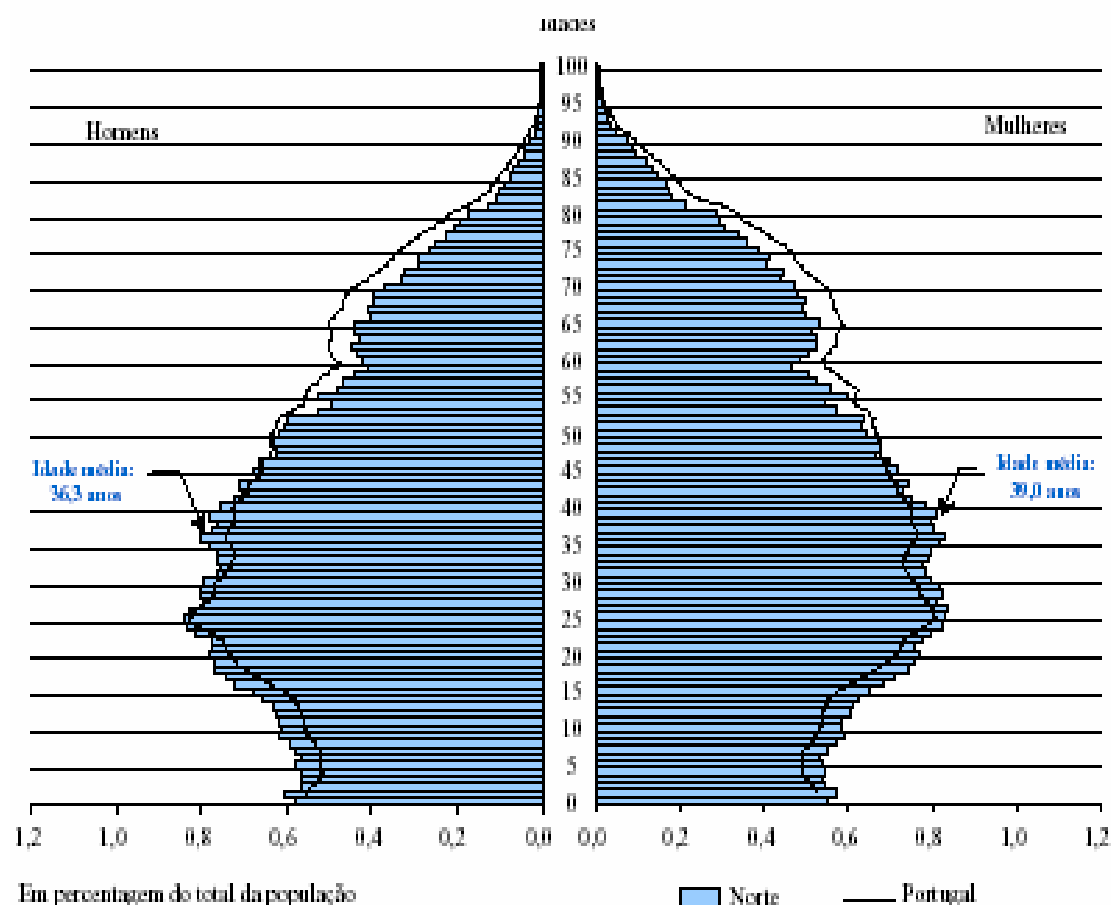
Quadro 4 – Estrutura Etária da População do Concelho Barcelos

Grupo etário	Numero de Habitantes	%
0-14	24.648	20,2
15-24	20.849	19,0
25-64	63.443	57,0
> 65	13.156	11,7

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

A dominância de uma população jovem significa um potencial a ter em conta em qualquer estratégia de desenvolvimento e que apesar do envelhecimento da população que se denota no traçado da pirâmide, nomeadamente na sua base a Região Norte continua a ser no Continente Português, a região mais jovem e a única onde a proporção de jovens é superior à de idosos, (Figura 4).

Figura 4 – Pirâmide Etária Portugal e Norte, 2001

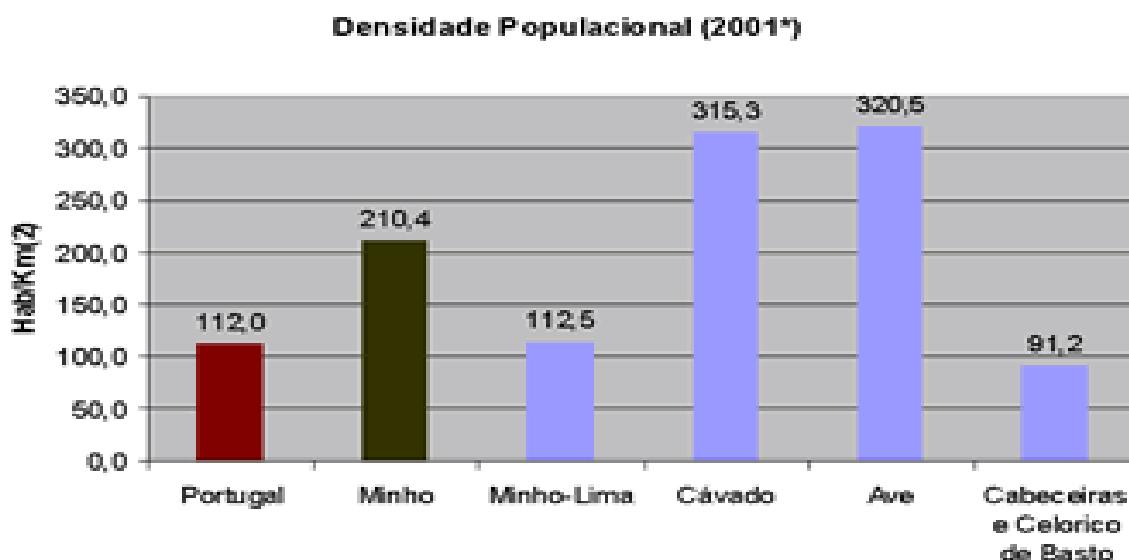


As principais concentrações demográficas estão localizadas nos concelhos

de Guimarães e Famalicão (Ave), Braga e Barcelos (Cávado) e Viana do Castelo e Ponte de Lima (Minho-Lima).

A densidade populacional da região é extremamente elevada, representando, em média, perto do dobro da densidade populacional do país. O destaque vai para as sub-regiões do Cávado e do Ave, (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Densidade Populacional 2001



Fonte INE – “Censos 2001” – Resultados preliminares para a região Norte

Os dados do recenseamento da população (Censos 2001), revelam pois, uma dinâmica de crescimento da população residente da NUTIII do Cávado que consideramos ser um factor muito positivo.

Em síntese, e conjugando os dados referenciados não restam dúvidas de que a NUTIII do Cávado reúne um conjunto de atributos que dão expressão de grande vitalidade em termos demográficos, que se confirma pela análise da estrutura etária e pela taxa de crescimento efectivo.

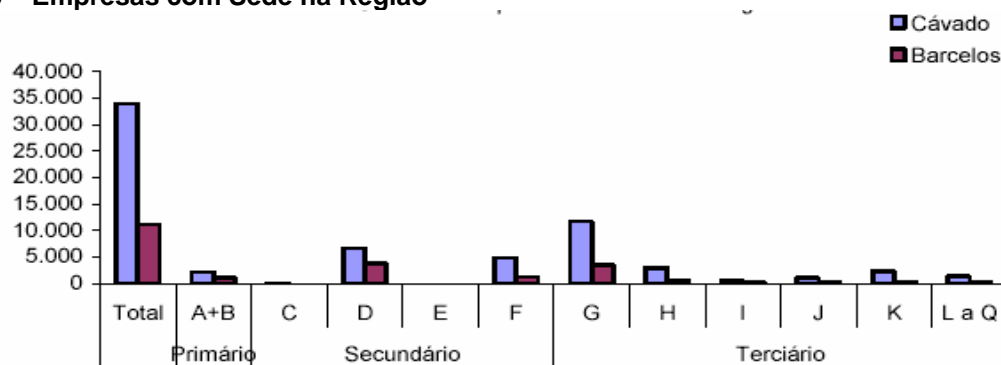
Estes factores têm, desde logo uma implicação directa no número de alunos no Ensino Secundário e Ensino Superior, bem como na oferta de recursos humanos para as empresas sediadas na região, como anteriormente referimos.

3. Evolução dos Sectores de Actividade Económica

Um estudo sobre a Identificação de Distritos Industriais em Portugal levado a cabo por João Cerejeira (1999), com base na identificação de *clusters* industriais, revela que a região do Vale do Ave e parte do Vale do Cávado (especialmente o concelho de Barcelos) são alguns dos concelhos de maior intensidade industrial do País, caracterizado por pequenas e médias empresas, com uma estrutura industrial muito especializada. O emprego no sector empresarial deve-se sobretudo, à Indústria Têxtil, Vestuário, Metalomecânica, Calçado e Cerâmica.

Num outro estudo elaborado pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2005) sobre a “*Caracterização Sócio-Económica dos Concelhos – Concelho de Barcelos*”, das empresas com sede na região quer ao nível do concelho quer ao nível da NUT III Cávado destacam-se as que estão ligadas à indústria transformadora e construção, no que respeita ao sector secundário, e as de comércio por grosso e a retalho (estas as mais representativas) e alojamento e restauração no que respeita ao sector terciário, (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Empresas com Sede na Região



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE), 2001.

CAE

A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura

B - Pesca

C - Indústrias Extractivas

D - Indústrias Transformadoras

E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água

F - Construção

G - Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis,

Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico

H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

Fonte: INE, Ficheiros de Unidades Estatísticas

CAE

I - Transportes, Armazenagem e Comunicações

J - Actividades Financeiras

K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas

L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória

M - Educação

N - Saúde e Acção Social

O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

P - Famílias com Empregados Domésticos

Q - Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

As sub-regiões dos vales do Cávado e do Ave correspondem a uma zona conhecida por um forte dinamismo empresarial, estando a grande maioria da população activa ligada ao sector secundário e terciário sendo no entanto a agricultura e a pecuária um sector importante, principalmente nos concelhos do interior.

Relativamente à população empregada por ramos de actividade económica no concelho de Barcelos, verifica-se segundo o mesmo estudo que, é o sector secundário que detém maior número de trabalhadores, seguindo-se o sector terciário e por último o sector primário, (Quadro 5).

Quadro 5 – População Residente Empregada, por Ramos de Actividade

Zona Geográfica/ Ramo de Actividade Económica	Total de Indivíduos/HM
Barcelos	58.934
Somatório do Sector Primário	2.867
Somatório do Sector Secundário	37.594
Somatório do Sector Terciário	18.473

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação -2001 (Resultados Definitivos)

Apesar da estrutura da população e das melhorias tecnológicas verificadas nos últimos anos o sector empresarial debate-se com os problemas da competitividade face às suas congéneres da União Europeia ou mercados emergentes, seja pelo défice de recursos humanos qualificada ou pelo seu preço.

Dados os padrões de referência do tecido empresarial da região, não será por isso de estranhar as reivindicações por recursos humanos mais qualificados, capazes de responder aos desafios de competitividade actuais.

4. População Residente Segundo Níveis de Instrução

Os níveis de instrução e formação são dos requisitos básicos para se aferir das condições necessárias ao desenvolvimento sócio-cultural e ao avanço científico – tecnológico que vai influenciar o nível de produtividade e de vida dos indivíduos.

Faremos referência a alguns indicadores relativos aos níveis de instrução, desde as taxas de analfabetismo até aos níveis de formação superior, para

completarmos o quadro da dinâmica demográfica do concelho de Barcelos no contexto regional e nacional. Avançamos com alguns dados extraídos dos resultados dos Censos 2001.

A taxa de analfabetismo é um importante indicador de desenvolvimento, por isso importa avaliar, no quadro regional e nacional, qual é a situação do concelho de Barcelos em relação a este indicador.

Em 2001, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 9,0%, inferior à taxa de 1991 de 11,0%. O Norte representa uma taxa de analfabetismo de 8,3% também inferior à do país, (Quadro 6).

Relativamente ao concelho de Barcelos, a taxa de analfabetismo sofreu um decréscimo de 1,7%, entre 1991 e 2001, (Quadro 6).

Quadro 6 – Taxa de Analfabetismo 1991/2001

Zona Geográfica	Taxa de Analfabetismo %	
	1991	2001
Portugal	11,0	9,0
Continente	10,9	8,9
Norte	9,9	8,3
Cávado	9,5	7,6
Barcelos	9,3	7,6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Segundo os dados dos Censos 2001, o nível de qualificação máxima de ensino atingido pela maior parte da população portuguesa foi o 1º ciclo básico com 35,1% da população total, seguindo-se o ensino secundário e o 3º ciclo com 15,6% e o ensino superior por último 10,7%. No mesmo ano 14,2% da população não tinha atingido qualquer tipo de ensino, (Quadro 7).

Segundo a mesma fonte e comparando a 1991, o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário foram os níveis de qualificação que registaram maiores acréscimos.

Relativamente ao concelho de Barcelos, podemos inferir que a população residente apresenta valores mais elevados também ao nível do 1º ciclo do ensino básico, sendo a percentagem da população com este nível de ensino de aproximadamente 37,6%, (Quadro7).

Quadro 7 – População Residente, segundo o Nível de Ensino Atingido

Zona Geográfica	Total	Nível de Ensino Atingido					
		Básico				Secundário	Superior
		Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
Portugal	10.356.117	14,2%	35,1%	12,5%	15,6%	15,6%	10,7%
Continente	9.869.343	14,1%	35,0%	12,4%	10,8%	15,7%	10,9%
Norte	3.687.293	13,9%	37,6%	15,1%	17,2%	13,0%	8,9%
Cávado	393.063	14,0%	34,8%	11,3%	11,3%	13,0%	8,9%
Barcelos	122.096	14,1%	37,6%	20,7%	11,7%	10,3%	4,9%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Relativamente ao Ensino Superior, e segundo os mesmos dados entre 1991 e 2001 a proporção de indivíduos com este tipo de ensino duplicou em todas as regiões do país.

Apesar da expansão verificada na última década no Ensino Superior, as necessidades produtivas, sociais e culturais justificam a continuação do crescimento deste subsector na região.

No âmbito das 1^{as} Jornadas para o Desenvolvimento do Alto Minho, na sua intervenção sobre “ *O Ensino Superior no Desenvolvimento do Alto Minho*”, Rosa (1991, p. 40), afirmou que:

“ Num país como Portugal, cujo tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, a criação e desenvolvimento de infra estruturas económicas é de grande importância e as instituições de ensino superior têm que, no apoio à criação e desenvolvimento, desempenhar um papel de grande relevo”.

5. A Oferta e a Procura de Formação

Da análise, anteriormente referida, sobre o índice de concentração populacional na região ressalta uma dominância de uma população jovem, que poderá ter algum impacto directo na procura de cursos de Ensino Secundário, e Ensino Superior, bem como na oferta de recursos humanos para as empresas com sede na região.

Outro dado relevante são os baixos níveis de escolarização da população jovem da região que resultam de décadas de um investimento em educação insuficiente e desequilibrado.

A qualificação dos recursos humanos desta região altamente industrializada apresenta-se como uma das grandes prioridades nacionais e é condição básica para a promoção da capacidade empreendedora das pessoas e das organizações a qual constitui um recurso fundamental para o desenvolvimento da região e do país.

Na verdade, uma educação e uma formação de qualidade ao longo da vida, constituindo uma experiência global de realização enquanto pessoa e membro da sociedade, são valores essenciais para uma economia moderna e tecnologicamente avançada.

A modernização e diversificação do aparelho produtivo e o combate ao ónus da periferia da região em termos nacionais e europeus implicam políticas de aumento do investimento em instrumentos capazes de potenciarem a competitividade nacional e internacional da região.

Nas empresas da região há carência em recursos humanos com habilitações superiores de âmbito tecnológico e a falta de quadros médios continua a ser apontado como a principal carência das empresas.

Neste sentido, o Ensino Politécnico poderá satisfazer melhor as necessidades sentidas, dado o carácter prático e regional do ensino ministrado. No entanto é fundamental que haja um equilíbrio entre a oferta e a procura de formação.

Para a caracterização da oferta e da procura de formação na região de inserção do IPCA, utilizamos informação de um estudo efectuado pelo Núcleo de Investigação em Políticas Económicas – NIPE, da Escola de Economia da Universidade do Minho em 2001, a nível de identificação das áreas/agrupamentos mais procurados no Ensino Secundário, assim como a procura dos cursos de Ensino Superior.

Segundo os dados deste estudo no período compreendido entre 1996 – 1999 e passamos a citar.

“...revelam que cerca de 50% dos alunos matriculados no agrupamento 3 (económico-social) das escolas secundárias se localizam na região Norte do País.

Em média, no período em questão, do total de alunos matriculados no Norte (aproximadamente. 134.000), cerca de 19% encontram-se inscritos em cursos tecnológicos. Relativamente ao total de alunos matriculados no ensino secundário na zona Norte do país, cerca de 12% são provenientes do Cávado, sendo que 19% destes frequentam cursos tecnológicos. Dentro dos cursos tecnológicos, o agrupamento Económico-Social representou, no ano lectivo 1998/99, cerca de 40% dos alunos inscritos, na zona Norte..., sendo no Cávado o peso deste agrupamento no mesmo ano lectivo de 50%.”.

Para a caracterização de oferta e procura de Ensino Superior na região de intervenção do IPCA, a informação reporta-se aos distritos de Braga, Viana do Castelo e Porto, no período em análise.

Nestes distritos, existe um número significativo de estabelecimentos de Ensino Superior, quer de índole Universitário (público e privado), quer Politécnico (público e privado).

No âmbito do estudo que estamos a realizar, julgamos pertinente e fundamental para testar a viabilidade do mesmo, analisar aquilo que se poderia evidenciar como concorrência. Para tal, efectuámos um levantamento das áreas científicas dos cursos ministrados nas unidades de ensino dos distritos mencionados, numa óptica regional a nível de Ensino Superior Politécnico Público.

Dos cursos de Contabilidade e Fiscalidade (regime nocturno), destacaremos o número de vagas e número de candidatos, no período em análise (1999-2004), dados que foram disponibilizados pelos Serviços Académicos do IPCA.

A oferta pública de Ensino Superior Politécnico Público, no Entre Douro e Minho, não considerando o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), está a cargo do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) e o Instituto Politécnico do Porto (IPP).

Na rede de Ensino Superior do Alto Minho o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), é a entidade que dispõe de maior oferta formativa nas áreas da Educação (Escola Superior de Educação – Viana do Castelo), Agrária (Escola Superior Agrária – Ponte de Lima), da Tecnologia e Gestão (sendo que nesta

última dominam as formações ligadas ao Turismo, Engenharia Civil e Ambiente, Engenharia Cerâmica e Alimentar – na Escola Superior de Tecnologia e Gestão Viana do Castelo), Enfermagem (Escola Superior de Enfermagem - Viana do Castelo), e Ciências Empresariais (Escola Superior de Ciências Empresariais – Valença).

O Instituto Politécnico do Porto tem como esfera de actuação os domínios da Engenharia (ISEP- Instituto Superior de Engenharia), da Educação (ESE – Escola Superior de Educação), Estudos Industriais, e de Gestão (este último desenvolvido no Pólo da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde – ESEIG – Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão), Música e das Artes do Espectáculo (ESMAE – Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo), da Contabilidade e Administração (ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração), e da Tecnologia e Gestão (ESTGF – Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Felgueiras), e da Saúde (ESTSP – Escola Superior de Tecnologia da Saúde).

Importa realçar que embora o IPCA possa sofrer a concorrência de outras unidades como o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), visto possuir cursos na área da Contabilidade (Contabilidade e Administração) e em regime nocturno não deverá constituir um obstáculo para a evolução do mesmo.

Apesar de haver instituições geograficamente próximas, que tenham cursos cuja orientação se aproxima dos ministrados pelo IPCA, a especificidade dos seus planos curriculares, abre – nos a oportunidade de reforçar competências específicas, como é o caso do curso de Fiscalidade e de Contabilidade, contribuindo desta forma para a criação de uma identidade própria, nestas áreas do saber e do conhecimento.

É de realçar também que o IPCA é a primeira instituição do país a oferecer cursos com a estrutura curricular do curso de Fiscalidade e de Contabilidade, o que por si só lhe confere um carácter único, e como tal, pode ser utilizado pela Instituição, na sua diferenciação face aos directos concorrentes.

Da mesma forma, e no que respeita às necessidades de recursos humanos

em constante e rápida mutação, pode converter-se numa oportunidade a ser explorada, tendo em conta que a necessária observação relativa à articulação e flexibilização dos planos curriculares poderá tornar-se uma competência fortemente atractiva em termos de envolvimento regional e local.

Após este esclarecimento metodológico, procedeu-se à análise dos dados concluindo-se que relativamente ao número de vagas fixadas (35 em cada curso), que a procura é largamente superior à oferta, (Quadro 8).

Face aos indicadores de procura potencial, tudo indica que se continue a registar uma procura pelos cursos senão crescente pelo menos semelhante à que se tem verificado até ao presente, (Quadro 8).

Outro indicador relevante prende-se com o elevado número de candidatos, no ano lectivo de 1998/1999 no curso de Fiscalidade que se traduziu na candidatura de 236 candidatos.

No ano de 1999/ 2000 esta tendência manteve-se com um aumento de 14,5% (276 candidatos). Este valor levou a que em 1999/2000 se iniciasse o curso de Fiscalidade regime nocturno.

Quadro 8 – Numero de Candidatos, por ano Lectivo aos Cursos IPCA

Cursos	Nº Vagas	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Contabilidade Empresarial	35	131	113	334	101	305	318
Contabilidade Finanças Públicas	35	126	128	328	269	304	301
Contabilidade Nocturno	35	*	120	123	98	120	91
Fiscalidade	35	236	276	261	219	283	282
Fiscalidade Nocturno	35	**	180	115	90	122	175
Sistemas de Informação Gestão	35	**	35	48	75	65	51

* Dados não disponíveis; **: Cursos criados no ano 1999/00

Fonte: Serviços Académicos do IPCA

Acresce ainda que a elevada procura dos cursos em questão se por um lado permite afiançar a imagem de qualidade e rigor por que se tem pautado a actuação da instituição por outro lado, também poderá evidenciar as carências das organizações públicas e privadas nas áreas da Contabilidade e da Fiscalidade.

Da análise feita nesta fase do nosso estudo permitiu evidenciar algumas potencialidades e estrangulamentos da região de inserção do IPCA.

Assim afiguram-se como principais potencialidades:

- A Região é dotada de ligações viárias, sendo de destacar as novas ligações que reforçam a centralidade e acessibilidade da mesma;
- Zona conhecida pelo forte dinamismo empresarial, sendo certo que a grande maioria da população activa se encontra ligada ao sector secundário e terciário;
- Potencialidades decorrentes da existência de uma população jovem com níveis de escolaridade crescente;
- Existência do Ensino Politécnico e Ensino Universitário público e privado, susceptíveis de potenciar a actividade produtiva da região.
- Como factores de estrangulamento, afigura-se:
 - Baixo nível de instrução e de qualificação profissional da população residente.
 - Concentração Industrial nos sectores tradicionais (têxteis, vestuário e calçado), onde predominam unidades de pequena dimensão, com baixa produtividade.
 - Articulação reduzida entre a actividade industrial e os centros de investigação nomeadamente as Instituições de Ensino Superior Politécnico.

PARTE III. O INSTITUTO POLITÉCNICO DO CAVADO E DO AVE

1. Evolução Histórica

1.1. O Instituto Politécnico do Cavado e do Ave

O Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), é uma Instituição Pública de Ensino Superior Politécnico, com sede na cidade de Barcelos e duas Escolas: a Escola Superior de Gestão (ESG), e a Escola Superior de Tecnologia (EST).

A sua criação inseriu-se na expansão da rede do Ensino Superior Politécnico, de forma a dar resposta às necessidades de formação científica, técnica e profissional diagnosticadas junto do sector empresarial privado e público, como estímulo ao desenvolvimento regional.

Como tal tem como principal característica estimular o “saber profissional”, sem no entanto deixar de lado o “saber científico”, enquanto base segura para a formação de profissionais capazes de colocar as suas competências ao serviço da comunidade.

O IPCA tem como principal objectivo afirmar-se como um importante factor de desenvolvimento regional, através de uma aposta na qualidade que levará à promoção de um nível de formação avançada, a uma actividade científica aplicada, aberta ao exterior através do apoio e prestação de serviços à comunidade.

Uma das mais jovens instituições públicas de Ensino Superior, o IPCA, encontra-se em regime de instalação, enquadrando-se no preceituado do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto – Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto, que faz aplicar o regime de instalação aos organismos da administração pública que, devido à complexidade das suas futuras atribuições e dimensão, não permitem a imediata definição dos seus objectivos, da sua estrutura orgânica ou do seu quadro de pessoal.

Este regime sujeita assim, a instituição à tutela do Ministério da Educação e limita-a relativamente à autonomia, no entanto goza, ao abrigo do Decreto – Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro, de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A autonomia estatutária só será adquirida com a aprovação dos estatutos do IPCA e consequente passagem para o regime normal de funcionamento dos institutos públicos.

1.2. Evolução Histórica

O IPCA, foi criado pelo Decreto – Lei n.º 304/94, de 19 de Dezembro, que consagrou também a constituição das duas Escolas Superiores, a Escola Superior de Gestão (ESG) e a Escola Superior de Tecnologia (EST), com sede na cidade de Barcelos.

A actividade formal do IPCA, em regime de instalação, iniciou – se aquando da tomada de posse do seu primeiro Presidente, Professor Doutor José Eduardo Lopes Nunes, Professor Catedrático da Universidade do Minho, dada por sua Excelência o Secretário de Estado do Ensino Superior em 29 de Julho de 1995, de acordo com o Despacho n.º 42/ME/95, de 1 de Junho de S.E. a Ministra da Educação, publicado do Diário da Republica n.º 127, de 1/06/1995.

Com o apoio técnico e financeiro da Câmara Municipal de Barcelos, foi recuperada a “Casa Campos Henrique” para instalar os Serviços Centrais (Presidência, Serviços Administrativos, Académicos e de Acção Social) processo que decorreu entre Outubro de 1995 e Junho de 1996, altura em que os serviços iniciariam o seu funcionamento regular, com a implementação duma estrutura organizacional mínima, para fazer face às exigências administrativas, pedagógicas e científicas inerentes ao lançamento do seu primeiro ano lectivo 1996/97, na Escola Superior de Gestão.

A estrutura organizacional foi criada por um lado, com base nos princípios da simplificação do processo de gestão dos órgãos de instalação (Presidente, Comissão Instaladora e Administrador), e por outro lado, na existência de mecanismos de participação nos órgãos pedagógicos, previstos no Decreto – Lei

n.º 24/94, de 27 de Janeiro, realçando a autonomia científica, pedagógica, e administrativa das suas escolas.

Esta estrutura é constituída assim por três unidades orgânicas: Serviços Centrais, Escola Superior de Gestão e Escola Superior de Tecnologia.

A actividade pedagógica do IPCA, através da Escola Superior de Gestão iniciou-se em 21 de Outubro de 1996, com 74 alunos distribuídos pelos dois cursos inicialmente criados: Contabilidade Empresarial (CE) e Contabilidade e Finanças Públicas (CFP), contando na altura com o apoio científico e pedagógico (conselho científico e pessoal docente) da Universidade do Minho, através de um protocolo de cooperação com a reitoria, ao nível do apoio que foi assinado pelo Sr. Vice – Reitor Prof. Doutor Licínio Chaínho Pereira, em 19 de Dezembro de 1996, no acto solene de Comemoração do Dia do IPCA.

Nesta perspectiva, mostrou-se fundamental a criação de mecanismos de participação e envolvimento das instituições da região (públicas e privadas) através de protocolos de cooperação e parcerias pontuais.

A Instituição mantém assim, relações institucionais com diferentes entidades nacionais e estrangeiras. No plano nacional, salienta – se: os protocolos de cooperação pedagógica com a Universidade do Minho, e os protocolos com a Editora Rei dos Livros, Comissão de Coordenação da Região Norte e com a Escola Profissional de Esposende, a Associação Fiscal Portuguesa, a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, a Escola Profissional do Alto Lima, APOTEC, Primavera software e outras empresas privadas; protocolo com a Câmara Municipal de Barcelos para atribuição de prémios de mérito escolar e ainda protocolos com a Fundação para a Computação Científica Nacional, a Microsoft, a Oracle, Instituições Bancárias (Banco Santander Portugal, S.A.), com a TecMinho e com o Governo Civil de Braga para efeitos de cooperação no domínio da administração pública e modernização administrativa.

No plano internacional, referem-se os protocolos no âmbito dos programas comunitários SÓCRATES – acção – ERASMUS – e LEONARDO DA VINCI com instituições da Alemanha, Espanha, Dinamarca, Itália e Polónia.

Acresce ainda as diversas acções de interface com a sociedade, como sejam o apoio técnico à Câmara Municipal do Porto para implementação do POCAL (Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais); actividades de formação dirigidas às Autarquias Locais (FORAL) e outros públicos alvo.

Esta ligação com a comunidade que o IPCA continua a estabelecer de diversos âmbitos e com as mais diversas finalidades, tem como ideia comum a vontade de congregar esforços na promoção do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico da região.

1.3. Composição Estrutural

A criação das Escolas do IPCA obedeceu às mesmas motivações e necessidades subjacentes ao nascimento e desenvolvimento do Ensino Superior Politécnico nas décadas de 80 e 90 do século XX. Este novo sistema de Ensino Superior, marcadamente vincado pelo desenvolvimento de competências técnicas e tecnológicas, procurava responder às exigências e necessidades profissionais num contexto sectorial ou regional.

A instalação das mesmas enquadra-se ao nível regional nos objectivos estratégicos de promoção, formação e qualificação dos seus recursos humanos, assumindo uma postura marcadamente regional na implementação dos seus projectos educativos.

A inserção destas Escolas no concelho, versando várias áreas distintas como as de Tecnologia, Contabilidade, Fiscalidade, veio colmatar a forte carência que exista na região de profissionais altamente qualificados dando-lhes uma forte formação prática nos domínios referidos.

Enquanto base segura para a formação de profissionais capazes de colocar as suas competências ao serviço da comunidade, prestando serviços à rede de estabelecimentos de ensino e empresas da região têm contribuído para o reconhecimento também, da importância deste subsistema de Ensino Superior nos diferentes sectores económicos e científicos da vida nacional.

Foram os vectores – desenvolvimento de competências

técnicas/tecnológicas e o contexto sectorial/ regional – que determinaram a criação dos cursos das Escolas.

1.3.1 A ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO (ESG)

A Escola Superior de Gestão (ESG) está integrada no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e tem como principal preocupação as necessidades de formação científica, técnica e profissional diagnosticadas junto do sector empresarial quer privado quer público, da sua área geográfica de intervenção, promovendo assim um nível de formação adequado às necessidades identificadas na região.

É ainda objectivo da ESG a promoção de actividades de investigação e desenvolvimento que visam a ligação entre o Ensino Superior e as empresas, contribuindo assim para solucionar problemas regionais e abrindo portas à comunidade.

Encontra-se em regime de instalação, nos termos do Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro, que através do seu artigo 12.º lhe dá autonomia pedagógica, científica e administrativa. Desde a sua criação, vários foram os cursos criados na ESG.

Desde a sua criação, vários foram os cursos criados na Escola Superior de Gestão (ESG). Em 24 de Julho de 1996, através das Portarias n.º 289/96 e n.º 292/96 foram aprovados os dois primeiros cursos de bacharelato em Contabilidade Empresarial (C.E) e Contabilidade e Finanças Públicas (C.F.P.).

A optimização dos espaços pedagógicos e a responsabilidade assumida de dar resposta às necessidades do meio envolvente, levaram a ESG a oferecer no ano lectivo seguinte (1997/98) um curso em Contabilidade em regime nocturno através da Portaria n.º 484/97, de 14 de Julho.

Em 1998/99 através da Portaria n.º 413P/98, de 17 de Julho é aprovado o curso de Fiscalidade, (Quadro 9).

Quadro 9 – Sequência Cronológica da Entrada em Funcionamento dos Cursos

PERIODO	CURSOS	GRAU (1)	PORTARIA	
			NUMERO	DATA
1996/97	Contabilidade Empresarial	B	292	24-Jun
1996/97	Contabilidade Finanças públicas	B	289	24-Jun
1997/98	Contabilidade (Regime Nocturno)	B	484	14-Jul
1998/99	Fiscalidade	B	413 - P	17-Jul

(1) B : Bacharelato

Fonte: Serviços Académicos do IPCA

A alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo permitiu que em 1999/2000 os cursos de bacharelato já existentes (Contabilidade Empresarial, Contabilidade e Finanças Públicas, Fiscalidade e Contabilidade (regime nocturno), fossem transformados em licenciaturas bietápicas.

Neste mesmo ano (1999/2000) foram criadas, duas novas licenciaturas: Fiscalidade (regime nocturno) e Sistemas de Informação para a Gestão (SIG), (Quadro 10).

Quadro 10 – Sequência Cronológica da Entrada em Funcionamento dos Cursos

PERIODO	CURSOS	GRAU (1)	PORTARIA	
			NUMERO	DATA
1999/00	Fiscalidade (Regime Nocturno)	B + L	495	12-Jul
1999/00	Sistemas de Informática. Gestão	B + L	495	12-Jul

(1) B+L - Licenciatura Bietápica

Fonte: Serviços Académicos do IPCA

No ano de 2001/2002, foi criado o Curso de licenciatura em Sistemas de Informação para a Gestão (regime nocturno), o que permitiu cobrir, em horário pós-laboral, todas as áreas científicas ministradas na instituição, perfazendo um total de 1098 alunos, (Quadro 11).

Quadro 11 – Sequência Cronológica da Entrada em Funcionamento dos Cursos

PERIODO	CURSOS	GRAU (1)	PORTARIA	
			NUMERO	DATA
2001/02	Sistemas de Informática. Gestão (Regime Nocturno)	B + L	692	10-Jul

(1) B+L Licenciatura Bietápica

Fonte: Serviços Académicos do IPCA

Contabilizava-se até esta data em 7 (sete) os cursos de licenciaturas ministradas na Escola Superior de Gestão, quatro em regime diurno e três em regime nocturno, (Quadro 12).

Quadro 12 – Resumo dos Sete Cursos

Período	Cursos	Grau
1996 / 99	Contabilidade Empresarial	B
	Contabilidade e Finanças Públicas	B
	Contabilidade (Regime Nocturno)	B
	Fiscalidade	B
1999 / 02	Contabilidade Empresarial	B+L
	Contabilidade e Finanças Públicas	B+L
	Contabilidade (Regime Nocturno)	B+L
	Fiscalidade	B+L
	Fiscalidade (Regime Nocturno)	B+L
	Sistemas de Informação para a Gestão	B+L
2001 / 02	Sistemas de Informação Gestão (Regime Nocturno)	B+L

Fonte: Serviços Académicos do IPCA

O alargamento da oferta de formação, nomeadamente de formação avançada (pós – graduada) direccionada para a população activa é, actualmente uma vertente em pleno desenvolvimento nas instituições de Ensino Superior.

A *massificação* do acesso ao Ensino Superior graduado (bacharelato / licenciatura) criou condições propícias ao desenvolvimento e investimento do ensino de pós-graduação (especializações, mestrados, doutoramentos).

Ter uma formação avançada mais especializada, determinará uma especialização profissional, que se reflectirá no tecido empresarial, pois a incorporação de quadros especializados é uma mais valia no mercado empresarial e, em particular no mercado de trabalho.

Enquanto prolongamento e complemento da formação inicial, enquadra-se num dos objectivos fulcrais da instituição: a prestação de serviços à comunidade numa perspectiva de valorização recíproca e de desenvolvimento regional.

Atenta a esta conjuntura a ESG em 2002, lançou os cursos de pós-graduação desenvolvidos em articulação com outras instituições.

Assim decorreram, ou estão em curso, na ESG, os seguintes cursos de pós-graduação:

- Ano Lectivo 2001/2002 – 1ª edição – Pós – graduação em Contabilidade Pública;

- Ano Lectivo 2002/2003 – 2^a edição – Pós – graduação em Contabilidade Pública;
- Ano Lectivo 2002/2003 – 1^a edição – Pós – graduação em Fiscalidade
- Ano Lectivo 2002/2003 – 1^a edição – Pós – graduação em Gestão Escolar (conducente ao Mestrado em Administração e Planificação da Educação);
- Ano Lectivo 2003/2004 – Pós – graduação em Gestão Financeira (Não estando em funcionamento);
- Ano Lectivo 2004/2005 – 2^a edição – Pós – graduação em Fiscalidade;
- Ano Lectivo 2005/2006 – 1^a edição – Pós – graduação em Turismo e Desenvolvimento Regional.

A parte curricular destes cursos, estão organizadas de acordo com o regime de unidades de crédito (U.C.) previsto no Decreto – Lei n.º 173/80, de 29 de Maio.

O curso de pós-graduação em Gestão Escolar permite a prossecução de estudos ao nível de Mestrado.

Esta especificidade enquadra-se na dinâmica e expansão da Escola que celebrou um protocolo de colaboração institucional com a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Porto, uma vez que é uma Universidade vocacionada para a área da Gestão e das Ciências da Educação.

1.3.2 A ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA (EST)

A Escola Superior de Tecnologia (EST) criada pelo Decreto – Lei n.º 304/94, de 19 de Dezembro foi activada em Outubro de 2004 com a criação do primeiro curso de Informática Industrial, (Quadro 13).

Tal como a ESG, a EST encontra-se em regime de instalação, nos termos do Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro, que através do seu artigo 12.º lhe dá autonomia pedagógica, científica e administrativa.

São objectivos da EST:

- Formar profissionais com um elevado nível de preparação técnica, científica, cultural e humana tornando-se agentes de mudança no âmbito empresarial e regional;
- Desenvolver projectos ao nível da investigação, sendo esta investigação tanto quanto possível aplicada, através de projectos de cooperação com a Indústria e/ ou outras instituições de ensino, nacionais ou internacionais, tendo em conta o papel fundamental das actividades de I&D tanto como suporte de um ensino de qualidade como factor potenciador de um desenvolvimento harmonioso do tecido envolvente;
- Prestar serviços à comunidade numa perspectiva de valorização recíproca e de desenvolvimento regional.

Com a transferência da ESG e posterior reestruturação dos cursos de Sistemas de Informação para a Gestão, diurno e nocturno, e a criação de dois novos cursos, o curso de Design Industrial e a Informática para a Saúde, a EST conta actualmente com 5 cursos de licenciatura bietápica, (Quadro 13).

Quadro 13 – Cursos de Formação Inicial da EST

Curso	Grau	Portaria	
		Numero	Data
Informática Industrial	B+L	595/95	15-07-2005
Design Industrial	B+L	595/96	16-07-2005
Informática para a Saúde	B+L	595/97	17-07-2005
Sistemas de Informação Gestão	B+L	495/99	12-07-1999
Sistemas de Informação Gestão (Nocturno)	B+L	692/01	10-07-2001

B+L - Licenciatura Bietápica

Fonte: Serviços Académicos IPCA

Para além dos referidos cursos de formação inicial, a EST oferece cursos de pós-graduação em:

- Ano Lectivo 2005/2006 – Pós – graduação em Informática para a Saúde (não estando ainda em funcionamento).

PARTE IV. ANÁLISE DESCRITIVA DOS CURSOS

1. Curso de Contabilidade (Regime Nocturno)

1.1. Evolução Sumária do Contexto em que o Curso Foi Criado

O Ensino Superior Politécnico visa ministrar formações mais curtas e profissionalizantes e actuar como um elemento de desenvolvimento regional pretendendo assim constituir um elo de ligação entre o sistema educativo e as unidades produtivas da região onde estão inseridos.

Face ao desenvolvimento económico e social e ás fortes dinâmicas de mudança tecnológica, as empresas viram-se coagidas a adaptarem – se e acompanharem as novas exigências em termos profissionais, possuindo técnicos especializados nas mais variadas áreas do saber, de modo a responderem à volatilidade do mercado global.

O Ensino Superior deverá, pois, formar recursos humanos qualificados, com capacidade de dar resposta às actuais e futuras exigências do sistema produtivo.

A evolução da demografia portuguesa nos últimos anos está na origem da diminuição do número de indivíduos em idade de frequentar o ensino até ao final do secundário assim e aliada ao crescimento de oferta de formação de nível superior quer público quer privado coloca-se a questão da subutilização da capacidade do sistema.

Tendo em atenção a diminuição de indivíduos nos grupos etários mais jovens, é fundamental estimular novos segmentos da procura. Os adultos sem prévia formação superior e que já adquiriram algumas competências no mercado laboral enquadram-se neste segmento.

Neste cenário o curso bietápico de licenciatura em Contabilidade (regime

nocturno) visa facultar uma oportunidade de formação a indivíduos inseridos no mercado de trabalho (dado o seu funcionamento pós-laboral), no âmbito da Contabilidade capaz de acompanhar a evolução verificada nesta área, na gestão de empresas e na administração pública proporcionando-lhes uma actualização progressiva e qualificação profissional que permita fornecer informação útil e resposta rápida às exigências dos serviços públicos e privados.

O curso bietápico de licenciatura em Contabilidade (regime nocturno), visa assim formar quadros médios e superiores com uma sólida preparação técnica e científica na área da Contabilidade e Auditoria, com capacidade para assumir a responsabilidade pelo sistema de Contabilidade e fornecer a informação necessária para a tomada de decisões.

Por outro lado vem colmatar a lacuna que existente no Ensino Superior quanto a formações em horário pós-laboral, na área de influência da Escola Superior de Gestão.

Os estudantes ao adquirirem o grau de bacharel ficam dotados de toda uma formação específica na sua área de intervenção, conferindo-lhes uma aptidão técnica essencialmente vocacionada para um saber prático permitindo-lhes o ingresso imediato no mercado de trabalho.

Os bacharéis em Contabilidade (regime nocturno) ficam habilitados, como Técnicos Oficiais de Contas – TOC – (curso reconhecido pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas), permitindo a integração nos quadros médios das organizações.

A profissão do Técnico Oficial de Contas reveste-se de grande importância para as empresas na medida em que se consubstancia na preparação de documentos e de demonstrações financeiras cruciais para o processo de tomada de decisão.

É pois vital que as empresas se rodeiam destes técnicos, com esta formação capazes de se manterem permanentemente ajustados às leis e normas a que estão sujeitos e que se encontram em constante alteração.

Podemos resumir as justificações para a criação do curso de bacharelato em Contabilidade (regime nocturno) que se iniciou no ano lectivo de 1997/98, contando até ao ano do nosso estudo (2003/2004) com 255 alunos:

- Formação superior em Contabilidade;
- Satisfazer as necessidades de recursos humanos da região;
- Novos públicos (horário pós-laboral).

Com a introdução do curso bietápico de licenciatura em Contabilidade (regime nocturno), no ano lectivo de 1999/2000, abriram-se boas perspectivas quer para a instituição, no sentido do seu enriquecimento material e humano, quer para os bacharéis que, dispondo de uma maior oferta ao nível da formação vêem alargadas as suas opções, podendo escolher entre o ingresso imediato no mercado de trabalho ou o prosseguimento dos seus estudos.

Com a licenciatura tem-se como objectivo aprofundar um conjunto de conhecimentos adquiridos no 1º ciclo do curso, acentuando uma perspectiva mais teórica das matérias a leccionar, que, aliada ao facto de se manter a realização do estágio no 4º ano do 1º ciclo, possibilita uma maior percepção dos desafios que se colocam no mercado de trabalho, e permite aos alunos a consolidação dos conhecimentos adquiridos e a sua preparação para o exercício de funções de maior qualidade. No ano de 2003/2004 estavam inscritos no 2º ciclo 58 alunos.

Salienta-se ainda que com a introdução do curso bietápico de licenciatura em Contabilidade (regime nocturno), criam-se as condições para o acesso a cursos de nível pós-graduado por parte dos diplomados do IPCA, fomentando assim a investigação e o desenvolvimento de uma área recente e em franco crescimento, dando-se, desta forma, cumprimento a um dos objectivos definidos para as instituições de Ensino Superior.

1.2. Justificação Científica, Técnica e/ou Profissional da Designação do Curso

Mais uma vez se salienta o objectivo do curso bietápico de licenciatura em Contabilidade (regime nocturno), que visa:

- Formar quadros médios e superiores na área da Contabilidade e Auditoria;
- Permitir uma oportunidade de formação a indivíduos inseridos no mercado laboral.

A designação do curso de “*Contabilidade (regime nocturno)*”, identifica assim duas características fundamentais: por um lado fornece uma formação superior em Contabilidade orientada para a gestão de empresas e para a administração pública, e por outro lado uma funcionalidade em horário pós-laboral.

O plano curricular do curso de Contabilidade (regime nocturno) evidência a relevância da formação específica na área de Contabilidade, que se evidência no seu leque de unidades curriculares.

As disciplinas como, Contabilidade Geral; Contabilidade de Custos, Contabilidade das Sociedades; Contabilidade Pública; Fiscalidade; Relato Financeiro; Auditoria; Contabilidade de Gestão; Contabilidade Internacional; Contabilização de Novo Instrumentos Financeiros; História e Teoria da Contabilidade; entre outras, constituem um suporte adequado para uma sólida preparação técnico – científica no domínio da Contabilidade, vocacionada quer para o sector privado quer para o sector público.

No âmbito de cooperação entre o tecido produtivo e empresarial da região, o plano de estudos do curso de Contabilidade (regime nocturno), prevê a realização de um estágio curricular no final do 1º ciclo da licenciatura bietápica (4º ano do bacharelato), que permite aos alunos complementar a qualificação adquirida no âmbito do curso com uma experiência laboral em ambiente de trabalho.

As empresas da região têm demonstrado, um grande interesse em acolher os nossos estagiários pois se por um lado podem beneficiar de uma contribuição prática por parte destes, por outro lado poderão usufruir do desenvolvimento de determinadas áreas ou do tratamento de determinada informação que por vezes são negligenciadas como por exemplo a implementação de uma contabilidade analítica e controlo de stocks, entre outros.

1.3. Estrutura do Curso

1.3.1 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O curso de Contabilidade (regime nocturno), está organizado, organizada em dois ciclos sequenciais. O 1º ciclo conducente ao grau de bacharel e o 2º ciclo ao grau de licenciado.

O 1º ciclo tem a duração de 7 semestres lectivos. O 2º ciclo tem a duração de 2 semestres lectivos.

1.3.2 PLANO DE ESTUDOS

O plano de estudos contempla um leque diversificado de unidades curriculares semestrais e anuais, incluindo unidades curriculares de opção e o estágio.

A estrutura curricular do curso de Contabilidade (regime nocturno), integra um conjunto de disciplinas específicas da área da Contabilidade, para além de unidades curriculares de áreas afins, visando nomeadamente a formação de profissionais com elevado nível de preparação humana, cultural, científica e técnica preparando-os para os desafios da vida profissional.

No plano de estudos as unidades específicas na área científica da Contabilidade, Auditoria e Fiscalidade evidencia-se pois possuem cerca de 35% das unidades de crédito das disciplinas do curso. A segunda área mais representada é a de Economia e Gestão, com 20% do total das unidades de crédito.

Estas duas áreas científicas são os alicerces de uma preparação científica dos alunos na área da Contabilidade preparando-os com uma sólida formação no plano económico e da gestão de empresas, quer no sector privado, quer no público.

Face às crescentes exigências do mercado de trabalho e do mundo empresarial, há a necessidade de recorrer a alterações da estrutura curricular, por um lado como fruto da inovação que periodicamente é indispensável acatar, por

outro ditadas por pressões externas, facto que a Instituição através das suas escolas não é alheia.

Neste contexto, as diversas alterações dos *curricula* são muitas vezes ditadas pela necessidade de ajustamento às exigências da entidade de creditação externa (Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas).

Não existem situações de diferenciação curricular para os trabalhadores estudantes; só se aplica a legislação em vigor sobre o assunto, com a aplicação de alguns privilégios e direitos inerentes à condição de aluno trabalhador.

O Plano Actual de Estudos consta dos quadros que se seguem:

Quadro 14 – Plano de Estudo do Curso de Contabilidade (Regime nocturno) – 1º Ciclo
1º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
	A	S1	S2
1º Ano/ 1º e 2º semestre	A	S1	S2
Contabilidade Geral	X		
Informática	X		
Microeconomia		X	
Introdução ao Direito		X	
Matemática		X	
Cálculo Financeiro			X
Organização Empresas			X
Macroeconomia			X

2º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
	A	S1	S2
2º Ano/ 1º e 2º semestre	A	S1	S2
Contabilidade Custos	X		
Ciência Administrativa		X	
Finanças Públicas		X	
Opção 1		X	
Direito Comercial		X	
Gestão Recursos Humanos			X
Direito Fiscal			X
Informática Aplicada			X
Opção1			
Inglês Técnico, Francês Técnico ou Metodologia das Ciências Sociais			

3º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
	A	S1	S2
3º Ano/ 1º e 2º semestre	A	S1	S2
Contabilidade das Sociedades	X		
Contabilidade Pública		X	
Estatística		X	
Operações Bancárias		X	
Direito das Sociedades		X	

Direito Trabalho e Seg. Social			X
Fiscalidade			X
Elaboração e Análise de Projectos			X
Gestão Produção			X

4º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
4º Ano/ 1º e 2º semestre	A	S1	S2
Análise Económica e Financeira	X		
Auditoria		X	
Relato Financeiro		X	
Comunidade Europeia		X	
Ética e Deontologia		X	
Estágio ou Projecto			X

Fonte: Serviços Académicos IPCA

Quadro 15 – Plano de Estudo do Curso de Contabilidade (Regime nocturno) – 2º ciclo

5º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
5º Ano/ 1º e 2º semestre	A	S1	S2
Sistema Inf. Para a Gestão		X	
Contabilidade de Gestão		X	
Aplicações Sectoriais da Contabilidade		X	
Contabilidade Internacional		X	
Opção 2		X	
Finanças Internacionais		X	
Opção 3			X
História e Teoria da Contabilidade			X
Contabilização dos Novos Instr.Financeiros			X
Opção 4			X
Fiscalidade Internacional			X
Opção 2			
Desenvolvimento Organizacional / Disciplina Tributária / Seguros e Calculo Actuarial			
Opção 3			
Auditoria Tributária / Ciência Política e Direito Constitucional / Marketing			
Opção 4			
Controlo de Gestão / Internet e Informação Electrónica / Pedagogia do Ensino			

Fonte: Serviços Académicos IPCA

2. Curso de Fiscalidade (Regime Nocturno)

2.1. Evolução Sumária do Contexto em que o curso Foi Criado

A Fiscalidade é uma área que se encontra em constante alteração aliado ao facto da harmonização fiscal no quadro da União Europeia, com reflexos e consequências marcantes no dia a dia das empresas e organizações públicas.

O papel que assume a fiscalidade na gestão resulta do seu carácter instrumental no sentido de auxiliar os gestores na tomada de decisões, que postulam uma análise atenta dos problemas fiscais nas perspectivas económicas – financeira, contabilística e jurídica.

Paralelamente as organizações públicas enfrentam grandes desafios que exigem uma adaptação constante e permanente às normas e directivas comunitárias e internacionais.

No ano lectivo de 1998/99 entrou em funcionamento o curso de bacharelato em Fiscalidade, que registou uma elevada procura. No ano lectivo de 1999/2000 iniciou-se o curso bietápico de licenciatura em Fiscalidade (regime nocturno), pelos seguintes motivos:

- Elevado número de candidatos, no ano lectivo anterior, ao curso diurno da área de Fiscalidade;
- Não existir na região do Minho qualquer curso superior nesta área da Fiscalidade em regime pós – laboral, havendo solicitações da parte das empresas e organismos públicos para o seu funcionamento;
- Excelentes relações com a Universidade do Minho, o que permite, conforme protocolo celebrado entre estas duas Instituições, se necessário, recrutar docentes em regime de acumulação com grande experiência profissional, na área científica do curso;
- Dar cumprimento ao plano de desenvolvimento da Escola Superior de Gestão do IPCA, que previa ministrar cursos bietapicos de licenciatura na área de Contabilidade e de Fiscalidade;
- O corpo docente da Escola Superior de Gestão com especial preparação nas áreas da Fiscalidade e da Contabilidade e do Direito, tem granjeado reconhecimento e prestígio, na sequência da qualidade e rigor demonstrados nos cursos de bacharelato em que as mesmas têm especial relevo.

Este curso visa facultar uma oportunidade de formação a uma população activa necessitada de uma maior qualificação para fazer face às exigências que

se colocam no mercado de trabalho, respondendo desta forma à necessidade de uma permanente actualização dos conhecimentos e de um estudo vigilante capaz de acompanhar a evolução de que tem sido alvo a área da contabilidade, quer no sector privado, quer no sector público.

O curso bietápico de licenciatura em Fiscalidade (regime nocturno) abre boas perspectivas quer para a instituição IPCA, no sentido do seu enriquecimento material e humano, quer para os bacharéis que, dispondo de uma maior oferta ao nível da formação, vêem alargadas as suas opções, podendo conciliar uma actividade profissional com a obtenção de uma habilitação académica de nível superior.

Com esta licenciatura, tem-se como objectivo aprofundar e desenvolver um conjunto de conhecimentos adquiridos no 1º ciclo do curso, acentuando uma perspectiva mais teórica das matérias a leccionar, permitindo a consolidação dos conhecimentos detidos e a sua preparação para o exercício de funções de maior qualificação.

Com a introdução deste curso bietápico de licenciatura em Fiscalidade (regime nocturno) criaram-se condições para o acesso a cursos de nível pós – graduado por parte dos diplomados do Instituto, fomentando-se assim a investigação e o desenvolvimento de uma área recente e em franco crescimento, dando-se assim cumprimento a um dos objectivos definidos para as instituições de Ensino Superior.

2.2. Justificação Científica, Técnica e/ou Profissional da Designação do Curso

A designação do curso de licenciatura em Fiscalidade (regime nocturno) justifica-se pelo objectivo do curso de formar pioneiramente quadros médios e superiores capazes de organizar e assumir a realização de trabalhos de assessoria fiscal em sociedades de advogados, de contabilidade e auditoria, de revisores de contas e outras empresas, bem como na área financeira em organismos públicos.

Esta designação evidencia o conhecimento aprofundado que é transmitido

aos alunos na área da Fiscalidade.

O plano de estudos integra um conjunto diversificado de unidades curriculares específicas da área da fiscalidade, para além de unidades curriculares de áreas afins, de forma a possibilitar aos diplomados uma sólida preparação técnico – científica e cultura, habilitando-os a enfrentar os desafios da vida profissional.

Por se tratar de um curso directamente ligado às áreas da Fiscalidade e da Contabilidade possui um elenco curricular composto essencialmente por disciplinas na área da Contabilidade e Fiscalidade assim como áreas afins, tais como: Direito Fiscal; Imposto sobre o Rendimento; Imposto sobre o Património e a Despesa; Infracções Fiscais; Fiscalidade Internacional; Fiscalidade Comunitária; Contabilidade Geral; Contabilidade das Sociedades; Relato Financeiro; Contabilidade de Custos; Direito das Sociedades; Direito Comercial; Direito das Empresas; Direito das Obrigações.

2.3. Estrutura do Curso

2.3.1 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O curso de licenciatura em Fiscalidade (regime nocturno), possui uma estrutura curricular, organizada em dois ciclos sequenciais com a duração, respectivamente de sete (7) semestres lectivos mais um (1) semestre para a realização do estágio e dois (2) semestres lectivos. O 1º ciclo confere o grau de Bacharel e o 2º ciclo confere o grau de licenciado.

2.3.2 PLANO DE ESTUDOS

O plano de estudos contempla um conjunto de unidades curriculares semestrais e anuais, incluindo unidades de opção e estágio. O estágio que se realiza no 3º ano do 1º ciclo, possibilita uma maior percepção dos desafios que se colocam no mercado de trabalho, e permite aos alunos a consolidação dos conhecimentos adquiridos e a sua preparação para o exercício de funções de maior qualificação.

As unidades curriculares semestrais e anuais que integram o plano de

estudos, incluindo as de opção e o estágio é ministrado com base numa metodologia de ensino que assenta na natureza teórico-prática das disciplinas a ministrar excepto o estágio.

Relativamente ao facto de existirem diferenciações curriculares para os estudantes trabalhadores estas não ocorrem: o que se pratica decorre da aplicação de legislação em vigor que confere ao estudante um conjunto de privilégios e direitos inerentes à sua condição.

Tal como no curso de licenciatura em Contabilidade (regime nocturno), as revisões curriculares são realizadas pela necessidade de ajustar o plano de estudos à envolvente externa facto que a instituição através das suas Escolas não é alheia.

O plano de estudos consta dos quadros que se seguem:

Quadro 16 – Plano de Estudo do Curso de Fiscalidade (Regime nocturno) – 1º ciclo

1º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
	A	S1	S2
1º Ano/ 1º e 2º semestre			
Contabilidade Geral	X		
Informática	X		
Microeconomia		X	
Ciências Política e Direito Constitucional		X	
Introdução ao Direito		X	
Macroeconomia			X
Matemática			X
Direito Fiscal			X

2º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
	A	S1	S2
2º Ano/ 1º e 2º semestre			
Contabilidade de Custos	X		
Ciência Administrativa e Direito Administrativo	X		
Imposto sobre Rendimento		X	
Informática Aplicada		X	
Finanças Públicas		X	
Organização de Empresas			X
Opção 1			X
Opção1			
Inglês Técnico / Francês Técnico ou Metodologia das Ciências Sociais			

3º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
	A	S1	S2
3 Ano/ 1º e 2º semestre			
Imposto sobre o Património e Despesa	X		
Direito Comercial		X	
Cálculo Financeiro		X	
Direito do Trabalho e Seg. Social		X	
Comunidade Europeia		X	
Análise Económica e Financeira			X
Operações Bancárias			X
Direito das Sociedades			X
Estatística			X

4º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
	A	S1	S2
4º ano/ 1º e 2º semestre			
Direito das Obrigações	X		
Relato Financeiro		X	
Disciplina Tributária		X	
Auditoria		X	
Ética e Deontologia		X	
Estágio/ Projecto			X

Fonte: Serviços Académicos IPCA

Quadro 17 – Plano de Estudo do Curso de Fiscalidade (Regime nocturno) – 2º ciclo

5º ANO

Unidades Curriculares	Regime		
	A	S1	S2
5º ano/ 1º e 2º semestre			
Contabilidade das Sociedades	X		
Sistemas de Informação. para a Gestão		X	
Direito das Empresas		X	
Fiscalidade Comunitária		X	
Auditoria Tributária		X	
Opção 2		X	
Mercados Financeiros			X
Procedimentos e Contencioso Tributário			X
Fiscalidade Internacional			X
Notariado e Registo			X
Opção 3			X
Opção 2			
Finanças Internacionais / Gestão de Projectos / Contabilidade Internacional			
Opção 3			
Contabilidade Pública /Marketing / Pedagogia do Ensino /Internet e Informação Electrónica			

Fonte: Serviços Académicos IPCA

Parte V. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é “(...) a organização crítica das práticas de investigação”

Almeida e Pinto (1982,p.84)

1. Definição do Objecto de Estudo

Num mundo em rápida e permanente mudança, nomeadamente no que respeita ao mundo da técnica e da informação, onde as economias passaram a ser globais e o mercado de trabalho é o espelho disso mesmo, exige-se que o indivíduo se saiba adaptar às constantes mudanças que marcam o mundo contemporâneo. Esta adaptação tem que ser imediata, pois com mudanças tão rápidas, o saber do indivíduo corre o risco de ser ultrapassado.

“A busca continuada da inovação tem levado a que inevitavelmente as pessoas, se vejam, forçadas, a permanentemente, rapidamente e adequadamente, se ajustarem a novas situações – isto é, de serem responsáveis aos reptos que lhes são lançados pelo meio envolvente”, (Coimbra, et. al. 2001,p.26 -27).

Desta forma nas sociedades modernas a educação – formação exerce, cada vez mais, um importante papel no desenvolvimento. É fundamental que o indivíduo não deixe de aprender ao longo da vida, que adquira novas competências, e que esteja sempre aberto a novas possibilidades.

Com as repercussões que o desenvolvimento tecnológico tem nas estruturas das empresas e na morfologia das profissões, os indivíduos poderão ter a oportunidade de pôr em prática as potencialidades adquiridas, tendo que haver para tal uma articulação entre estes desenvolvimentos e a oferta educativa.

A função das instituições de Ensino Superior não se reduz à formação de recursos humanos e à sua colocação no mercado de trabalho cada vez que este necessita, contudo não podemos ficar indiferentes a esta realidade face ao ritmo de desenvolvimento económico do País cada vez mais pensado em termos europeus e de globalização das actividades económicas. Assim estas instituições contribuem para o desenvolvimento socio-económico e cultural da região onde

estão inseridos.

Segundo, Nunes (1992, p. 55):

“Uma das primeiras funções dos Institutos Politécnicos como instituições participantes no processo de desenvolvimento regional é a de promover o conhecimento, em bases científicas, do ambiente e das condições sociais e culturais da região em que se inserem e, simultaneamente, de estimular e desenvolver a formação dos seus membros no sentido de os dotar dos instrumentos teóricos e metodológicos e da experiência prática necessária à prática desse conhecimento”

Assim a Escola como instituição pode e deve desempenhar um papel privilegiado na apropriação de conhecimentos e na mobilização de competências susceptíveis de assegurar aos indivíduos um papel responsável na construção da sociedade.

Através de determinados factores tais como a situação do mercado em relação a determinado curso, a imagem social do par curso/estabelecimento frequentado e as próprias destrezas e qualificações dos diplomados, a situação do trabalho ou as necessidades do tecido empresarial, são indicadores para as Instituições de se auto regularem, fazendo-as reflectir sobre a actualidade técnica e científica da formação que assegura, sobre a eficácia da estrutura curricular dessa formação ou sobre a qualidade dos processos de ensino e de avaliação que implementa.

Com a criação dos cursos em regime nocturno, o IPCA pretendeu dar respostas ás mudanças permanentes que ocorrem no mercado, permitindo deste modo uma constante actualização técnica e científica dos seus intervenientes, preconizando o acesso generalizado e continuado dos indivíduos a actividades de carácter educativo e formativo de forma a garantir, a todos, a aquisição e a actualização permanente de um conjunto de saberes e de instrumentos indispensáveis à sua adaptação às actuais situações de vida.

Com este estudo pretendeu-se averiguar até que ponto os conhecimentos, competências e habilidades adquiridas durante o bacharelato ou a licenciatura serão necessários e aplicados no desempenho da profissão, bem como foi vivenciado o curso, e como conceberam o seu relacionamento futuro com a

Instituição que lhes assegurou a formação inicial.

Diremos que temos aqui informação sobre algumas das nossas preocupações académicas que, não sendo uma informação exaustiva, reúne elementos para uma reflexão das nossas práticas.

2. Definição da(s) Hipótese(s) de Partida

A realização deste estudo obedeceu a um procedimento metodológico idêntico ao proposto por Quivy e Campenhoudt, (1998). A pesquisa partiu da escolha de um tema que se traduziu inicialmente numa pergunta de partida – *Qual a Importância dos Cursos em regime pós-laboral no IPCA?*

Após uma revisão da literatura e a definição de uma problemática teórica conduziu-nos a outra etapa: a construção do modelo de análise. Trata-se da fase de levantamento das hipóteses de trabalho, *“que constitui a melhor forma de conduzir a nossa investigação com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade que caracteriza qualquer esforço intelectual digno deste nome”* (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 119).

Tendo como referência de fundo a problemática teórica definida nesta dissertação foi possível colocar um conjunto de hipóteses de partida, para as quais a nossa pesquisa irá ou não validar:

Hipótese 1 – O IPCA como instrumento de formação e fixação de cidadãos e factor de captação e fixação de investimento.

Hipótese 2 – Apreciação da participação do IPCA, no contexto do mercado de trabalho, através da adequação da sua formação às características do tecido empresarial da região.

Hipótese 3 – A intenção profissionalizante dos cursos e o enquadramento da Instituição como uma Escola de referência.

3. Justificação da Metodologia e Técnicas de Investigação Adoptadas

São muitas as técnicas de recolha de dados que se apresentam ao investigador, cada uma com as suas vantagens e desvantagens. Cabe ao investigador, decidir qual ou quais adoptar ponderando as vantagens e inconvenientes de cada uma delas para o objectivo em análise.

Vincadamente empírico e descritivo, o presente estudo apoia-se nos resultados obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário de administração directa, que *"pelo seu carácter muito preciso e formal da sua construção e da sua aplicação prática"*, (Quivy e Campenhoudt, 1998,p.186), se enquadra nos objectivos e hipóteses de pesquisa a testar, traçados para o presente estudo.

Em função das características do tema e dos objectivos do estudo, a identificação e caracterização das opiniões dos principais intervenientes (diplomados respondentes), no processo viabilizariam a eventual comprovação das hipóteses colocadas e a justeza das respectivas conclusões.

O recurso a esta técnica procurou aliar a eficácia à aplicabilidade oferecida por este tipo de instrumento e foi também assumida como a mais exequível e eficaz dada a natureza longitudinal do processo de pesquisa de informação.

São abundantes as descrições das vantagens e limitações na utilização de questionários, assim como as limitações técnicas relacionadas com a sua construção.

São muitos os Investigadores, como Ghiglione e Matalon (1997), Quivy e Campenhoudt (1998), que associam a este método vários inconvenientes que vão desde a superficialidade, a subjectividade ou a aceitação social das respostas dos respondentes, até às situações ditas artificiais criadas pelo investigador, ou à colocação de questões em função da perspectiva do inquiridor.

Mas para além dos inconvenientes deste método, também se reconhecem

algumas potencialidades, como quando e segundo Ghiglione e Matalon (1997, p.13):

“somos obrigados a recorrer a este método para compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões, as preferências, as representações, etc., que só são acessíveis de uma forma prática pela linguagem, e que só raramente se exprimem de forma espontânea”,

como é o caso deste estudo”.

A entrevista face a face estava fora do nosso alcance, porque embora a população em estudo fosse reduzida, a dispersão dos diplomados podia criar constrangimentos de prazos.

A concepção e administração de um questionário exigem um conjunto de princípios quanto à construção das perguntas e à apresentação do questionário, (Carmo e Ferreira, 1998, p. 141):

O inquérito deve ser tão curto quanto possível, isto é adequado á pesquisa em presença e não mais que isso;

As perguntas devem ser tanto quanto possível fechadas, de modo a objectivar as respostas e não permitir que estas sejam ambíguas;

As questões devem ser formuladas em função dos objectivos da investigação, importando que sejam explícitas, logo desprovidas de ambiguidade ou de termos vagos;

A construção do inquérito, deve atender às características da população a que se destina, em particular à linguagem utilizada pelos inquiridos, ao seu nível de informação e ao seu sistema de referências;

Deve realizar-se sempre um pré-teste ao inquérito;

Quanto à apresentação do questionário esta deve ser cuidada pois funciona como um elemento legitimador (ou não), tendo uma quota-parte de responsabilidade no êxito ou não do inquérito.

Vejamos alguns elementos práticos: apresentação do investigador: apresentação do tema; instruções precisas, claras e curtas; sempre que enviado pelo correio o questionário deve ser acompanhado de um envelope selado ou com

resposta paga; a qualidade e a cor do papel; disposição gráfica; numero de folhas.

Em suma, a construção de um inquérito deve obedecer a vários critérios que passam pela clareza e rigor na apresentação e comodidade para o respondente.

Em termos esquemáticos o inquérito ficou estruturado do seguinte modo:

1ª Parte – Dados pessoais e escolares

2º Parte – Informação sobre a Instituição / Curso

3ª Parte – Informação sobre a Relação Formação/ Emprego

4º Parte – Satisfação e Expectativas Profissionais

Na primeira parte, procurou-se recolher dados pessoais e escolares, com o objectivo de caracterizar os diplomados a nível de idade, sexo, estado civil, agregado familiar, situação profissional do agregado familiar, nível de escolaridade do agregado familiar, disciplina específica em com que se candidatou ao IPCA, curso que frequentou, número de matrículas no curso.

Destas variáveis consideraram-se essenciais para a caracterização da amostra e do percurso escolar dos diplomados, a idade, o estado civil, e a disciplina específica para a candidatura ao Ensino Superior, o curso frequentado e o número de matrículas no curso.

Acrescentou-se a estas variáveis outra informação recolhida nos Serviços Académicos do IPCA relativamente a: opção de candidatura, e vias de acesso frequentado no Ensino Secundário (12º Ano) – Cursos Técnico Profissionais; Ensino Recorrente; Via Ensino; cursos Nível III das Escolas Profissionais, dado a sua pertinência para o estudo.

A segunda parte, versa a recolha de informação sobre a própria Instituição relativamente aos motivos que levaram à escolha da mesma e ao curso que frequentaram.

Na terceira parte, pretendeu-se obter informação susceptível de

caracterizar a entidade empregadora, o trajecto e a situação profissional dos diplomados, a nível de tipologia de emprego, situação jurídica, mobilidade profissional.

Inquiriu-se ainda sobre a adequação das qualificações adquiridas no IPCA, com as funções exercidas.

Na quarta e última parte pretendeu-se, obter informação acerca da satisfação e expectativas profissionais percebidas pelos respondentes, relativamente às tarefas profissionais exercidas e, em caso de desadequação, a razão de se manter na profissão e/ ou área de formação, os respondentes foram também questionados relativamente ao grau de reconhecimento do valor profissional e às perspectivas de estabilidade de emprego.

“A exigência de precisão conduz à necessidade de testar o questionário antes da sua administração” (Pardal e Correia, 1995, p. 63). Para nos assegurarmos da qualidade das perguntas e da razoabilidade da sua ordenação e para que as respostas tenham possibilidade de corresponder à informação pretendida uma primeira proposta de inquérito, foi apresentada a um painel composto por 10 diplomados, 5 de cada curso abrangido pelo estudo. Esta pesquisa piloto, realizou-se durante o período de 01/05/2005 a 31/05/2005.

Esta fase serviu para avaliar o formato do questionário, por exemplo relativamente à sua extensão (consideravelmente reduzida após realização de pesquisa piloto), tendo em vista uma maior predisposição para o seu preenchimento por parte dos respondentes, a inteligibilidade das perguntas, a ordem das questões, a tipologia das respostas apresentadas, e o tempo médio de duração do seu preenchimento (cerca de 20 minutos).

Todas as questões consideradas pertinentes, foram registadas com as devidas reformulações necessárias, à posterior.

A aplicação do inquérito modificado decorreu durante o período de 01/06/2005 a 31/07/2005. Neste período, foi enviado por correio electrónico um inquérito (apêndice II) a cada diplomado, acompanhado por uma carta de apresentação (apêndice I) a explicitar a finalidade e importância deste instrumento

de análise.

Foi ainda enviado por correio um envelope selado, com o endereço do Instituto Politécnico do Cavado e do Ave, de forma a permitir que os respondentes que não tivessem acesso por via e-mail, o pudessem preencher e o devolvessem preenchido aos Serviços Académicos do IPCA.

4. Caracterização da Amostra

4.1 População Alvo

Segundo Hill e Hill (2002, p. 41- 44)

“Qualquer investigação empírica pressupõe uma recolha de dados. Os dados são informação na forma de observações, ou medidas dos valores de uma ou mais variáveis normalmente fornecidos por um conjunto de entidades.

Ao conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões dá-se o nome de população ou universo. O universo inquirido é formado pelo conjunto total de casos que, na prática estão disponíveis para a amostragem e sobre os quais o investigador quer tirar conclusões.

No caso de uma investigação académica feita como parte de uma licenciatura ou mestrado, é aconselhável, e muito mais simples escolher um universo pequeno para trabalhar. ... evita as complicações associadas com a utilização dos métodos de amostragem. Esta é uma grande vantagem porque, geralmente a escolha de uma amostra por meio dos métodos formais de amostragem requer muito tempo e não é invulgar trazer problemas. ...tem tendência a limitar a escala da investigação – o que talvez pareça uma desvantagem, mas, em nosso entender não é uma desvantagem no âmbito de uma investigação académica”.

“Em nossa opinião é melhor fazer uma boa investigação de âmbito limitado do que uma investigação fraca de grande escala”

O universo do presente estudo é constituído por todos os diplomados dos cursos de Contabilidade e Fiscalidade ambos em regime nocturno, do ano lectivo de 1999/2000.

Segundo, Carmo e Ferreira, (1998, p.196).

“A dimensão aceitável da amostra varia com o tipo de investigação. Para um estudo descritivo, uma amostra que integre 10% do total da população considerada é julgado como a dimensão mínima a obter. Para um estudo correlacional são necessários pelo menos 30 (trinta) sujeitos para estabelecer se existe ou não uma relação entre variáveis”.

Foram enviados inquéritos por questionário a todos os diplomados, com título de bacharelato ou licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade em regime nocturno, perfazendo um total de 45 inquéritos.

Dos questionários enviados recebemos 33 respostas situando-se a taxa de resposta nos 73% sendo o universo de inquiridos satisfatórios, uma vez que se enquadra no referido anteriormente. Do total de respondentes 23 são de licenciados e 10 são bacharéis.

No quadro nº 18 e 19, descrevemos a amostra do estudo. Acrescente-se que dos 12 bacharéis/ licenciados que ficaram por inquirir, se deveu à sua recusa em participar no estudo, por falta de tempo e disponibilidade.

Quadro 18 – Relação da População por Cursos

CURSOS	Nº Vagas	Nº Colocados	Matriculados	Desistências	Mudança Curso	População
Contabilidade (Regime. Nocturno)	35	35	35	8	1	26
Fiscalidade (Regime. Nocturno)	35	35	30	10	1	19

Fonte: Serviços Académicos do IPCA

Quadro 19 – Relação da Amostra por Cursos

CURSOS	População	Responderam	Não Responderam
Contabilidade (Regime. Nocturno)	26	17	9
Fiscalidade (Regime Nocturno)	19	16	3
Total da Amostra		33	

Fonte: Serviços Académicos do IPCA

A resposta ao inquérito era voluntária, ou seja, os diplomados não eram obrigados a responder ao mesmo.

Os dados foram tratados pelo programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), habitualmente utilizado para a análise estatística nas Ciências

Sociais e foram transformados em informação que será tratada no tópico seguinte.

Neste contexto, o presente estudo, através de um inquérito de opinião aos diplomados em Contabilidade (regime nocturno) e Fiscalidade (regime nocturno) permitiu que estes tecessem algumas considerações em relação ao funcionamento dos cursos e da própria Instituição de formação como instrumento de formação de cidadãos, para a profissão e para a vida justificando as estratégias, objectivos e motivações que nortearam as decisões que estiveram na origem da criação dos mesmos em regime nocturno na medida que vai permitir a apreciação do seu desempenho, avaliar a capacidade de inserção dos seus diplomados no mercado de trabalho, e o tipo de relação que mantêm com esta.

Após a recolha, os dados foram consolidados e sistematizados digitalmente para uma melhor precisão das informações colectadas.

Parte VI. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Segundo, Quivy e Campenhoudt (1998, p.190):

“Os dados recolhidos por um inquérito por questionário, em que um grande número de respostas são pré – codificadas, não têm significado em si mesmas. Só podem, portanto, ser úteis no âmbito de um tratamento quantitativo que permite comparar as respostas globais de diferentes categorias sociais e analisar as correlações entre variáveis “.

Como já dissemos anteriormente, a recolha de dados fez-se exclusivamente através da aplicação de um questionário, que teve na sua base de construção os objectivos expresso no título da dissertação: *“ A Importância dos Cursos em Regime Pós-laboral no Ensino Superior Politécnico – O Caso dos Cursos de Contabilidade e de Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.*

A recolha de dados foi quantitativa, procedendo-se a uma tentativa de correlacionar as variáveis identificadas entre si, no sentido de encontrar a resposta às hipóteses que presidem à nossa investigação.

Optámos então por retirar as conclusões que achámos pertinentes para o nosso estudo, única e exclusivamente através da frequência com que cada respondente respondeu às questões colocadas.

“O melhor (o único) meio de definir o mais correctamente possível os dados pertinentes e úteis ao trabalho empírico é, portanto, a elaboração de um modelo de análise tão claro, preciso e explícito quanto possível”, (Quivy e Campenhoudt, 1998,p.157).

No caso concreto do nosso estudo, houve o cuidado de ler atentamente as respostas, tendo sempre como referência uma grelha de análise elaborada a partir da análise global da temática da investigação.

Esta grelha constitui um momento importante no processo de pesquisa pois torna possível e credível o trabalho de interpretação de dados, (Albarello et al.,

1997).

O questionário concebido para o presente inquérito desenvolveu-se a partir de um modelo analítico que contempla quatro dimensões, consideradas fundamentais para a análise do nosso estudo: Caracterização Social e Escolar; Situação Profissional; Satisfação Profissional; Transição do Meio Académico para o Meio Profissional.

De modo a facilitar a leitura e interpretação dos resultados, resumiram-se também considerações e instruções para a leitura dos mesmos apresentando – se uma série de quadros, gráficos e figuras.

Terminada a recolha possível das informações pertinentes, é chegado o momento de proceder à sua análise e interpretação, o que permitirá a eventual comprovação das hipóteses formuladas e a articulação das inerentes conclusões.

DIMENSÕES	INDICADORES	VARIÁVEIS
<p>1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ESCOLAR</p>	<p>1.1 - CARACTERIZAÇÃO SOCIAL</p> <p>1.2 - PERCURSO DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR</p> <p>1.3 - PERCURSO NO ENSINO SUPERIOR</p> <p>1.4 - MOBILIDADE GEOGRÁFICO</p> <p>1.5 - SÍNTESE</p>	<p>1.1.1 - Idade</p> <p>1.1.2 - Estado civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Solteiro(a) - Casado(a) - Divorciado(a) - Viúvo (a) <p>1.2.1 Vias de ensino frequentado no ensino secundário</p> <p>1.2.2 Disciplina específica</p> <p>1.2.3 Pré-requisito</p> <p>1.2.4 Escolha instituição/ curso</p> <ul style="list-style-type: none"> 1.2.4.1 Opção candidatura 1.2.4.2 Motivo candidatura ao estabelecimento ensino 1.2.4.3 Motivo de candidatura ao curso <p>1.3.1 Conclusão bacharelato</p> <p>1.3.2 Conclusão licenciatura</p> <p>1.3.3 Motivos não conclusão</p> <p>1.3.4 Formação adicional</p> <p>1.3.5 Contacto com a Instituição</p> <p>1.3.6 Tipos de contacto</p> <p>1.4.1 Distrito residência no início de frequência no IPCA</p>

1. Caracterização Social e Escolar

Enquadrada na sistematização da “Caracterização Social e Escolar”, a descrição dos respondentes, efectuou-se de acordo com as variáveis: Idade; Estado Civil; Distrito de Residência; Opção de candidatura, Disciplina específica; Escolha da Instituição/ Curso); Conclusão do Bacharelato /Licenciatura; Motivos para a não conclusão no tempo curricular; Formação adicional; Contacto com a instituição; e tipos de contacto referido na grelha de análise I.

1.1. Caracterização Social

1.1.1 IDADE

Pela análise do gráfico 4 é perceptível uma certa heterogeneidade etária. Os respondentes distribuem – se entre as seguintes classes de idades: 41% dos respondentes concentra – se na faixa etária dos 20 – 29 anos e os restantes distribuídos pelas faixas etárias dos 30 – 39 com 34%, tendo os de mais de 40 anos significativa representatividade com 25%.

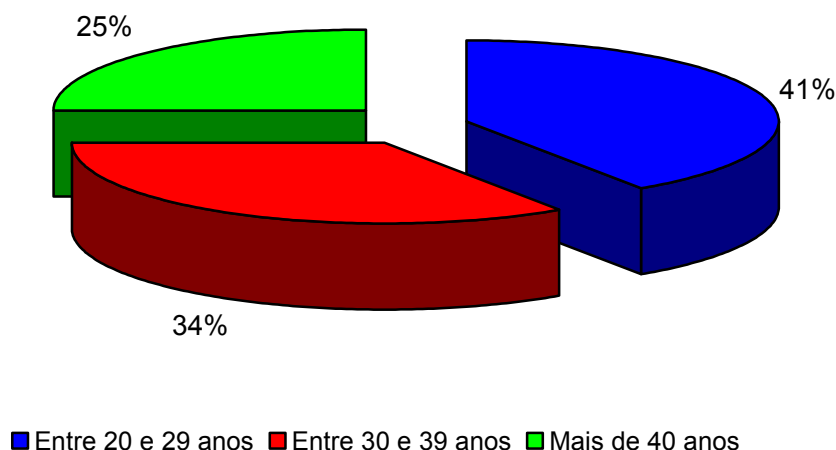
Em termos médios, verifica-se que a idade dos respondentes se situa nos 29 anos o que pode levar a concluir que se está perante, uma população relativamente jovem. Contudo a heterogeneidade é significativa.

Com efeito, se é verdade que quase metade dos respondentes, 41% representa uma população relativamente jovem com menos de 30 anos, já os restantes, 59% apresentam idades que apontam para a hipótese de estarmos perante um grupo de indivíduos que foi protagonista de trajectórias escolares descontínuas, como por exemplo, trajectórias pautadas pelo insucesso, ou por percursos profissionais que se iniciaram antecipadamente ou, ainda, os dois factores em simultâneo.

Esta média de idades ligeiramente mais avançada pode derivar do facto dos respondentes serem profissionalmente activos, pois estes cursos no ano em estudo (1999) requeriam como pré – requisito, ser trabalhador.

Tais valores levam a crer que a educação ao longo da vida é uma efectiva prioridade.

Gráfico 4 – Idades dos Inquiridos

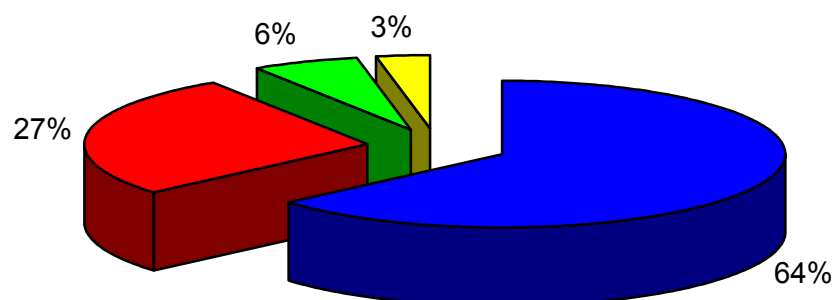


1.1.2 ESTADO CIVIL

No que respeita ao estatuto conjugal, os casados são o grupo maioritário entre os respondentes, 64%, facto a que não será estranho estarmos perante uma população predominantemente “*menos jovem*”, inserida no mercado de trabalho, (Gráfico 5).

Nesta perspectiva, a obtenção de um bacharelato / licenciatura tende a surgir mais como um marco importante no ciclo de vida do indivíduo através de uma valorização e melhoria de uma carreira profissional.

Gráfico 5 – Estado Civil



■ Casado(a) ■ Solteiro(a) ■ Divorciado(a) ■ União de facto

1.2. Percurso de Acesso ao Ensino Superior

Segundo o Guia de Acesso ao Ensino Superior Público (2005), podem candidatar-se ao ingresso num determinado curso e estabelecimento de Ensino Superior, os indivíduos que satisfaçam as seguintes condições:

- **Ter aprovação num curso do Ensino Secundário:** curso do 12ºano via ensino; cursos do 12ºano, via profissionalizante; cursos técnico – profissionais; cursos de nível III de escolas profissionais; cursos do ensino recorrente;
- **Ter realizado as provas de ingresso:** provas que são definidas no próprio estabelecimento de ensino para acesso a um determinado curso;
- **Satisfaça os pré-requisitos:** condições de natureza física, funcional ou vocacional que assumem particular relevância para acesso a determinados cursos do Ensino Superior;
- **Ter uma nota de candidatura igual ou superior ao valor mínimo fixado:** classificação mínima fixada por cada Instituição de Ensino Superior.

Das condições enunciadas considerámos como de maior interesse para o

nosso estudo, as referentes ao perfil dos candidatos, no que respeita à via de ensino frequentado no ensino secundário, as provas de ingresso realizadas e o pré requisito.

1.2.1 VIA DE ENSINO FREQUENTADO NO SECUNDÁRIO

A análise das vias de escolarização, permite – nos distinguir segmentos de alunos que espelham diferentes oportunidades de acesso ao Ensino Superior.

O gráfico 6 evidencia que 33% dos respondentes ingressaram por via do ensino recorrente. Este tipo de ensino proporciona uma segunda oportunidade de formação, para os que não usufruíram dela na idade própria ou que abandonaram a escola precocemente ou por possíveis classificações insuficientes ou pela especificidade da via que pretendem seguir e que vêem neste subsistema de ensino a oferta de uma oportunidade para continuar os seus estudos.

Pela via dos cursos tecnológicos ingressaram 46% dos respondentes. Estes cursos tecnológicos destinam – se a indivíduos que pretendem ingressar no mercado de trabalho a curto prazo, uma vez que estes cursos permitem obter uma qualificação profissional de nível III após a sua conclusão (3 anos).

Estes cursos também permitem a candidatura ao Ensino Superior preferencialmente ao Ensino Superior Politécnico por isso tal seria expectável dada a vertente profissionalizante e prática deste subsistema de Ensino Superior.

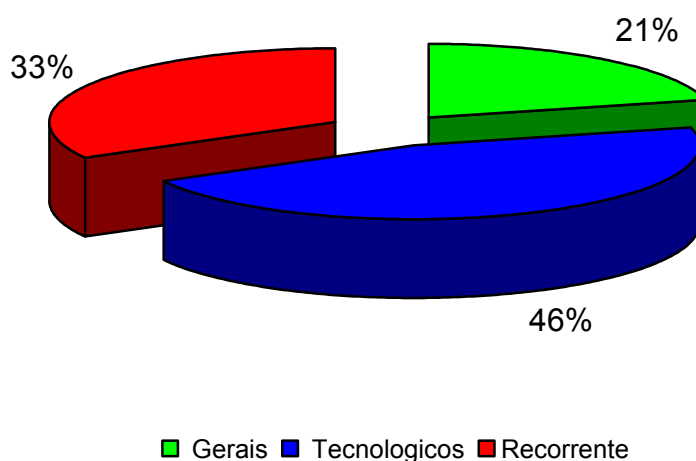
Apenas 21% dos respondentes ingressou nos cursos em análise através dos cursos gerais.

De grosso modo, estes dados parecem indicar a existência de estratégias distintas face à obtenção do diploma.

Para uns, os mais novos, a conclusão do curso de Ensino Superior surge como corolário natural de uma trajectória escolar, por norma realizada de forma continuada, para outros ela é o resultado de um investimento escolar que, aparentemente tende a surgir numa fase já mais tardia do ciclo de vida e que estará, provavelmente, relacionado com o envolvimento no que tem vindo a ser designado por aprendizagem ao longo da vida e ao serviço de uma estratégia de

mobilidade sócio-profissional ascendente.

Gráfico 6 – Via de Ensino Frequentado no Ensino Secundário



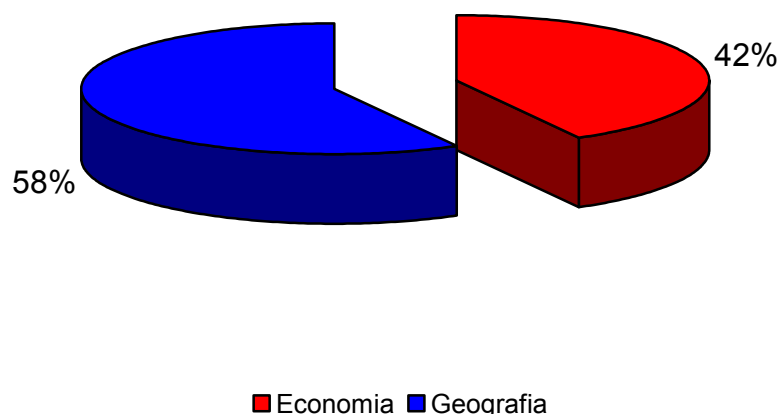
1.2.2 DISCIPLINA ESPECÍFICA

Outra característica que marca a candidatura de acesso é a disciplina específica que evidencia, uma percentagem de 58% de candidatos que ingressaram com a prova de Geografia, seguida da prova de Economia com 42%, (Gráfico 7).

A escolha da disciplina específica de acesso pode ser guiada por um critério de acesso alargado ou ingresso “fácil” em função da média de entrada. Por outro lado, pode ser um indicador das condições objectivas dos candidatos que reflectem a necessidade premente de acesso a determinados bens educativos numa tentativa de obterem uma melhor uma melhor qualificação face às novas exigências do mercado de trabalho.

A obtenção de um diploma pode assim constituir um bem precioso no processo de ascensão social pois tratando-se de indivíduos com uma actividade profissional este processo já se encontra parcialmente concretizado.

Gráfico 7 – Disciplina Específica



1.2.3 PRÉ-REQUISITO

No ano 1999, o IPCA, decidiu que a candidatura aos seus cursos funcionando em regime nocturno (Contabilidade e Fiscalidade) devia ter como pré requisito – o candidato - Ser Trabalhador.

Como tal todos os nossos respondentes exercem ou exerciam uma actividade profissional.

1.2.4 ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO / CURSO

Um aspecto referido com alguma frequência, relativamente ao Ensino Superior, é o da existência de uma elevada inadequação entre o curso desejado e o curso frequentado, ou seja nem todos têm acesso ao curso pretendido.

No entanto, se para alguns estudantes a concretização do seu projecto escolar se circunscreve ao ingresso no Ensino Superior, sendo o curso um elemento relativamente secundário, para outros a impossibilidade de frequentar o curso pretendido coloca parcialmente em causa o seu investimento escolar anterior e a concretização do projecto profissional presente e futuro.

Analísámos neste ponto as orientações que marcam a procura de Ensino Superior, o grau de satisfação dos respondentes relativamente ao curso e à Instituição e conseqüentemente ao próprio subsistema de ensino, através da

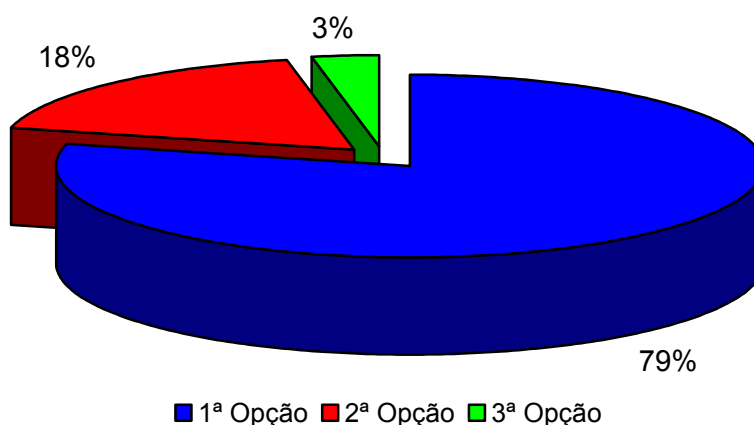
análise da opção de candidatura.

1.2.4.1

OPÇÃO DE CANDIDATURA

Quando observamos o gráfico 8, verificamos que a satisfação da procura é elevada com 79% dos respondentes a entrarem no curso/ instituição na 1ª opção, 18% de respondentes escolheram o curso/ instituição em que entraram como 2ª opção e 3% como 3ª opção. Como corolário desta análise podemos verificar que em relação à instituição de preferência estes dados indicam uma proporção elevada de respondentes a frequentar a instituição que desejava, o mesmo ocorrendo com o curso pretendido.

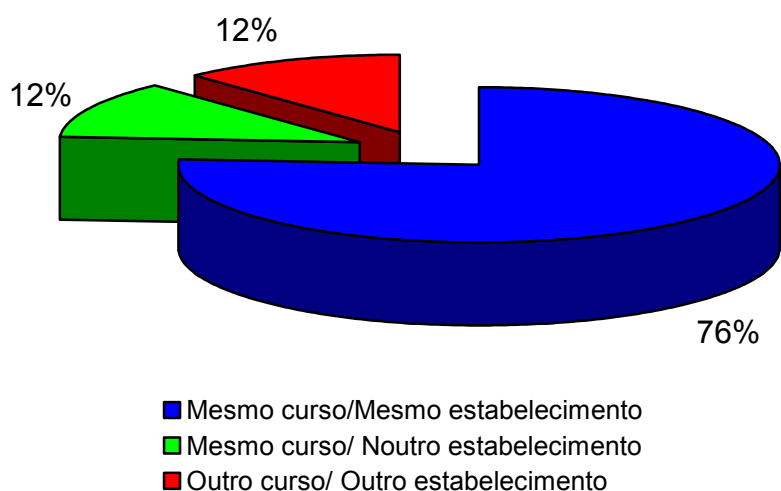
Gráfico 8 – Opção de Candidatura



A noção de satisfação das expectativas que resulta do confronto entre estas preferências dos respondentes manifestadas na 1ª opção da candidatura (curso e instituição) e a sua situação actual são reforçados cruzando os resultados obtidos com a questão: - *Hoje teria escolhido este curso nesta Instituição de Ensino Superior?* (Gráfico 9).

- 76% dos respondentes, escolheria o curso que frequentam no IPCA, 12% escolheria o mesmo curso mas noutra estabelecimento de ensino e 12% mudaria de curso e de estabelecimento de ensino.

Gráfico 9 – Escolha Curso na Instituição



1.2.4.2 MOTIVO DE CANDIDATURA A ESTE ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR

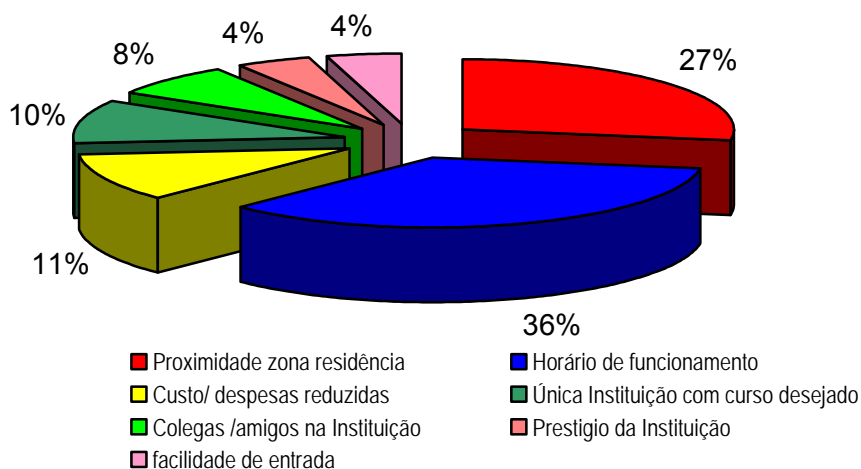
No que concerne às razões que levaram os respondentes a optar preferencialmente por esta Instituição de Ensino Superior (IPCA), e pelo curso frequentado, os resultados obtidos revelam o seguinte:

Pela análise do gráfico 10 verifica-se que, a questão dos «Horários» é uma razão relevante na escolha da Instituição, 36%, o que nos pode confirmar a ideia de que o ensino nocturno assume uma posição de algum relevo na oferta de formação a públicos específicos, nomeadamente a estudantes trabalhadores, através do horário pós-laboral.

O Ensino Politécnico apresenta-se ainda, como um subsistema de Ensino Superior com maior vocação e incidência regional, pois a «proximidade da zona de residência» foi também uma das razões mais invocadas pelos respondentes para a escolha da Instituição, 27%.

O mesmo gráfico demonstra-nos que os «custos / despesas reduzidas», é outro factor importante na escolha 11%, bem como o facto desta instituição possuir o curso desejado, 10%.

Gráfico 10 – Opção pela Instituição



1.2.4.3

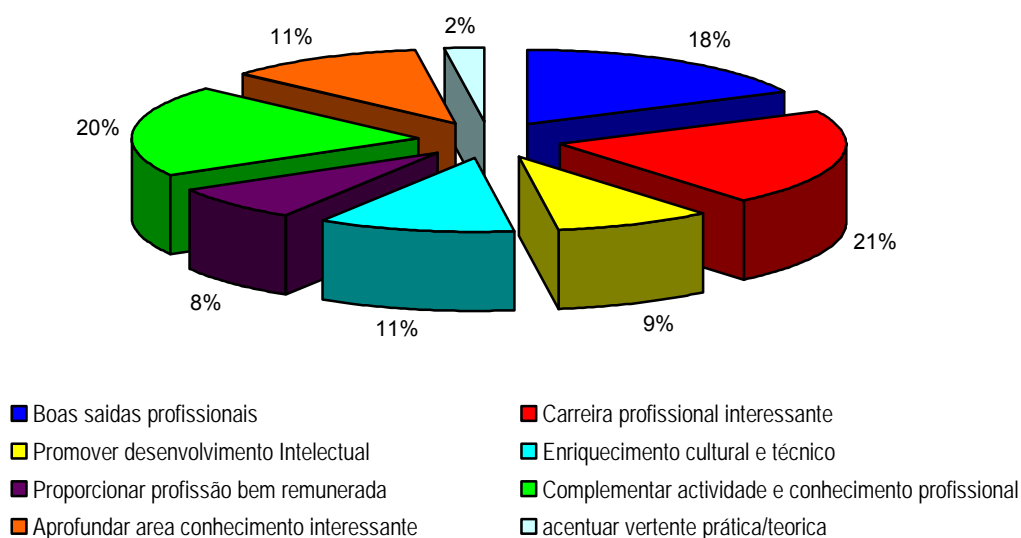
MOTIVO DE CANDIDATURA AOS CURSOS

Das motivações apontadas, para a candidatura aos cursos parece poder deduzir-se, atendendo às respostas fornecidas, relativamente ao desenvolvimento intelectual, ao enriquecimento cultural e técnico e ao aprofundamento da área de conhecimento, que existe uma expectativa de ascensão em termos culturais, 31% (Gráfico 11).

Sendo a maioria dos nossos respondentes detentores dos meios de produção, ou seja, pequenos empresários e/ou trabalhadores independentes 40%, (Gráfico 22) o curso representa, sobretudo, uma ascensão a nível cultural, funcionando como um complemento da sua actividade e de conhecimento profissional.

Os restantes 21% dos respondentes optou pelo curso na expectativa de este lhes possibilitar uma carreira profissional interessante; e os restantes 18% como possibilidade de boas saídas a nível profissional.

Gráfico 11 – Escolha do Curso

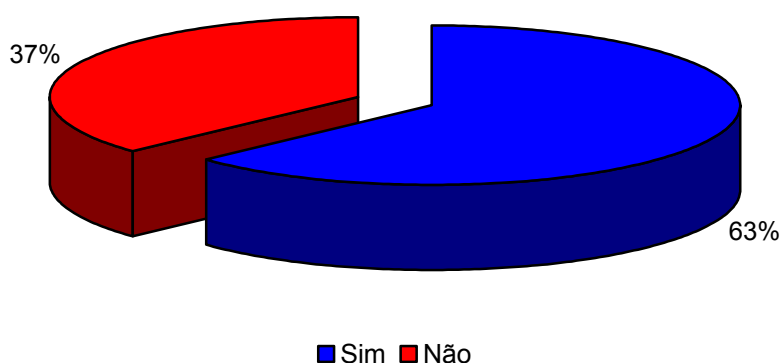


1.3. Percurso no Ensino Superior

1.3.1 CONCLUSÃO DO BACHARELATO

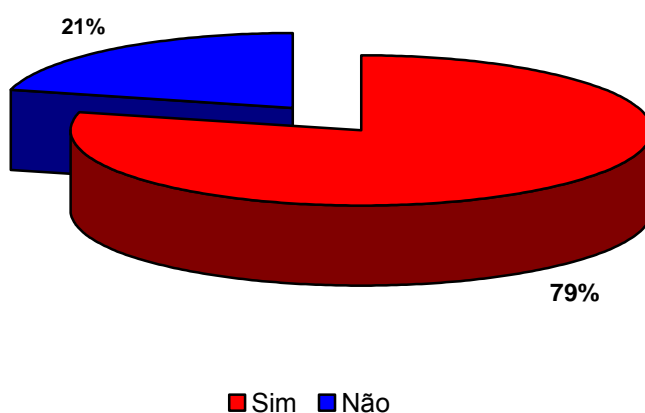
Da análise do gráfico 12, apurou-se que para o curso de Contabilidade (regime nocturno), 63% dos respondentes conseguiram concluir o bacharelato nos quatro anos que o curso exige.

Gráfico 12 – Conclusão do Bacharelato em Contabilidade (regime nocturno) no tempo curricular mínimo (4 anos)



Para o curso de Fiscalidade (regime nocturno) e segundo o gráfico 13, 79% dos respondentes concluíram o bacharelato no tempo curricular mínimo de quatro anos.

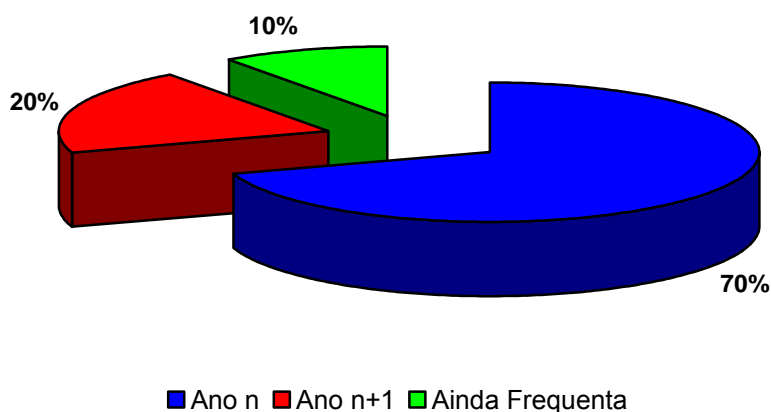
Gráfico 13 – Conclusão do Bacharelato em Fiscalidade (regime nocturno) no Tempo Curricular Mínimo (4 anos)



1.3.2 CONCLUSÃO DA LICENCIATURA

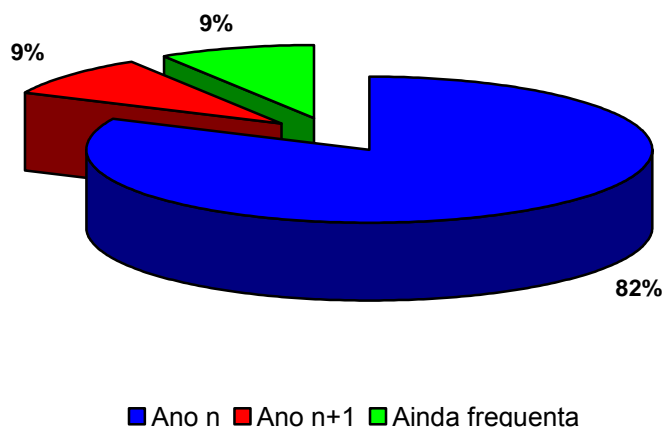
No curso de Contabilidade (regime nocturno), 70%, dos respondentes concluíram o curso de licenciatura no tempo curricular mínimo (4 anos +1), enquanto que 20% necessitou de mais um ano e os restantes 10% ainda está a frequentar, (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Conclusão da Licenciatura em Contabilidade (regime nocturno) no Tempo Curricular Mínimo (mais um ano pós - Bacharelato)



No curso de Fiscalidade (regime nocturno), os dados evidenciam que 82% dos respondentes concluíram o 2º ciclo no tempo curricular mínimo, enquanto que 9% necessitou de mais um ano e os restantes 9% ainda está a frequentar, (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Conclusão da Licenciatura em Fiscalidade (regime nocturno) no Tempo Curricular Mínimo (mais um ano)



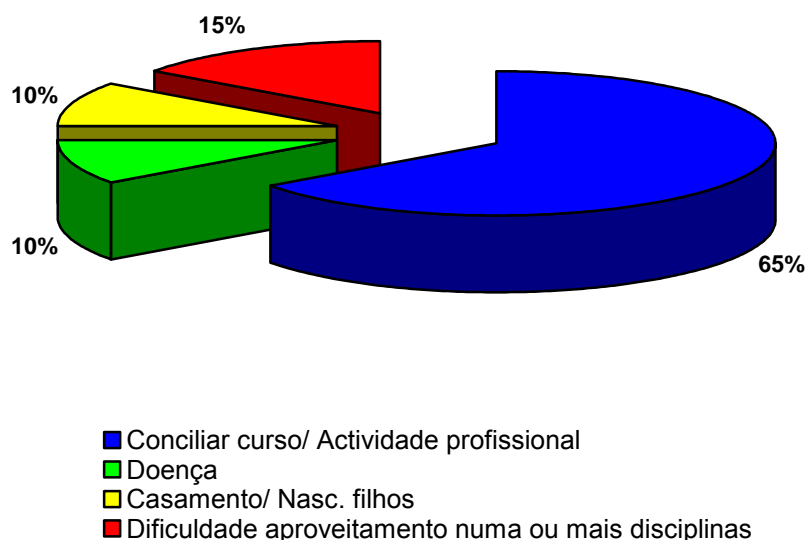
A leitura dos gráficos anteriores, dão conta, que os respondentes terminaram o bacharelato e a licenciatura no tempo curricular normal (4 anos para o bacharelato e mais um ano para a licenciatura, totalizando 5 anos).

1.3.3 MOTIVOS PARA A NÃO CONCLUSÃO EM TEMPO CURRICULAR NORMAL

Os motivos que os respondentes apresentaram para a não conclusão do bacharelato e/ ou licenciatura em tempo curricular normal, estão sintetizados no gráfico 16.

Assim verifica-se que 65% dos respondentes sentiram dificuldades em conciliar a actividade profissional com a formação académica, 15% tiveram dificuldade em ter aproveitamento numa ou num grupo de disciplinas, 10% justificaram motivos de casamento e/ ou nascimento de filhos e os restantes 10% motivos de doença.

Gráfico 16 – Motivo para a Não Conclusão Bacharelato e/ ou Licenciatura



1.3.4 FORMAÇÃO ADICIONAL

A valorização da formação é uma condição “*sine qua non*” para a ascensão profissional ser efectuada de forma rápida e consolidada. Os conhecimentos adquiridos na formação inicial (bacharelato/licenciatura) são importantes, mas numa sociedade cada vez mais globalizante e exigente é necessário continuar a aprender.

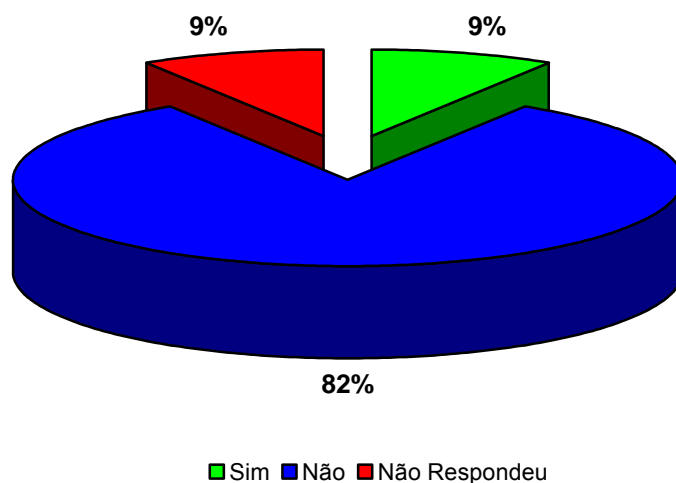
Observe-se, então relativamente à frequência de formação adicional pós-diploma, (Gráfico 17), a importância que os respondentes atribuem à mesma.

Apenas, 9% dos respondentes indica ter frequentado formação adicional (curso de Pós-graduação).

Estando a formação relacionada com a valorização pessoal, este resultado demonstra de certa forma a capacidade de procurar e adquirir de forma independente uma atitude de aprendizagem ao longo da vida profissional, criando no indivíduo uma atitude profissional adulta e responsável.

A grande percentagem de indivíduos 82% que responderam não ter frequentado qualquer tipo de formação pós curso pode constituir evidência de que os indivíduos têm como principal preocupação a obtenção de qualificações para a profissão.

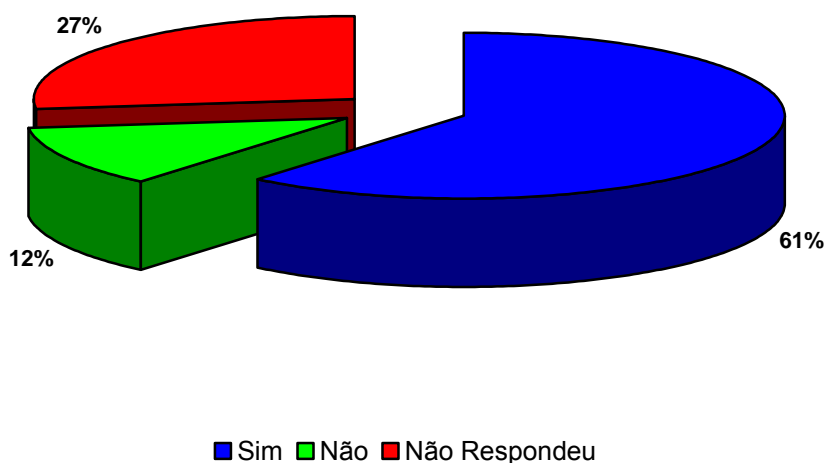
Gráfico 17 – Formação Adicional



1.3.5 CONTACTOS COM A INSTITUIÇÃO

Concluído o curso de Ensino Superior, mais de metade dos respondentes 61% continua a manter contactos com o IPCA, (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Contacto com a Instituição

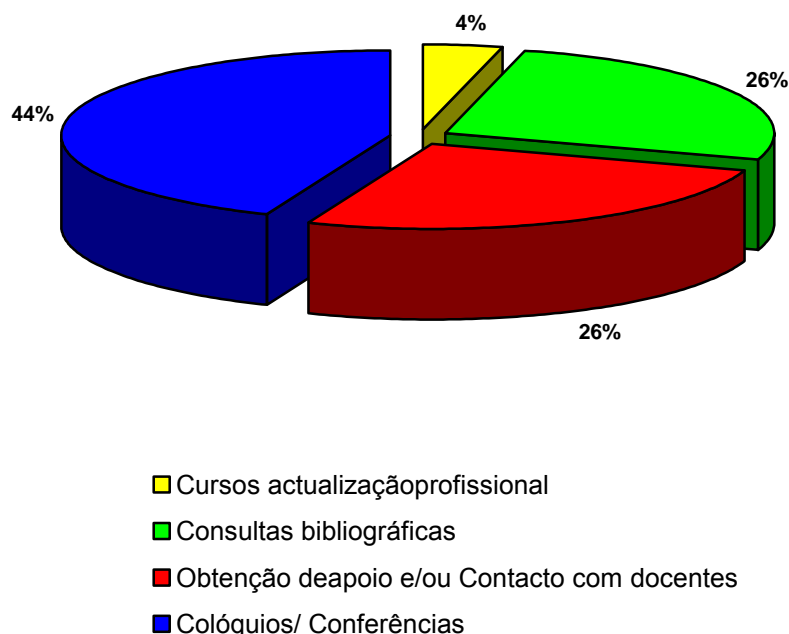


1.3.6 TIPO DE CONTACTOS

Esses contactos assumem, principalmente, a forma de assistência a colóquios/conferências com 44%, seguindo-se a obtenção de apoio e/ou contacto com docentes com 26% e as consultas bibliográficas com 26%, (Gráfico 19).

No que respeita à existência de um contacto com a Instituição para frequência de um curso de formação contínua (actualização profissional), poucos responderam afirmativamente, 4%.

Gráfico 19 – Tipos de Contacto



1.4. Mobilidade Geográfica

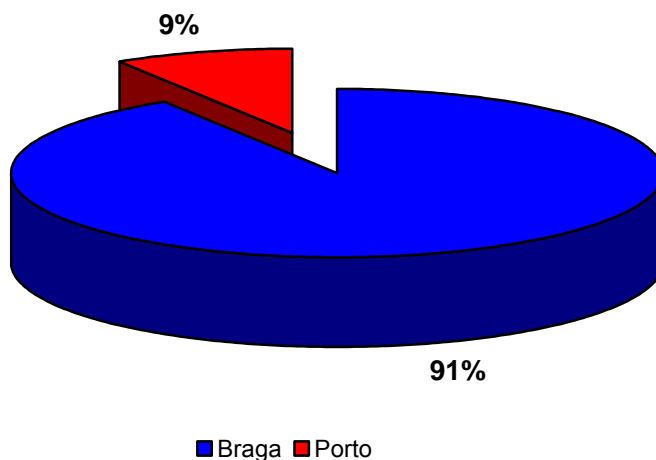
1.4.1 DISTRITO DE RESIDÊNCIA NO INÍCIO DE FREQUÊNCIA NO IPCA

As instituições de Ensino Superior de grosso modo inscrevem uma população estudantil oriunda das regiões mais diversas, que desencadeia um conjunto de movimentos e deslocações nas regiões que variam em função de cada subsistema de ensino.

Uma das características dos respondentes reside no facto de se tratar de uma população que apresenta uma reduzida mobilidade geográfica.

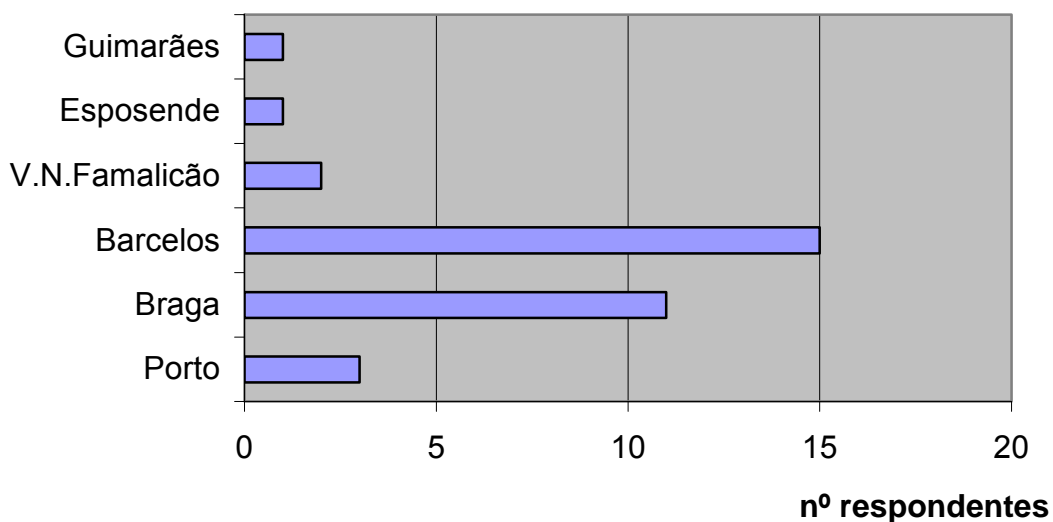
Na verdade os resultados apontam para uma acentuada concentração para o distrito de Braga com 91% dos respondentes, apresentando o distrito contíguo do Porto apenas 9%, (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Mobilidade dos Inquiridos por Distrito



Desagregando esta informação, revela-se uma área de influência regional do IPCA com notória predominância para a cidade de Barcelos pois absorve maior população estudantil residente, o que poderá contribuir para um menor risco de desertificação desta região, (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Origem Geográfica dos Respondentes



Cruzando os dados do gráfico 20 e 21, podemos caracterizar a estrutura regional da população estudantil mais ou menos homogênea pois a origem geográfica dos alunos circunscreve-se ao distrito de Braga e ao concelho de Barcelos, ou seja, a realidade deste subsistema é mais regional.

1.5. Síntese

Como síntese sobre a Caracterização Social e Escolar dos respondentes, pensamos ser de individualizar os seguintes aspectos:

- Pode verificar-se que o nível etário dos respondentes aponta para a predominância dos mesmos na faixa etária correspondente ao intervalo entre os 30 – 39 anos e mais de 40 anos, com 75% dos respondentes, revelando o interesse na procura de indivíduos inseridos já no mercado de trabalho.

Outro aspecto de interesse relaciona-se com o perfil dos respondentes relativamente ao contingente de acesso ao Ensino Superior no que respeita à via frequentada no Ensino Secundário, tendo-se concluído que mais de 2/3 dos respondentes ingressou pelos Cursos Tecnológicos e Ensino Recorrente.

Os mecanismos de procura do Ensino Superior, nomeadamente pela análise das opções de candidatura, revelam que o grau de satisfação dos inquiridos face ao curso e à Instituição é grande, 79%.

Mais de metade dos respondentes consegue acabar o curso no período mínimo de quatro anos para o bacharelato e cinco anos para as licenciaturas (4 anos +1), englobando este período não só a componente teórica, mas também o estágio profissional;

A proveniência dos respondentes circunscreve-se ao distrito de Braga e mais especificamente ao concelho de Barcelos.

2. Situação Profissional

Enquadrada na *Situação Profissional dos alunos*, a descrição efectuou-se de acordo com as variáveis: Indicação da Profissão; Tipo de Contrato de Trabalho, Tipo Jurídico da Organização e por último o Distrito onde exerce profissão como consta na grelha de análise II.

Tratando-se de um grupo que já faz parte da população activa, pois durante o curso exerceram uma actividade remunerada e essa actividade foi desempenhada a tempo inteiro, a questão que se coloca não é caracterizar os processos de inserção profissional, mas sim a de analisar os impactes da posse do diploma do Ensino Superior sobre as suas trajectórias profissionais.

2.1. Caracterização da Situação de Emprego

2.1.1 INDICAÇÃO DA PROFISSÃO

As profissões declaradas pelos respondentes, através de pergunta aberta – *Indique qual a sua profissão?* – permitiu concluir que 40% desempenham funções em actividades relacionadas com as áreas científicas em que se situam os cursos; os restantes 53% possuem profissões não relacionadas com a área científica dos cursos, sendo a função de assistente administrativo a mais representativa com 26% dos respondentes, (Gráfico 22).

Estes dados levam-nos a admitir a hipótese de estarmos perante estratégias distintas relativamente à obtenção de um diploma do Ensino Superior.

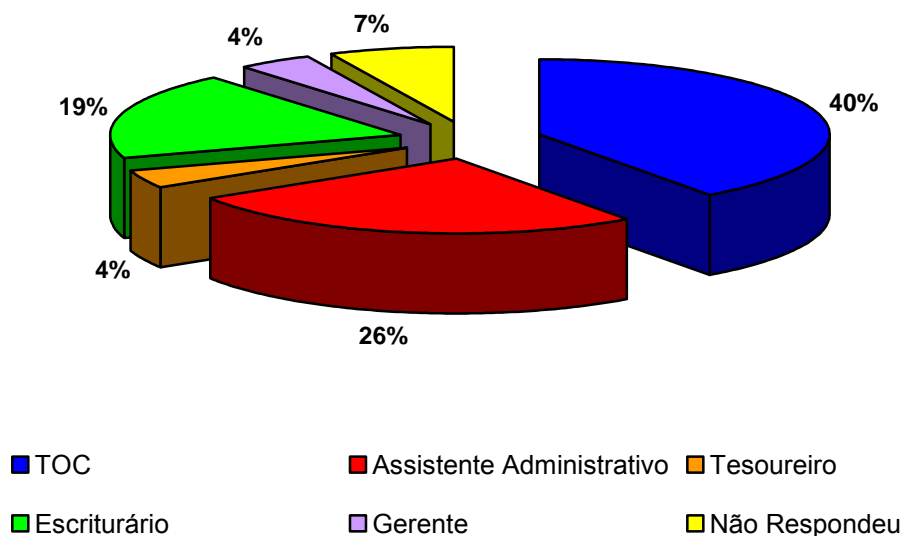
Para a maioria dos respondentes, o bacharelato/licenciatura obtido parece não inscrever-se num percurso profissional cujo início é anterior à conclusão do curso.

Assim a obtenção do bacharelato/licenciatura pode ser interpretado como um elemento importante para alterar profundamente a trajectória profissional em que estão envolvidos.

Para os restantes casos em que a bacharelato/licenciatura obtida parece

inscrever-se num percurso profissional, o grau serve para consolidar os saberes adquiridos e exercidos na actividade profissional.

Gráfico 22 – Profissão Exercida

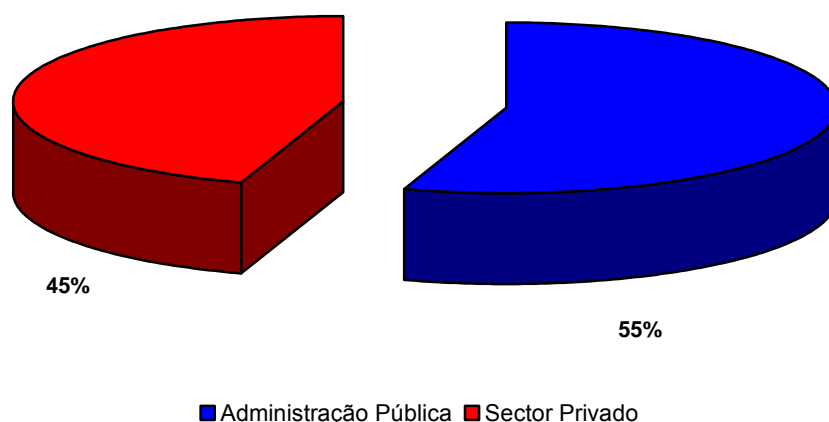


2.1.2 TIPO JURÍDICO DA ORGANIZAÇÃO

Da análise do gráfico 22, profissão exercida pelos respondentes podemos concluir o seguinte relativamente ao tipo de organização em que é exercida a actividade profissional, (Gráfico 23):

- Administração Pública – 55%
- Sector Privado – 45%

Gráfico 23 – Tipo Jurídico da Organização

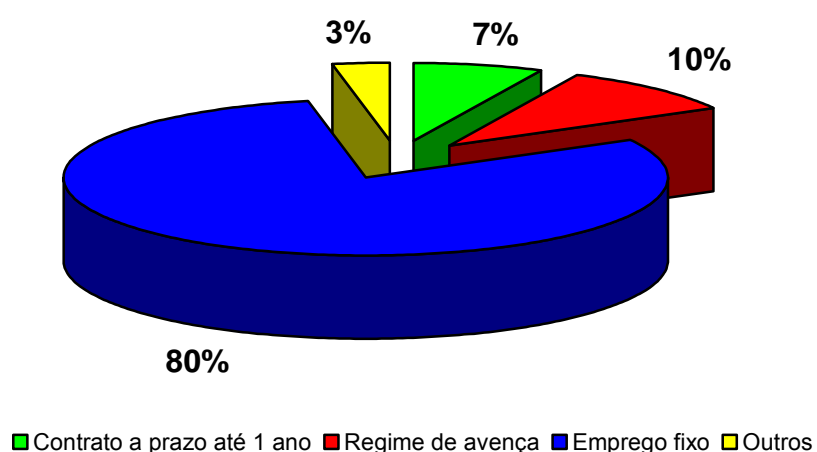


2.1.3 TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO

Relativamente ao contrato de trabalho verifica-se uma grande estabilidade no tipo de vínculo contratual. De acordo com a apreciação dos resultados patentes no gráfico 24, verificamos que 80% dos respondentes possui uma relação contratual estável (vínculo definitivo), 10% dos respondentes estão em regime de avença, 7% estão em contrato a prazo (até um ano), 3% estão em contrato a prazo (até um ano).

Até à data do inquérito 3% dos respondentes encontrava-se desempregado.

Gráfico 24 – Contrato de Trabalho



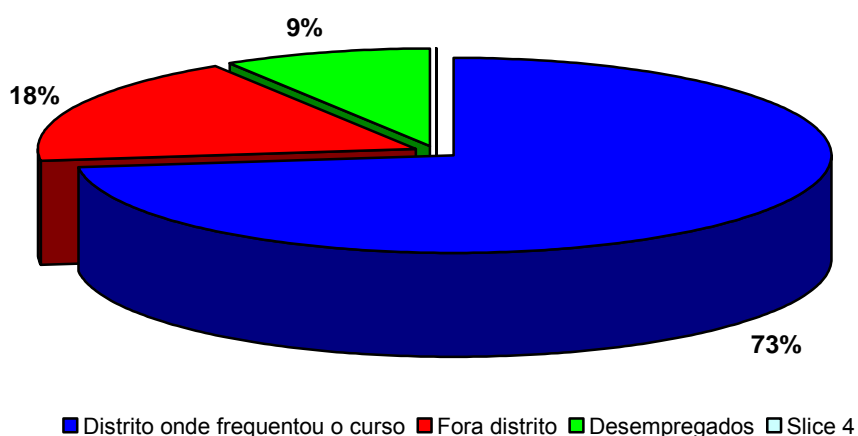
2.1.4 DISTRITO ONDE EXERCE A ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Analisando o gráfico 25, podemos verificar que, a maioria dos respondentes, trabalham no distrito de Braga 73%, fora do distrito 18% e 9% estavam desempregados.

Esta concentração de empregos na região de Braga está em conformidade com uma das motivações privilegiadas pelos candidatos ao Ensino Superior na escolha do IPCA, como se demonstra pelo cruzamento desta informação com a do gráfico 10.

Os dados revelam, assim, a capacidade da região em fixar os diplomados do IPCA.

Gráfico 25 – Mobilidade dos Inquiridos a Nível do Emprego



2.2. Síntese

Na análise relativa à situação profissional dos respondentes, convirá fazer uma breve súpula de alguns aspectos, que embora já referenciados pensamos que merecem uma individualização.

A indicação profissional dos respondentes face ao emprego revela que a maioria não exerce uma actividade profissional relacionada com a sua área de formação, 55%, (Gráfico 22).

A apresentação jurídica face ao contrato de trabalho permitiu concluir que os respondentes apresentam uma profissão relativamente segura, visto que 80%

dos mesmos possuem um emprego fixo, (Gráfico 24).

Relativamente ao tipo jurídico da organização regista-se uma maior percentagem de emprego ao nível do sector público 55% e no sector privado 45%, (Gráfico23).

Finalmente no que se relaciona ao distrito onde se situa o local de emprego, uma vez mais se distingue o distrito de Braga como elemento fixador dos diplomados, (Gráfico 25).

3. Satisfação Profissional

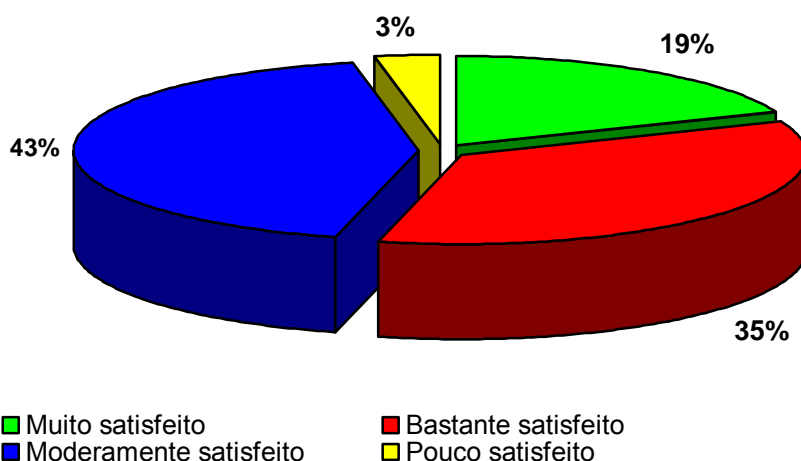
Enquadrada na *Satisfação Profissional*, a descrição efectuou-se de acordo com as variáveis: Satisfação Relativamente ao Emprego e Satisfação Relativamente ao Valor Profissional, segundo a grelha de análise III.

3.1 Satisfação Face ao Emprego

3.1.1 SATISFAÇÃO RELATIVAMENTE AO EMPREGO

Relativamente à satisfação com o trabalho realizado, será de salientar que 43% dos respondentes declararam-se moderadamente satisfeitos, 35% bastante satisfeitos e 19% muito satisfeitos, (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Satisfação Face ao Emprego



Se combinarmos esta informação com a do gráfico 22 (profissão exercida), esta satisfação moderada, face ao emprego, poder-se-á justificar pelo facto de mais de 50% dos respondentes exercer uma profissão fora da sua área de formação no IPCA.

Para uma melhor percepção desta situação apresenta-se o quadro 20 que sintetiza as respostas à questão de resposta múltipla – *Se considera que a actividade profissional que exerce actualmente não é adequada à formação que recebeu, porque motivo a mantém?* – (Assinale até três razões)

Parece poder deduzir-se que, 62% dos respondentes justifica a permanência pela proximidade à residência e os outros 19% pelas boas

perspectivas na empresa, pois aguardam concurso para a progressão.

Quadro 20 – Motivos para a Manutenção de uma Actividade Profissional Fora da Área Científica de Formação

Tipo de Respostas	Nº Respostas	%
Boas perspectivas na empresa	6	19
Flexibilidade horário	1	3
Próximo do local residência	19	62
Bom ambiente de Trabalho	5	16

Os dados que acabamos de apresentar permitem-nos concluir que o conceito de trajectória profissional está estreitamente relacionado com os conceitos de mobilidade de emprego, de funções, de sector de actividade económica e de categoria sócio – profissional.

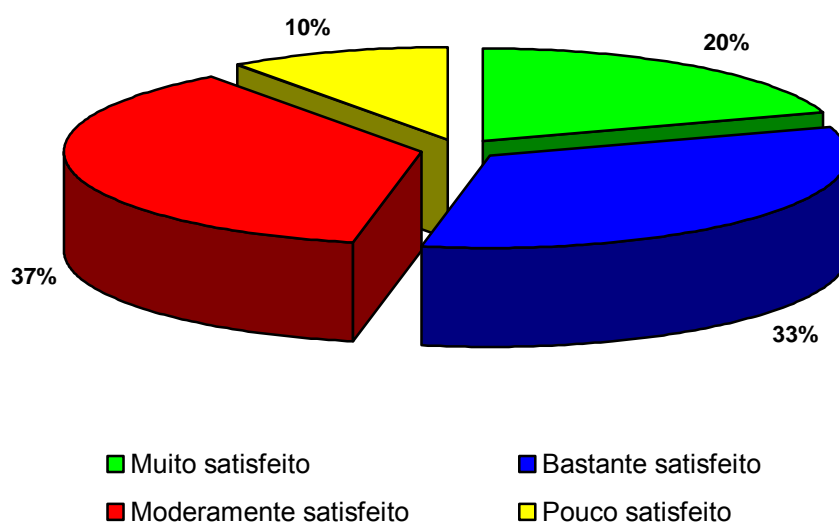
Assim, o impacto sobre as trajectórias profissionais desta população activa foi nulo ou quase nulo, pois os indivíduos, continuam a ocupar os mesmos empregos parecendo-nos que a mudança se traduziu, essencialmente, numa manutenção da sua situação sócio – profissional.

Tratando-se maioritariamente de indivíduos que constituíram família, gráfico 5, esta variável também revela uma forte relação com o exercício de uma actividade profissional não sendo de estranhar, que se vejam “obrigados” a exercer profissões que não exigem a mobilização dos saberes que o diploma sanciona, mas a segurança de um emprego face ao aumento de desemprego nos últimos anos.

3.1.2 SATISFAÇÃO RELATIVAMENTE AO VALOR PROFISSIONAL

Sobre a satisfação com o reconhecimento profissional, a preponderância dos respondentes que responderam situou-se em redor dos itens bastante satisfeitos com 33% e moderadamente satisfeito com 37%, (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Reconhecimento Valor Profissional



3.2 Síntese

No final desta dimensão sobre a Satisfação Profissional dos respondentes, poderemos salientar os seguintes aspectos:

A sobrequalificação é um fenómeno recente e resulta do efeito conjugado de três factores essenciais:

- A massificação dos sistemas educativos;
- A exagerada oferta de cursos pelos Institutos Superiores Politécnicos sem um objectivo de empregabilidade;
- A incapacidade do tecido económico em acompanhar o ritmo da produção de qualificações académicas;
- As estratégias dos autores, que não querendo, ou não podendo esperar por um emprego compatível com a sua área de formação, optam por escapar a uma situação de desemprego, aceitando exercer profissões para as quais possuem “excesso” de habilitações escolares.

Relativamente à satisfação com a especificidade do trabalho e do reconhecimento da qualificação do valor profissional os respondentes mostraram-se bastante satisfeitos.

Este facto deve ser destacado pelo significado que se reveste a nível do desempenho das funções e do reconhecimento da entidade empregadora sobre as qualidades e técnicas desse mesmo desempenho.

4. Transição do Meio Académico para o Meio Profissional

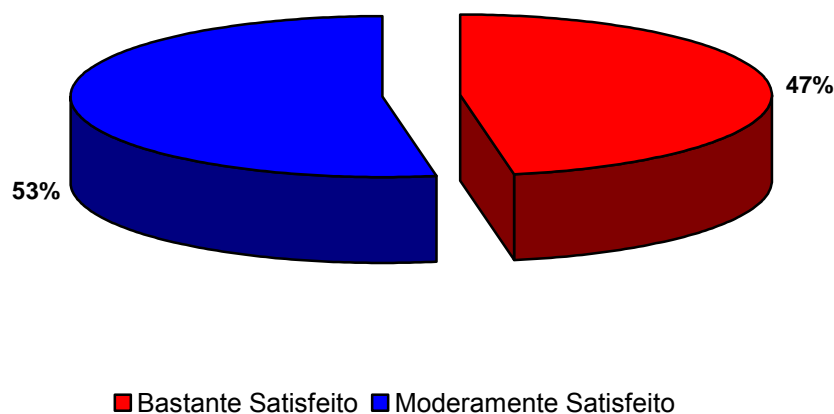
A *Transição do Meio Académico para o Meio Profissional*, efectuou-se de acordo com as variáveis: Perspectivas de Estabilidade no Emprego; Adequação de Formação Académica à Função; Razão para Manter uma Profissão que não se Adequa às Competências Adquiridas; Competência Especialmente Exigida na Actividade Profissional e Classificação da Preparação que o Curso deu para a Vida Profissional, como consta na grelha de análise IV.

4.1 Perspectivas no Emprego

4.1.1 PERSPECTIVAS DE ESTABILIDADE DE EMPREGO

No que respeita, à satisfação com a estabilidade de emprego, as respostas revelaram que 47% dos respondentes manifestaram estarem bastante satisfeitos, e 53% moderadamente satisfeitos, (Gráfico28).

Gráfico 28 – Estabilidade de Emprego



4.2 Adequabilidade das Funções

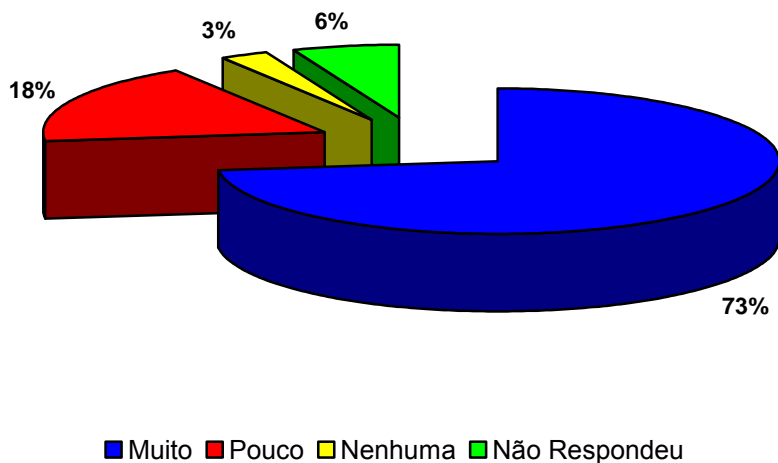
4.2.1 ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÉMICA NA FUNÇÃO

O Ensino Superior, tem como uma das missões mais importantes a ligação à sociedade, tendo paralelamente que oferecer aos seus alunos os conhecimentos e background necessários para que a integração profissional seja a mais adequada possível.

Assim neste ponto pretende-se conhecer a opinião dos inquiridos relativamente à adequabilidade das funções desempenhadas face às qualificações adquiridas no IPCA.

Relativamente à questão sobre a adequação da formação académica ao mercado de trabalho, e com base no gráfico 29, constatamos que a maioria dos respondentes 73%, considera positiva a adequação do curso às exigências da função que exercem.

Gráfico 29 – Adequação da Formação Académica com a Função Desempenhada

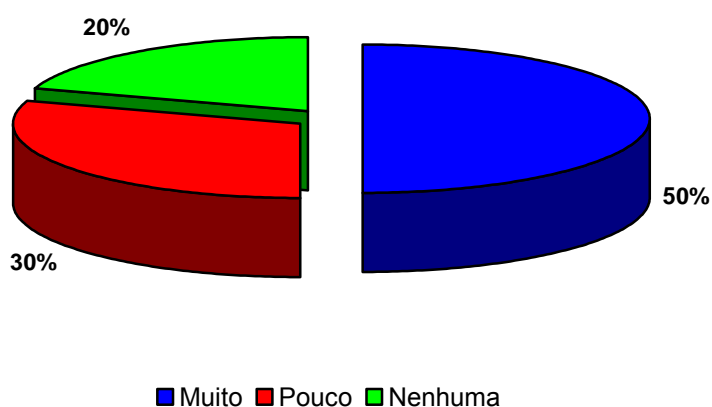


4.2.2 ADEQUAÇÃO DAS FUNÇÕES DESEMPENHADAS ÀS COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS

A análise à questão sobre a adequabilidade da função desempenhada face às competências adquiridas mostra que a maioria dos respondentes utiliza os conhecimentos e as competências adquiridas no curso no exercício da profissão, 50% declararam que as competências e conhecimentos adquiridos no curso estão

muito adequados, 30% pouco, e 20% nada adequado, (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Adequabilidade das Funções Desempenhadas às Competências Adquiridas



4.2.3 RAZÕES PARA MANTER PROFISSÃO NÃO ADEQUADA ÀS COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS

Da variável que formula a questão de resposta múltipla – Se considera que a actividade profissional que exerce actualmente não é adequada à formação que recebeu, porque motivo a mantém? - Assinale até três razões

As informações fornecidas pelos respondentes constam no quadro 21, o qual se apresenta ordenado percentualmente pelas perguntas que obtiveram maior número de respostas. Do total, 36% dos respondentes indicam manter a actividade profissional predominantemente pelo facto da proximidade à residência e 26% a uma oferta de estabilidade.

Quadro 21 – Motivos para Manter Profissão Não Adequada à Formação Adquirida

Tipos de Resposta	Nº de Respostas	%
Emprego Próximo da Residência	12	36
Emprego Oferece Segurança	9	26
Empresa Com Bom Ambiente de Trabalho	5	19
Boas Expectativas na Empresa	5	14
Permite Flexibilidade de Horário	2	5

4.3 Avaliação da Preparação do Curso para a Vida Profissional

4.3.1 *COMPETÊNCIAS ESPECIALMENTE EXIGIDAS NA ACTIVIDADE PROFISSIONAL*

Da variável que formula a questão de resposta múltipla – Nas funções que desempenha actualmente, que competências lhe têm sido especialmente exigidas na sua actividade profissional? - Assinale até três, (Quadro 22)

Da análise do quadro 22, da totalidade dos respondentes que estão empregados 30, indicam serem – lhe exigidas competências comportamentais no desempenho da sua actividade profissional, sendo a *Responsabilidade* a mais frequentemente solicitada (90%), seguindo-se a *Capacidade de Iniciativa* 57%, a *Capacidade de Trabalhar em Equipa*, 33%, e a *Capacidade de Comunicação*, com 24%.

Quadro 22 – Competências Especialmente Exigidas na Actividade Profissional

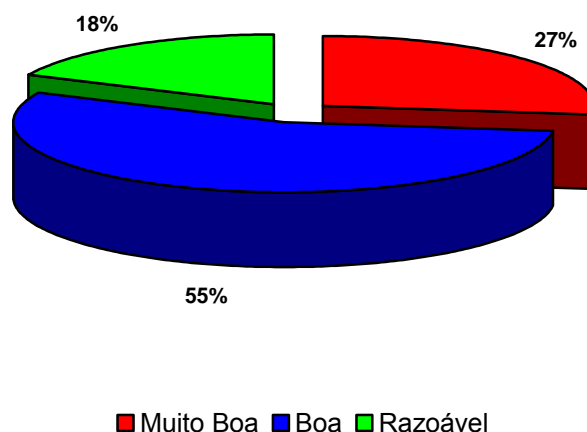
Competências	Nº Respostas	%
Criatividade	7	23
Autonomia	10	33
Capacidade de iniciativa	17	57
Adaptabilidade	4	13
Responsabilidade	27	90
Capacidade de trabalhar em equipa	10	33
Liderança	5	17
Capacidade de Comunicação	8	24

4.3.2 *CLASSIFICAÇÃO DA PREPARAÇÃO QUE O CURSO OFERECEU PARA A VIDA PROFISSIONAL*

À pergunta formulada no inquérito sobre a preparação do curso para a vida profissional, existe uma opinião globalmente favorável 82% entre os respondentes.

Quanto à forma como os respectivos cursos contribuíram para a aquisição de um conjunto de competências nos domínios científico e expressivo reforçando deste modo a adequabilidade da formação ministrada no IPCA, ao mercado empregador, (Gráfico 31).

Gráfico 31 – Preparação Curso para a Vida Profissional



4.4 Síntese

No final desta dimensão sobre a Transição do Meio Académico para o meio Profissional dos respondentes, poderemos salientar os seguintes aspectos:

- A análise destes dados parecem evidenciar a *boa imagem* que os respondentes têm da formação ministrada no IPCA;
- A formação está adequada aos perfis profissionais requeridos: - Os conhecimentos adquiridos no IPCA estão adequados à vida profissional;
- A formação adquirida no IPCA possibilita o cumprimento das tarefas atribuídas.

Parte VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Introdução

As gerações presentes, enfrentam uma crescente incerteza ao nível dos seus percursos profissionais, fruto, das múltiplas e complexas alterações, qualitativas e quantitativas, introduzidas pela globalização e novas tecnologias, nas instituições e na sociedade levando a que as pessoas, na sua vida quotidiana, se vejam na necessidade de lidarem com um ambiente geral de turbulência e imprevisibilidade, que lhes exige uma adaptação permanente, bem como uma reflexão contínua sobre a definição e condução das suas metas pessoais, profissionais, de vida.

Assim, cada vez mais, a posição do indivíduo na sociedade é determinada pelos conhecimentos que este tiver optado por adquirir e isto faz-se através de uma adequada relação com o sistema de ensino nomeadamente através da formação ao longo de toda a vida activa.

Para o desenvolvimento económico e cultural de um país ou região, para além das infra-estruturas tecnológicas é necessário também uma força de trabalho com as capacidades e competências adequadas, forjadas numa educação/formação inicial bem estruturada e, num processo contínuo de aprendizagem.

Esta formação deverá estar disponível a todos os cidadãos, não só aos jovens estudantes tradicionais, mas também a todos a quem as várias circunstâncias da vida não permitiram o progresso através de uma educação formal.

Nesta linha de acção, e fazendo face ao mercado global, à competitividade e às exigências de qualidade, Simões, (1999), citando Murteira, (1993, p. 178) refere que as *“Instituições que oferecem formação de nível superior têm hoje um papel determinante a nível global, dado que o aumento das habilitações escolares*

/académicas da população constitui um dos principais indicadores de desenvolvimento humano e, portanto, de desenvolvimento, global sustentado.

A nível local, estas Instituições conseguem fixar nas suas regiões recursos humanos qualificados os quais se constituem como elementos promotores do desenvolvimento económico e social.

Através das suas duas Escolas, o IPCA tem como objectivo assegurar um ensino de competências e de valores, capazes de preparar os indivíduos para a vida e para a cidadania, assente numa prática de rigor, numa procura constante de padrões cada vez mais elevados de qualidade e numa cada vez maior interacção com a comunidade em que está inserido.

Com base nestas considerações, em que o capital humano se fundamenta, privilegiámos uma recolha e tratamento da informação que possui, essencialmente, o mérito de procurar relacionar um conjunto de dimensões, que a nosso ver, são essenciais para perspectivar a exequibilidade dos cursos de Contabilidade e de Fiscalidade regime nocturno do IPCA.

Após a análise e interpretação dos dados recolhidos junto dos ex-alunos que concluíram os seus cursos de bacharelato e de licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade funcionando, em regime nocturno, na Escola Superior de Gestão do IPCA, e de alguns comentários referenciados ao longo do texto, cumpre-nos nesta última etapa do trabalho, tecer algumas considerações sobre as principais conclusões obtidas no decurso da pesquisa, e que vão de encontro às hipóteses definidas, ainda que não nos seja possível obter um grau de certeza desejável dadas as limitações técnicas deste estudo exploratório.

Não existe o propósito de extrapolar totalmente as conclusões a que chegamos mas, fundamentalmente, traçar certas tendências que impliquem a obtenção de um conhecimento mais profundo sobre os cursos nocturnos ministrados no IPCA através de consulta aos alunos.

O desenvolvimento do IPCA tem sido norteado por uma lógica de expansão e diversificação da oferta de Ensino Superior como oportunidade de formação respondendo aos objectivos do Ensino Superior Politécnico em Portugal: ensino

estritamente ligado à actividade profissional proporcionando uma formação técnica de nível superior e inserido na comunidade territorial onde está situado.

Dentro destes pressupostos e relativamente à primeira hipótese teórica, em que se refere o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave como instrumento de fixação e formação de cidadãos, e factor de captação e fixação de investimento, os dados obtidos parecem confirmar o desempenho dessa função.

As instituições de Ensino Superior, de um modo geral, e em particular os Politécnicos, são agentes promotores do desenvolvimento das regiões onde estão inseridas.

Assim não poderemos deixar de salientar o papel que o IPCA, como uma Instituição de Ensino Superior inserida na região do Baixo Minho, com um projecto socialmente relevante tem como factor determinante não só para o desenvolvimento da região ao nível da fixação e formação dos seus recursos humanos mas também como factor de captação e fixação de investimento.

Se tivermos em conta que 91% dos diplomados respondentes, são da região e face à elevada procura de alunos residentes na região avaliada pela procura dos candidatos que concorreram em 1ª opção, 79%, reforça-se a vocação originária do IPCA, de forte implementação na região em que se encontra inserido, contribuindo assim, de modo decisivo para a captação e fixação de quadros altamente qualificados na região nas suas áreas do saber, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e económico da mesma e do país.

A reforçar a ideia do Politécnico como subsistema de ensino com maior vocação e incidência regional, está o facto de quase um terço dos respondentes ter referido zona de residência como um motivo preferencial na escolha do IPCA.

O alargamento da oferta de formação, agora direccionada para uma população activa carente de uma maior qualificação para fazer face às exigências que se colocam em diversas áreas, responde à necessidade de uma permanente aquisição e actualização de conhecimento.

Numa altura em que se apela à necessidade de uma ligação objectiva entre

o Ensino Superior e as necessidades do mercado empresarial, em especial ao Ensino Politécnico, atendendo aos pressupostos da sua criação, é de realçar a taxa de diplomados respondentes empregados no sector privado, 45%.

Salienta-se o facto que 40% dos mesmos criaram o seu próprio emprego como empresários, como Técnicos Oficiais de Contas – TOC. Este facto evidencia uma das vertentes mais importantes na formação pelas escolas, que é a de criar espírito empresarial, de iniciativa e criatividade, particularmente nas áreas em que se inserem os cursos da ESG, tendo em atenção o tecido empresarial da região constituído essencialmente por pequenas e médias empresas.

Assim, a viabilidade do projecto educativo do IPCA através das suas duas Escolas, pela análise dos dados não está em causa e as formações ministradas pelo IPCA revelam-se socialmente relevantes e são procurados pelos candidatos ao Ensino Superior que preencheram a totalidade das vagas postas a concurso.

A segunda hipótese do estudo sobre a apreciação da participação do IPCA, no contexto do mercado de trabalho, através da adequação da formação às características do tecido empresarial da região é ela também confirmável no quadro dos resultados obtidos.

De acordo com Riverin e Simard (1984) citado por Coimbra, *et. al.* (2001):

“...vulgarmente, são os próprios indivíduos quem em primeiro lugar estabelece várias ligações entre o desempenho da sua actividade profissional e a aprendizagem, sendo o emprego apresentado como uma das principais razões que os levam a ingressar em actividades de educação ou de formação”.

As actuais trajectórias profissionais têm subjacente uma contínua actualização e aprofundamento de conhecimentos que segundo os resultados do nosso inquérito se revelaram:

- Por um lado a forte e crescente procura dos cursos em estudo por parte dos respondentes 79%, na 1ª opção, tem subjacente projectos de vida assentes em expectativas de realização profissional e de afirmação social e económica, pois tratando-se de indivíduos trabalhadores com uma profissão relativamente segura 80%, têm por inerência a este facto

uma certa ascensão e mobilidade social efectiva. Pelo facto de terem frequentado com êxito o Ensino Superior alimentam a expectativa de uma continuidade neste processo de ascensão podendo a obtenção de um diploma exercer um efeito de mobilidade ou confirmação do estatuto profissional.

Os dados revelam também que é restrita a tendência de mobilidade profissional e/ou mudança de actividade uma vez que 62%, dos respondentes continuam a exercer as mesmas funções e ou actividade anterior à conclusão do curso.

Um outro aspecto que justifica esta nossa segunda hipótese diz respeito à dimensão da satisfação relativamente ao valor profissional, que se revelou com um elevado nível de satisfação, 53%.

Este nível de satisfação merece ser sublinhado pelo significado de que se reveste face ao desempenho das funções e do reconhecimento da entidade empregadora, pela qualidade desse mesmo desempenho. Assim, em termos de critérios de satisfação de trabalho, o desenvolvimento das competências próprias e pelas perspectivas de promoção na carreira são os aspectos mais valorizados.

À pergunta formulada sobre a adequação do curso para a vida profissional existe uma opinião global favorável 82% entre os respondentes, o que nos leva a concluir, que os cursos contribuem para a aquisição de um conjunto de competências nos domínios técnicos – científicos reforçando a adequação dos conteúdos ministrados ao mercado empregador.

Da apreciação anterior parece-nos haver um enquadramento entre as qualificações e as funções desempenhadas pelos respondentes uma vez que os mesmos avaliaram positivamente a preparação proporcionada pela frequência do seu curso 50%

Esta verificação justifica também a nossa terceira hipótese sobre a intenção profissionalizante dos cursos, que apontam no sentido da adequação das qualificações adquiridas e as funções desempenhadas.

Estando os respondentes a exercer uma actividade profissional, os motivos

apontados pela maioria dos mesmos 36%, relativamente à procura deste subsistema de ensino prende-se com os horários de funcionamento dos cursos, encontrando neste subsistema a possibilidade de frequência de cursos em regime pós-laboral.

Um outro motivo de candidatura a este estabelecimento de Ensino Superior prende-se com a proximidade da zona de residência 27% que reforça a ideia do Politécnico como subsistema de Ensino Superior com forte vocação e incidência regional.

Se a afirmação plena de uma instituição, de Ensino Superior é um processo lento e gradual e, em rigor, nunca verdadeiramente terminado, parece-nos ser lícito afirmar que o IPCA, a despeito do longo caminho que tem ainda para percorrer, transpôs com sucesso os difíceis desafios que se lhe colocaram, ao longo destes primeiros nove anos de existência da sua Escola Superior de Gestão.

O valor de uma instituição de Ensino Superior é aferido, entre vários factores, pela reputação profissional dos seus ex-alunos. Este estudo provou a utilidade e a qualidade do trabalho desenvolvido no IPCA, dada a significativa notoriedade que conquistou, nas empresas que integram os seus diplomados e pela opinião dos mesmos sobre o curso e a Instituição.

Ultrapassada a fase crucial da afirmação inicial, estão criadas as condições indispensáveis para que o IPCA inicie, com boas perspectivas o seu rumo á excelência, condição *sine qua non* para garantir a permanência no quadro particularmente difícil e competitivo que se perfila no horizonte próximo da realidade do Ensino Superior Português e no seu enquadramento Europeu exigido pelo Processo de Bolonha.

Importa assim, salientar, que o IPCA está atento ao compromisso político assumido pelos Ministros do Ensino Superior em Bolonha, nomeadamente no reconhecimento da importância e da necessidade das instituições promoverem a aprendizagem ao longo da vida, e de um maior envolvimento, das instituições, com os diversos agentes do processo educativo e a promoção da atractividade do espaço europeu de Ensino Superior.

2. Limitações do Estudo

A análise e interpretação dos inquéritos, permite-nos considerar que globalmente, respondemos aos objectivos iniciais do presente estudo podendo os mesmos fornecerem um significativo contributo para futuras análises sobre o interesse dos cursos funcionando em regime nocturno no IPCA.

Não obstante a pertinência das conclusões aqui apresentadas torna-se premente, nesta fase do trabalho, assumir as suas limitações, conscientes que estas limitam a robustez e contundência das mesmas. Referimos aquelas que consideramos serem as fundamentais, e propomo-nos a lançamos algumas pistas para um futuro debate em torno desta problemática.

Tratando-se de uma análise centrada numa realidade específica (IPCA), os seus resultados não podem ser extrapolados e generalizados para outras Instituições. Assim, cada instituição com as suas dinâmicas sócio-educativas próprias deve ser objecto de estudos específicos adequados à consistência e afirmação dos seus projectos educativos.

Outra limitação prende-se com a amostra utilizada no decurso do inquérito por questionário, que não é representativa da população estudantil da Instituição motivo pela qual não pode ser extrapolada para a mesma. O nosso trabalho debruçou-se sobre dois cursos da Instituição, que no período em análise tinham diplomados.

A utilização deste tipo de amostra pela sua facilidade e rapidez de acesso, comum em investigações deste género, em que o tempo é um factor crítico, permitem a obtenção de dados rápidos, mas têm também limitações ao nível da morosidade de respostas por parte dos respondentes na realização efectiva dos mesmos, e da extrapolação dos resultados.

A pesquisa documental foi outra limitação encontrada, nomeadamente a nível de estudos de classificação sistemática, á escala do concelho de forma a tipificar os aspectos educativos, produtivos e demográficos pelo que fizemos um levantamento estatístico multivariado, utilizando várias fontes de informação.

Outra das limitações prende-se com o facto de termos utilizado como instrumento de medida de avaliação da viabilidade dos cursos nocturnos um questionário com questões dirigidas somente aos diplomados. Poderíamos ter alargado o nosso estudo aos representantes da comunidade empresarial, embora pensemos que em trabalhos futuros estes poderão ser questionados directamente na qualidade de empregadores dos diplomados, podendo dar-nos outra perspectiva sobre a problemática da inserção sócio-laboral.

A nossa amostra é relativamente reduzida. Os dados aqui apresentados devem pois ser interpretados como exploratórios, isto é, como apontamentos que suscitem o interesse de outros investigadores para aprofundamento.

Como pensamos que não foi esgotada a perspectiva analítica que extravasa o horizonte desta investigação, e para aprofundar a fiabilidade dos resultados e o reforço teórico metodológico delineado, era importante o alargamento do âmbito deste estudo, no que concerne a recolha de opiniões dos empresários e responsáveis de outras instituições sobre a qualidade do desempenho dos diplomados.

Sugerimos, deste modo para eventuais trabalhos futuros, o aprofundamento desta problemática, mas na óptica da comunidade empregadora, através da formulação de questões susceptíveis de evidenciar a opinião sobre o desempenho profissional dos diplomados, e recolher sugestões pertinentes sobre a temática da empregabilidade.

Tendo o Ensino Politécnico uma contribuição no desenvolvimento regional, através da formação de quadros específicos, reveste-se de grande importância uma interacção cada vez maior com o tecido empresarial envolvente, assim como uma prospecção das necessidades formativas da região, assente na definição dos recursos endógenos, possibilitando uma conjugação equilibrada entre a oferta e a solicitação de formação.

Assim, sugere-se que uma das linhas de actuação do IPCA deve radicar nesta prospecção do espaço social e económico local, através da criação de espaços de diálogo interinstitucional e comunitário.

A apreciação destes resultados leva-nos a considerar como válidos os pressupostos teóricos em que assenta o nosso estudo, sugerindo não só o eventual aprofundamento de algumas questões tratadas mas ainda outro tipo de análise que, considerando a opinião dos empregadores, entre outras, possa evidenciar as preferências pelo recrutamento destes diplomados e também a natureza do seu desempenho.

Por outro lado, e fazendo fé nos resultados alcançados, parece-nos importante que estes possam vir a ser actualizados periodicamente e eventualmente confrontados com os resultados de outros estudos levados a cabo em instituições congéneres.

Para finalizar pensamos que uma das principais apostas neste tipo de Ensino Superior, deve ser o desenvolvimento das capacidades de dinamismo, iniciativa, flexibilidade e criatividade, na formação dos diplomados, sem abdicar das suas premissas caracterizadoras, ou seja, vincadamente técnico, prático e profissionalizante.

Bibliografia

- ALBARELLO, Luc; FRANÇOISE, Digneffe; HIERNAUX, Jean-Pierre; CHRISTIAN, Maroy; RUQUOY; Danielle; SAINT-GEORGES, PIERRE (1997). ***Práticas e métodos de investigação em ciências sociais***.Ed. Gradiva. Lisboa
- ALEXANDRE, Vítor (2005). ***Capital humano: o caso do Instituto Politécnico de Santarém***. Ed. Instituto Politécnico de Santarém. Santarém:
- ALMEIDA, João Ferreira de; ÁVILA, José Luís Casanova; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís; MARTINS, Susana da Cruz, MAURITTI, Rosário (2003). ***Diversidade na Universidade: Um inquérito aos estudantes de licenciatura***. Ed. Celta. Oeiras.
- ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO José Madureira (1982). ***A investigação nas ciências sociais***. Estudo elaborado no gabinete das investigações sociais. 3ªed, Ed. Presença. Lisboa.
- ALMEIDA, Luciano de (2001). ***Situação do ensino superior politécnico em Portugal***. Em: I Seminário sobre as transformações do ensino superior no Brasil e a cooperação Brasil – Portugal. Manaus, 27 de Setembro de 2001. ANACEU (Centro Universitário Nilton Lins); SESU (Secretaria de Ensino Superior); CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); CNE (Conselho Nacional de Educação).
- ALMEIRÃO, A.O.L. (2001). ***A adequabilidade do ensino superior politécnico ao mercado de trabalho: o caso da escola superior agrária de Santarém***. Tese de Mestrado em Sociologia. Universidade de Évora, Évora. 204pp.
- ALVES, Natália (2005). ***Trajectórias académicas e de inserção***

profissional dos licenciados pela universidade de Lisboa 1999-2003. Ed. Reitoria da Universidade de Lisboa/Direcção de Serviços Técnicos /Divisão de Planeamento e Gestão. Lisboa.

AMARAL, Alberto (2003). **Avaliação, revisão e consolidação da legislação do ensino superior. inquérito público; análise e respostas**. Ed. Fundação das Universidades Portuguesas. Coimbra.

Anuário Barcelos/Esposende (1998). Associação Comercial e Industrial de Barcelos. Barcelos.

Anuário Estatístico. Galicia – Norte de Portugal (1997). Ed. Instituto Nacional de Estatística. Porto

ARQPAIS, Consultores de Arquitectura Paisagística e Ambiente, Lda (2001). **Concessão Norte A11/IC14 Esposende – Barcelos – Braga: sublanço EN 2005 – Barcelos**. Estudo de impacto ambiental em fase de estudo prévio. Vol.4. Lisboa: Disponível em: http://www.metis.iambiente.pt/IPMB_DPP/docs/RNT839.pdf.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1984). **Regionalização e descentralização do ensino em Portugal**, em: Desenvolvimento regional, 19, 2º semestre:103-131. Comissão de Coordenação da Região Centro (C.C.R.C.). Coimbra.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (2002). **Aspectos económicos e sociais da população nos censos 2001**. Artigo apresentado no seminário Censos 2001. Lisboa: 10 e 11 Dezembro. Disponível em: <http://www.ine.pt/CENSOS2001/EmFoco/pdfs/aspectoseconomicos.pdf>.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO VALE DO CÁVADO (1999). **Plano de desenvolvimento do Vale do Cavado**. Coord. José António Cadima Ribeiro. Ed. A.M.V.C. Braga.

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO MINHO. **Região: dinâmica empresarial**.
Acedido a 29 de Março 2006, em: <http://>

www.aiminho.pt/aiminho/região/Dinâmica.po

_____. **Região: emprego no Minho**. Acedido a 7 de Fevereiro 2006,
em: [http:// www.aiminho.pt/aiminho/região/Emprego.po](http://www.aiminho.pt/aiminho/região/Emprego.po)

_____. **Região: sectores de actividade económica**. Acedido a 30 de
Janeiro 2006, em: [http://
www.aiminho.pt/aiminho/região/Emprego.po](http://www.aiminho.pt/aiminho/região/Emprego.po)

_____. **Região: Território e População**. Acedido a 29 de Março 2006,
em: [http:// www.aiminho.pt/aiminho/região/Território.po](http://www.aiminho.pt/aiminho/região/Território.po)

BALDAIA, António (1998). **Luís Soares em entrevista a “a Página”**.
Jornal “A página” [versão electrónica], 75, ano 7 Dezembro, p.10.
Disponível em: [http:// www.apagina.pt](http://www.apagina.pt)

BALSA, Casimiro; SIMÕES, Alberto José; NUNES, Pedro; CARMO, Renato
do; CAMPOS, Ricardo (2001). **Perfil dos estudantes do ensino
superior. desigualdades e diferenciação**. CEOS. Inquéritos, 1. Ed.
Colibri. Lisboa.

BARROS, João Pedro (1999). **O ensino politécnico como paradigma de
formação profissional**. Comunicação apresentada em 9/02/1999,
no Seminário organizado pelo departamento de ciência e educação
da Universidade de Aveiro. Disponível em:
http://www.ipv.pt/millennium/15_va1.htm.

BERNARDO, Carlos António Alves; RODRIGUES, Rui Neves da Costa;
MATOS, Sebastião (1992). **Um estudo da viabilidade para a
criação de uma escola superior politécnica em Barcelos, como
base de arranque de um pólo da universidade do Minho na
mesma cidade**. Universidade do Minho - Reitoria. Braga.

BOUDON, Raymond (1990). **Os métodos em sociologia**. Pref. Luís Filipe
Rosa. Trad. Madalena Matos Ed. Rolim. Lisboa:

BRAVO, Maria de Fátima, (coord) (2004). **O desenvolvimento da**

educação – relatório nacional de Portugal, vol.II. Ed. Ministério da Ciência, da Inovação e do Ensino Superior/ Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior/ Direcção Geral do Ensino Superior. Lisboa.

CAMPOS, Bártolo Paiva (org) (1995). **A investigação educacional em Portugal**. Colecção ciências educação, 7. Ed. Instituto de Inovação Educacional. Lisboa.

CANÁRIO, Rui, (org). (1992). **O estabelecimento de ensino no contexto local: inovação e projecto educativo da escola**. Ed. Educa. Lisboa.

CARMO, Hermano, FERREIRA, Manuela Malheiro (1998). **Metodologia de investigação: Guia de auto – aprendizagem**. Universidade Aberta. Lisboa.

CARNEIRO, Roberto (coord); FERNANDES, Artur Viana; CONCEIÇÃO, Pedro (2001). **Padrões de aprendizagem empresarial na economia portuguesa**. Cadernos de emprego, 36. Ed. Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Lisboa.

CARREIRA, Henrique Medina (1996). **As políticas sociais em Portugal**. Colecção trajectos portugueses, 35. Ed. Gradiva. Lisboa.

CARVALHO, José Mexia Crespo (2003). **Modelo de gestão, mérito e responsabilidade**. Ed. Sílabo. Lisboa.

CARVALHO, Maria Graça (2004). **Conhecimento científico: motor do desenvolvimento empresarial**. Cadernos de economia, Abril/Junho, 67:7-10.

CARVALHO, Rómulo (1996). **História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano**. 2ªed., Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

- CÉLESTIN, Jean-Bernard (2002). ***A qualidade do emprego***. Cadernos de emprego, **37**. Ed. Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Lisboa.
- Censos 2001 (2002). ***XIV Recenseamento Geral da População IV Recenseamento Geral da Habitação: resultados definitivos Norte***. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- CEREJEIRA, João Carlos (2000). ***Identificação dos distritos industriais em Portugal***. Actas do IV congresso português de sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia. Lisboa. Disponível em: <http://www.aps.pt/ivcong-actas.htm>.
- COIMBRA, Joaquim Luís; PARADA, Filomena; IMAGINÁRIO, Luís (coord) (2001). ***Formação ao longo da vida e gestão de carreira***. Ed. Direcção Geral do Emprego e Formação Profissional. Lisboa.
- CONSELHO COORDENADOR DOS INSTITUTOS SUPERIORES POLITÉCNICOS (2000). ***Ensino superior politécnico: algumas reflexões***. Ed. Instituto Politécnico de Leiria.
- CONSELHO COORDENADOR DOS INSTITUTOS SUPERIORES POLITÉCNICOS (2005). ***Princípios de orientação estratégica para o ensino superior***. Disponível em: <http://www.ipLeira.pt/index.php? Id=6205>.
- CONSTÂNCIO, Maria José (1999). ***Ciclos de encontros Portugal 2000-2006: debates e documentários***. Ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território/ Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Braga.
- CORREIA, José Alberto (2000). ***As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos***. Cadernos Pedagógicos, **48**. Ed. ASA. Porto.
- CORTESÃO, Luísa (1988). ***Escola, sociedade que relação?*** Colecção biblioteca das ciências do homem. Pedagogia, ciência da educação, **1**. 2ª ed., Ed. Afrontamento. Porto.

- COSTA, António Almeida e (2003). **Perspectivas de evolução do ensino superior politécnico.** Disponível em: http://www.ipc.pt/internacional/sitiobolonha/doc_nac/pt/docs/168pdf (pdf. Criado em 3/Julho/2003).
- COSTA, António de Almeida e (2003). **Avaliação do ensino superior politécnico público: a qualidade como desafio. O futuro como horizonte.** Ed. ADISPOR – Conselho de Avaliação. Coimbra.
- DELORS, Jacques (2003). **A educação ou utopia necessária,** in educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI, p. 41-44
- DESHAIES, Bruno (1997). **Metodologia da investigação em ciências humanas.** Colecção epistemológica e sociedade, 65. Ed. Piaget. Lisboa.
- DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR (2005). **Candidatura ao ensino superior público.** Guias do Ensino Superior, 57. Editorial do Ministério da Educação. Lisboa.
- DURKHEIM, Émile (1993). **As regras do método sociológico.** Trad. Eduardo Lúcio Nogueira. Colecção biblioteca de textos universitários.5ªed.,Editorial Presença. Lisboa.
- FOODY, William (2002). **Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas.** Tradução de Luís Campos. Ed. Celta. Oeiras.
- FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE (1999). **Diplomados desempregados: determinantes da procura de ensino e da oferta de qualificações.** Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin (1997). **O inquérito.** Celta editora. Oeiras.
- GONÇALVES, Albertino (2001). **As asas do diploma: a inserção**

profissional dos licenciados pela universidade do Minho. Ed. Grupo de Missão para a Qualidade de Ensino/Aprendizagem. Braga.

GOVERNO CIVIL (1985). **O distrito de Braga: imagem real e potencialidades.** Ed. Governo Civil. Braga.

HILL, Manuela; HILL, Andrew (2002). **Investigação por questionário.** 2ªed., Ed. Sílabo. Lisboa.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÕES SOCIOLOGICAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (1997). **O perfil sócio – económico dos estudantes do ensino superior** Relatório a pedido da CNASES (Conselho Nacional para a Acção Social no Ensino Superior).

INSTITUTO PARA A INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO (2000 a). **Inquérito de percurso aos diplomados do ensino superior 2001: dossier metodológico.** Lisboa

_____ (2000 b). **Inquérito de percurso aos diplomados do ensino superior 2001: síntese de resultados.** Lisboa

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA (2000). **O ensino superior politécnico: natureza e objectivos** [versão electrónica]. Revista 1, Março 2000, IPL. Acedido em 30 de Janeiro de 2006,em: www.ipleiria.pt/index.php? Id=4133.

_____ (2000). **O ensino superior politécnico: natureza e objectivos** [versão electrónica]. Revista, 1 – Março IPL. Acedido a 30 de Janeiro de 2006,em: <http://www.ipleiria.pt/index.php? Id=4133>.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO (1992). **1ªs Jornadas para o desenvolvimento do Alto Minho: 6,7 e 8 de Fevereiro de 1991.** Ed. IPVC. Vol. II, p.40. Viana do Castelo

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE (1998). **Memorandum..** Barcelos

_____ (1999). **Proposta de criação dos cursos bietápicos de licenciatura.** Barcelos

_____ (2000). **Estudo relativo à implementação da escola de tecnologia do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.** Barcelos

_____ (2001). **Plano de desenvolvimento estratégico 2002/2006.** Barcelos

_____ (2003 a). **Relatório de auto-avaliação: licenciatura bietápica em contabilidade (regime nocturno) 2002/03.** Barcelos

_____ (2003 b). **Relatório de auto-avaliação: licenciatura bietápica em fiscalidade 2002/2003.** Barcelos

_____ (2004). **Escola de tecnologia.** Barcelos.

LIMA, Marínus Pires de (1995). **Inquérito sociológico: problemas de metodologia.** 4ªed, Editorial Presença. Lisboa

LOPES, A. Simões (1995). **Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos.** Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa

MARTINS, Susana da Cruz; MAURITTI, Rosário; COSTA, António Firmino (2005). **Condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal.** Colecção temas e estudos de acção social, 5. Ed. Direcção Geral do Ensino Superior/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Lisboa

MONIZ, A. Brandão (coord); KOVÁCS, Ilona; BARROSO, Sónia (2001). **Futuros do emprego na sociedade da informação.** Cadernos de emprego, 34. Ed. Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Lisboa.

MOREIRA, Adriano (2000). **Ensino superior: pontos fortes e pontos fracos.** Disponível em.
www.cnaves.pt/DOCS/Diversos/ensisup_fortes_e_fracos.pdf

_____ (2004). **Parecer sobre a regulação da oferta de diplomados do ensino superior.** Disponível em: http://www.Cnaves.pt/DOCS/Pareceres/PARECER_oferta_diplomados.pdf

MOREIRA, Carlos Pinto (1991). **No âmbito da estratégia actual do desenvolvimento regional português.** Ed. C.M.P. Lisboa:

OBSERVATÓRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR (2005). **Panorama da educação nos países da OCDE.** Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa

PALMEIRO, M.R.P.C.B. (1995). **Escolas superiores auto-suficientes: criação e impacto na gestão dos institutos politécnicos.** Tese de Mestrado em Administração Pública, Escola de Economia e Gestão. Universidade do Minho. Braga. 129pp.

PARDAL, Luís; CORREIA, Eugénia (1995). **Métodos e técnicas de investigação social.** Ed. Areal. Lisboa.

PEREIRA, Licínio Chaínho (1993). **O ensino superior no Minho: evolução expectável.** Universidade Minho – Reitoria. Braga.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc (1998). **Manual de investigação em ciências sociais.** 2ªed., Ed. Gradiva. Lisboa.

REBELO, Glória (1999). **A (in) adaptação no trabalho: uma perspectiva sociorganizacional e jurídica.** Ed. Celta. Oeiras.

RIBEIRO, J. Cadima; CABRAL, Dolores; SOUSA, Ricardo (2000). **Indicadores de desempenho económico: uma síntese.** Cadernos de Estudos Municipais, 13, Arquivo Distrital de Braga.

ROTHES, L.A. (2003). **Adultos no ensino superior: Garantir um direito para colmatar uma injustiça** [versão electrónica]. Jornal “ A página”, 120: 11 – 13. Disponível em:<http://www.apagina.pt/>

SANTOS, Luísa (2005). **Caracterização socio-económica dos concelhos: Concelho de Barcelos.** Direcção de Serviços de

Estudos e Planeamento Estratégico, Divisão de Estudos e Planeamento. Disponível em: [Http://www.Dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/EstudosNãopublicados/Barcelos/Barcelos.pdf](http://www.Dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/EstudosNãopublicados/Barcelos/Barcelos.pdf)

SEIXAS, Ana Maria (2003). ***Políticas educativas e ensino superior em Portugal: a inevitável presença do estado.*** Ed. Quarteto. Coimbra.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR (1981). ***Seminário Nacional sobre o Ensino Superior.*** Cadernos seminários, 6, Ed. Progresso Social e Democracia. Lisboa

Sessão Encerramento do II Congresso do Ensino Superior Politécnico (1998). Acedido em 22 – 02-2006, em: www.presidencia-republica.pt

SILVA, J.C.C.da, (1999). ***Distritos industriais em Portugal: identificação e avaliação das externalidades associadas dinâmicas.*** Tese de Mestrado em Economia Industrial e da Empresa, Escola de Economia e Gestão. Universidade do Minho. Braga. 147pp.

SIMÃO, José Veiga; COSTA, António Almeida (2000). ***O ensino politécnico em Portugal.*** Concelho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, (CCISP)

SIMÃO, José Veiga; SANTOS, Sérgio Machado dos; COSTA, António de Almeida (2003). ***Ensino superior: uma visão para a próxima década.*** 2ª ed. , Ed. Gradiva. Lisboa:

SIMÕES, Alfredo (1999). ***Procura de formação de nível superior no concelho de Viseu.*** Millenium. Viseu, ISPV. Ano 4, 13, p.178.

SOUSA, António Soares de (1999). ***Sobre a génese do ensino politécnico.*** Millenium. Viseu, ISPV. Ano 4, 13, p.10-11.

UNIVERSIDADE DE LISBOA.INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (1995). ***O desenvolvimento do ensino superior em Portugal: situação e problemas de acesso,*** coord. Manuel Braga da Cruz, Maria

Euarda Cruzeiro. Ed. Departamento de Programação e Gestão Financeira, Ministério da Educação. Lisboa.

Apêndices

I – Questionário

II – Carta aos Alunos

I – Questionário

I PARTE NESTA I PARTE, PRETENDE-SE OBTER ALGUNS DADOS PESSOAIS E ESCOLARES

1. Sexo : Masculino
 Feminino

2. Idade : _____

3. Estado Civil : Casado (a)
 Solteiro(a)
 Divorciado(a)
 Viúvo(a)
 União de facto

4. Agregado Familiar: Mãe
 Pai

Irmão: 1 2 3 4
 ou mais

Cônjuge :
 1 2 3 4
 ou mais

Filhos : 1 2 3 4
 ou mais

5. Situação profissional do agregado (principal actividade remunerada):

	Pai	Mãe	Cônjuge
Trabalhador(a) por conta própria sem empregados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador(a) por conta própria com empregados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador(a) por conta de outrém sector privado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador(a) por conta de outrém sector publico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador(a) familiar não remunerada (o)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador(a) familiar remunerada(o)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desempregado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reformado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. Nível de escolaridade do agregado familiar?

	Pai	Mãe	Cônjuge
Não sabe ler nem escrever	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sabe ler sem possuir o 4º ano (antiga 4ª classe)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4º ano (antiga 4ª classe)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6º ano (2º ano ciclo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9º ano (antigo 5º)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino secundário complementar (7º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino médio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior (bacharelato)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior (licenciatura)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mestrado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Doutoramento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Indique a disciplina específica com que se candidatou ao curso que frequenta/frequentou?

Matemática
 Economia
 IDES
 História
 Geografia

8. Curso que frequenta/frequentou?

Contabilidade (Regime Nocturno)
 Fiscalidade (Regime Nocturno)

9. Concluiu o Bacharelato no tempo curricular mínimo (= tempo previsto oficialmente - 4 anos)?

Sim
Não
NR

10. Concluiu o Licenciatura no tempo curricular mínimo (= tempo previsto oficialmente - 5 anos)?

Sim
Não
NR

11. No caso de não ter concluído o curso no tempo curricular mínimo, indique as principais razões num máximo de três

Teve de cumprir o serviço militar obrigatório durante o curso
Teve que conciliar o curso com uma actividade profissional/emprego
Perdeu interesse pelo curso
Doença
Casamento e/ou nascimento de filhos
Reprovou
Teve dificuldade em ter aproveitamento numa/ num conjunto de disciplinas
Outras. Quais? _____

II PARTE NESTA II PARTE, PRETENDE-SE OBTER INFORMAÇÃO SOBRE A INSTITUIÇÃO/CURSO

12. Indique três razões, que o levaram a optar por esta Instituição de Ensino Superior Politécnico?

Proximidade da zona de residência
Horários de funcionamento do curso
Custos/despesas reduzidas
Única Instituição com o curso desejado
Reputação, prestígio da Instituição
Qualidade dos professores
Facilidade de entrada curso – estabelecimento (médias/ vagas)
Qualidade do curso na Instituição
Qualidade nas metodologias de ensino
Tinha colegas/ amigos na Instituição

13. Indique três razões, que o levaram a optar por este curso do Ensino Superior Politécnico?

Possibilitar boas saídas profissionais
Possibilitar uma carreira profissional interessante
Promover o desenvolvimento intelectual
Promover o enriquecimento cultural e técnico
Proporcionar uma profissão bem remunerada
Complementar a actividade e conhecimentos profissionais
Aprofundar uma área de conhecimento interessante
Estimular actividade criativa
Acentuar vertente prática
Acentuar vertente teórica
Outra razão. Qual? _____

14. Se fosse hoje, teria escolhido este curso nesta Instituição?

Escolhia o mesmo curso, mas noutro estabelecimento de ensino
Escolhia o mesmo curso, no mesmo estabelecimento de ensino
Escolhia outro curso e outro estabelecimento de ensino
Não se inscrevia em nenhum curso superior
Outras. Quais? _____

- 22. Localização do posto de trabalho**
- No distrito onde frequentou o curso
- Fora do distrito, dentro do país
- Fora do país
- 23. Exerce a sua actividade profissional relacionada directamente com o seu curso?**
- Sim
- Não
- 24. Considera que a sua formação académica, está adequada às exigências do mercado de trabalho?**
- Muito
- Pouco
- Nenhuma
- 25. Considera que os conhecimentos adquiridos no curso têm aplicação na sua actividade profissional?**
- Muito
- Pouco
- Nenhuma
- 26. Indique as disciplinas que considera mais adequadas à sua actividade profissional?**
- _____
- _____
- 27. Os conteúdos/ assuntos abordados nas disciplinas da área específica do curso foram pertinentes e actuais?**
- Sim
- Não
- (Se respondeu não), porquê? _____
- 28. Nas funções que desempenha actualmente, que competências lhe têm sido especialmente exigidas na sua actividade profissional? (assinale até três)**
- Criatividade
- Autonomia
- Capacidade de iniciativa
- Adaptabilidade
- Responsabilidade
- Capacidade de trabalhar em equipa
- Liderança
- Capacidade de comunicação
- Outras. Quais? _____
- 29. Exerce actividade fora do âmbito do curso?**
- Sim
- Não
- 30. Nesta situação indique o grau de satisfação?**
- Muito satisfeito
- Bastante satisfeito
- Moderadamente satisfeito
- Pouco satisfeito
- Nada satisfeito
- 31. Em sua opinião, como classificaria a preparação que o curso lhe deu para a vida profissional?**
- Muito Boa
- Boa
- Razoável
- Fraca

32. Após concluir o curso, frequentou ou frequenta, formação adicional de âmbito universitário?

Sim Estou a frequentar

Frequentei

Não

33. Indique o género de formação?

Estágio

Outra licenciatura

Pós-graduação

Cursos de especialização

Mestrado

Doutoramento

34. Qual a razão mais importante que o (a) levou a frequentar formação adicional?

Valorização pessoal

Necessidades sentidas no desempenho da actividade profissional

Progresso na carreira

Outra. Qual? _____

35. Tem mantido contacto com a Instituição desde que terminou a licenciatura?

Sim

Não

36. Que tipo de contactos?

Frequência de cursos de actualização profissional ou outros

Colaboração em projectos e estudos de investigação

Consultas bibliográficas

Obtenção de apoio e/ ou contactos com os docentes

Participação em encontros (congressos, colóquios, etc.)

Participação na vida académica

Não teve qualquer contacto

37. A quem atribui a iniciativa desses contactos?

Iniciativa própria

Iniciativa da própria Instituição

Iniciativa da empresa/ organismo onde trabalha

IV Parte

NESTA IV PARTE, PRETENDE-SE OBTER INFORMAÇÃO ACERCA DA SATISFAÇÃO E EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS

38. Em relação ao trabalho que realiza, diria que está:

Muito satisfeito

Bastante satisfeito

Moderadamente satisfeito

Pouco satisfeito

Nada satisfeito

39. Em relação ao reconhecimento do seu valor profissional, diria que está:

Muito satisfeito

Bastante satisfeito

Moderadamente satisfeito

Pouco satisfeito

Nada satisfeito

40. Em relação à estabilidade de emprego, diria que está:

Muito satisfeito

Bastante satisfeito

Moderadamente satisfeito

Pouco satisfeito

41. Considera que as funções que desempenha estão adequadas às competências e conhecimentos que adquiriu no curso?

- Muito
- Pouco
- Nenhuma

42. Se considera que a actividade profissional que exerce actualmente não é adequada à formação que recebeu, porque motivo a mantém? (assinale até três razões)

- Este emprego permite boas expectativas na empresa
- Este emprego é bem remunerado
- Este emprego oferece-me segurança
- Este emprego permite flexibilidade de horário
- Este emprego é próximo do lugar onde resido
- Esta empresa tem bom ambiente de trabalho
- Outra. Qual? _____

43. Como pensa estar, a nível profissional, a situação dos licenciados do seu curso?

- Muito Boa
- Boa
- Razoável
- Fraca
- Má

Muito obrigada pela sua participação

II – Carta aos Alunos

Exmos. (a) Senhores (a)

No âmbito de um mestrado em Administração e Planificação da Educação em que pretendo verificar se a aposta nos cursos nocturnos é válida ou não, através do tipo de alunos que procura atingir, venho na qualidade de mestranda, solicitar a sua colaboração.

O seu contributo, passa pela resposta a um questionário que envio em anexo. Este questionário é anónimo e não contém qualquer tipo de identificação pessoal.

Para o seu preenchimento basta colocar uma cruz nas suas respostas. A boa resposta é aquela que melhor corresponde à sua vivência ou situação.

Grata pela sua colaboração

Barcelos, 17 de Maio 2005

A mestranda

Ana Cary

Leis, Decreto-Lei, Portarias e Outros Diplomas Legais

Despacho 42/ME/95 (Nomeação do Prof. Doutor José Eduardo Lopes Nunes para Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave).

Lei n.º 5/73, de 25 de Julho (aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo)

Lei n.º 29/80, de 28 de Julho (Ratifica, com emendas, o Decreto-Lei n.º 513 – T/79 de 26 de Dezembro, sobre ensino superior politécnico).

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de bases do sistema educativo).

Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro (Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico).

Portugal. Decreto-lei n.º 427 – B/77, de 14 de Outubro (Cria o ensino superior de curta duração).

Portugal. Decreto – Lei n.º 513 - T/ 79, de 26 de Dezembro (Define a rede de estabelecimentos de ensino superior politécnico que anteriormente se designava “*ensino superior de curta duração*”).

Portugal. Decreto – Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro (Regula o processo de instalação dos estabelecimentos de ensino superior politécnico).

Portugal. Decreto – Lei n.º 304/94 de 19 de Dezembro (Altera a rede de estabelecimentos do ensino superior politécnico).

Portaria n.º 289/96, de 14 de Julho (Autoriza a Escola superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a conferir o grau de bacharel em Contabilidade e Finanças Públicas e regulamento do respectivo curso).

Portaria n.º 292/96, de 24 de Julho (Autoriza a escola superior de gestão a conferir o grau de bacharel em Contabilidade empresarial e regulamenta o respectivo curso).

Portaria n.º 484/97, de 24 de Julho (Autoriza o Instituto Politécnico do Cávado e

do Ave, através da sua Escola Superior de Gestão a conferir grau de bacharel em contabilidade regime nocturno e o regulamento respectivo do curso).

Portaria n.º 413 -P/98, de 17 de Julho (Autoriza o instituto politécnico do Cávado e do ave, através da escola superior de gestão, a conferir o grau de bacharel em Fiscalidade e regula o respectivo curso).

Portaria n.º 495/99, de 12 de Julho (Autoriza um conjunto de estabelecimentos de ensino superior politécnico publico a conferir os graus de bacharel e de licenciado em diversas áreas).

Portugal. Decreto – Lei n.º 264/99, de 14 de Julho (Amplia a rede do ensino superior politécnico publico)

Portaria n.º 692/2001, de 10 de Julho (Autoriza um conjunto de estabelecimentos de ensino superior politécnico público a conferir os graus de bacharel e de licenciados em diversas áreas).

Portaria n.º 595/2005, de 15 de Julho (Autoriza um conjunto de estabelecimentos de ensino superior politécnico a conferir os graus de bacharel e de licenciado em diversas áreas e em consequência a ministrar os respectivos cursos. Introduce alterações em cursos ministrados em estabelecimentos de ensino superior politécnico público.)

Anexos

Mapas

I – Rede de Estabelecimentos do Ensino Superior Público

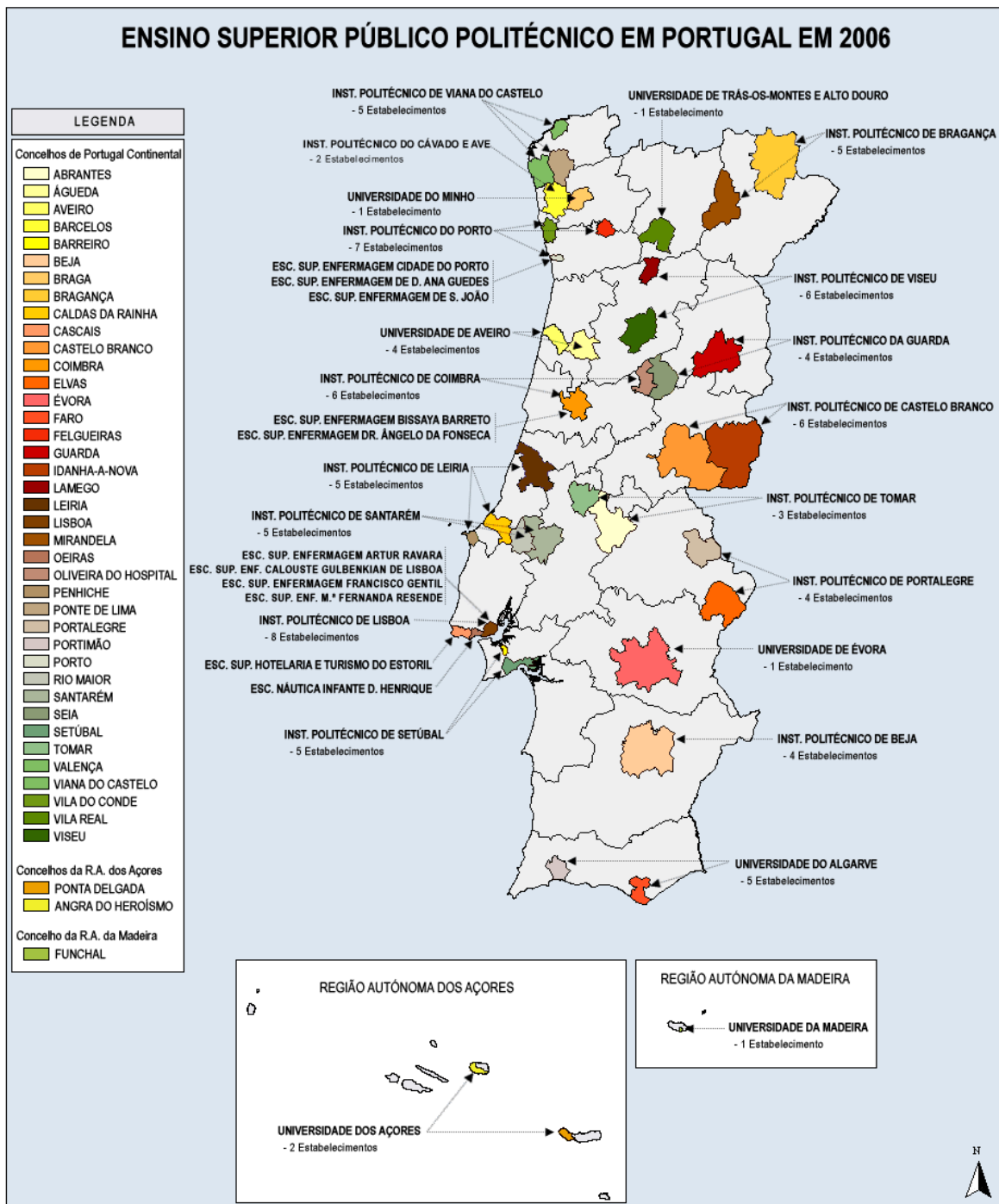
II – Detalhes da Rede de Estabelecimentos do Ensino Superior Público

I – Rede de Estabelecimentos do Ensino Superior Público

DGES Direcção Geral do Ensino Superior

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

— Direcção de Serviços Pedagógicos e de Pessoal - Divisão da Rede —



II – Detalhes da Rede de Estabelecimentos do Ensino Superior Público

DGES Direcção Geral do Ensino Superior
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

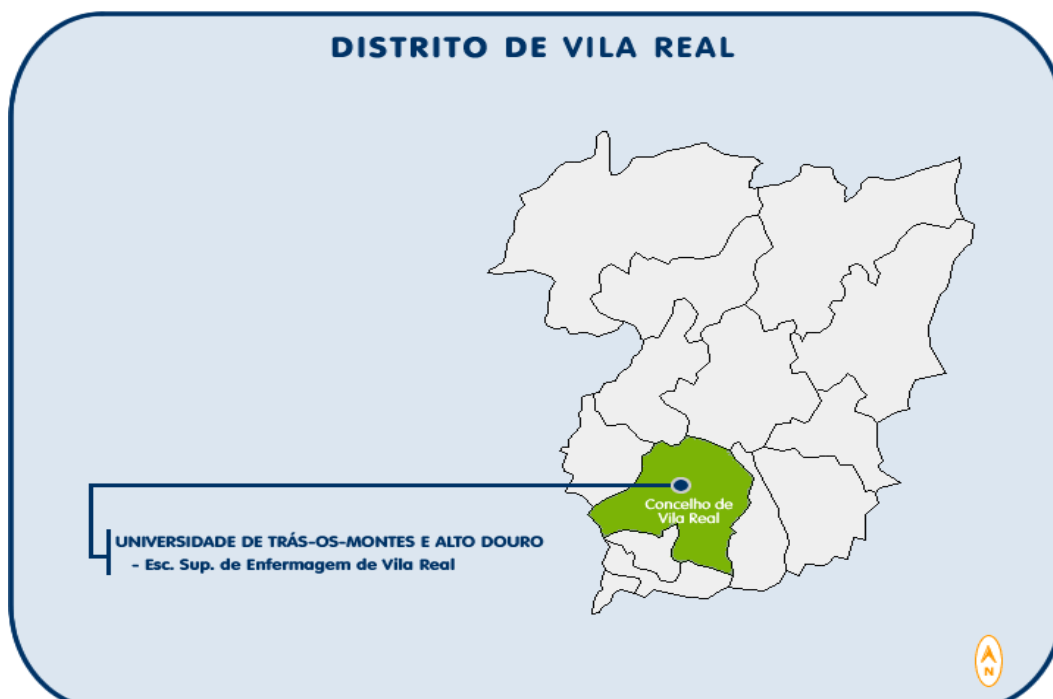
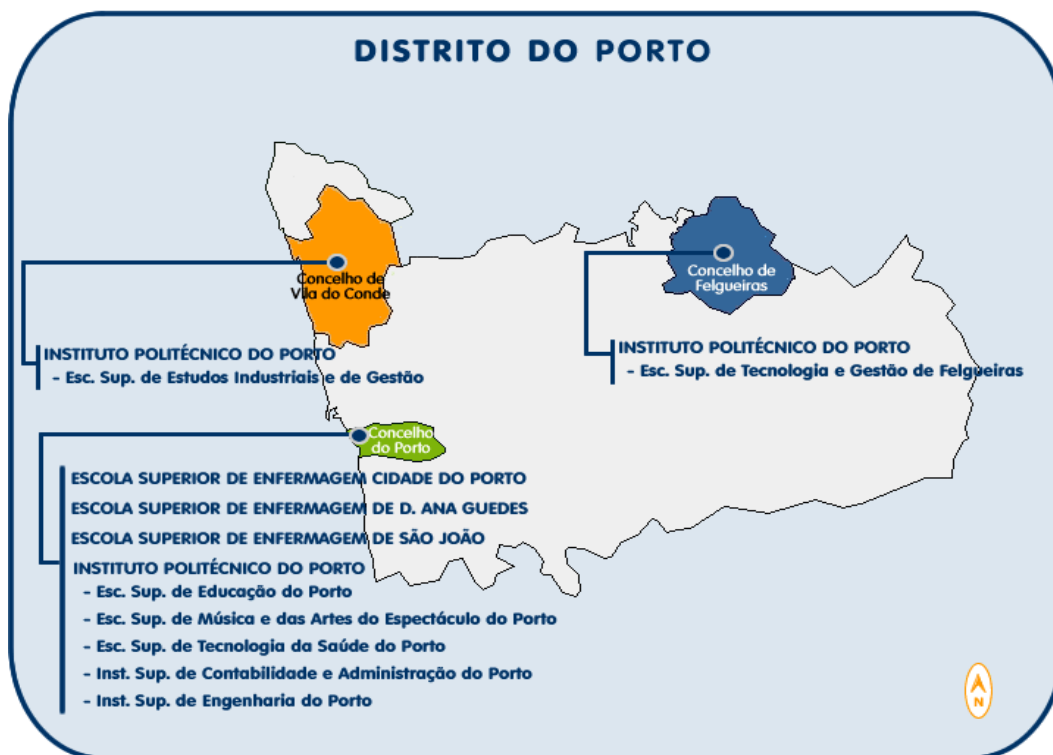
Direcção de Serviços Pedagógicos e de Pessoal
- Divisão da Rede



DGES Direcção Geral do Ensino Superior
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Direcção de Serviços Pedagógicos e de Pessoal
- Divisão da Rede

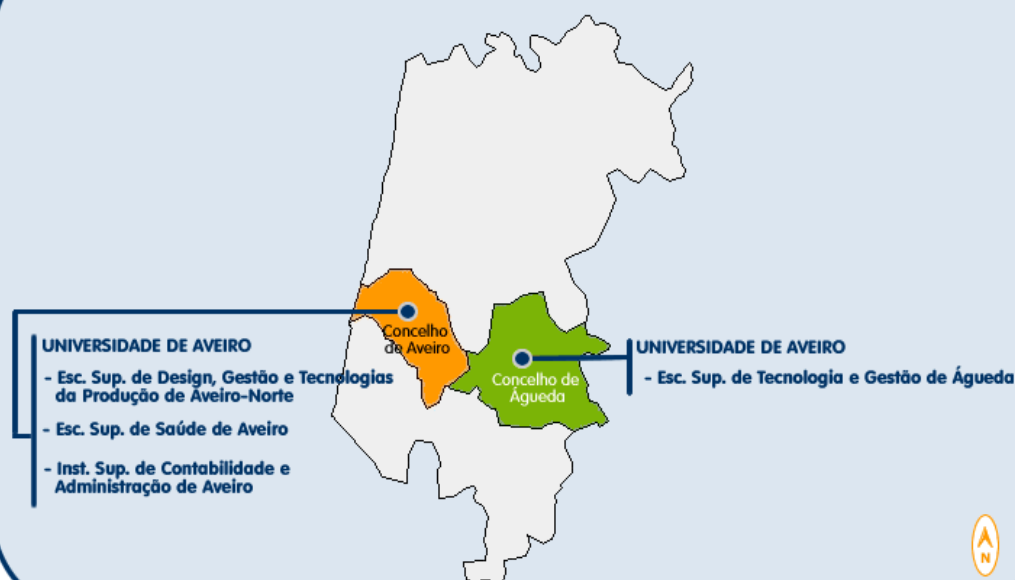


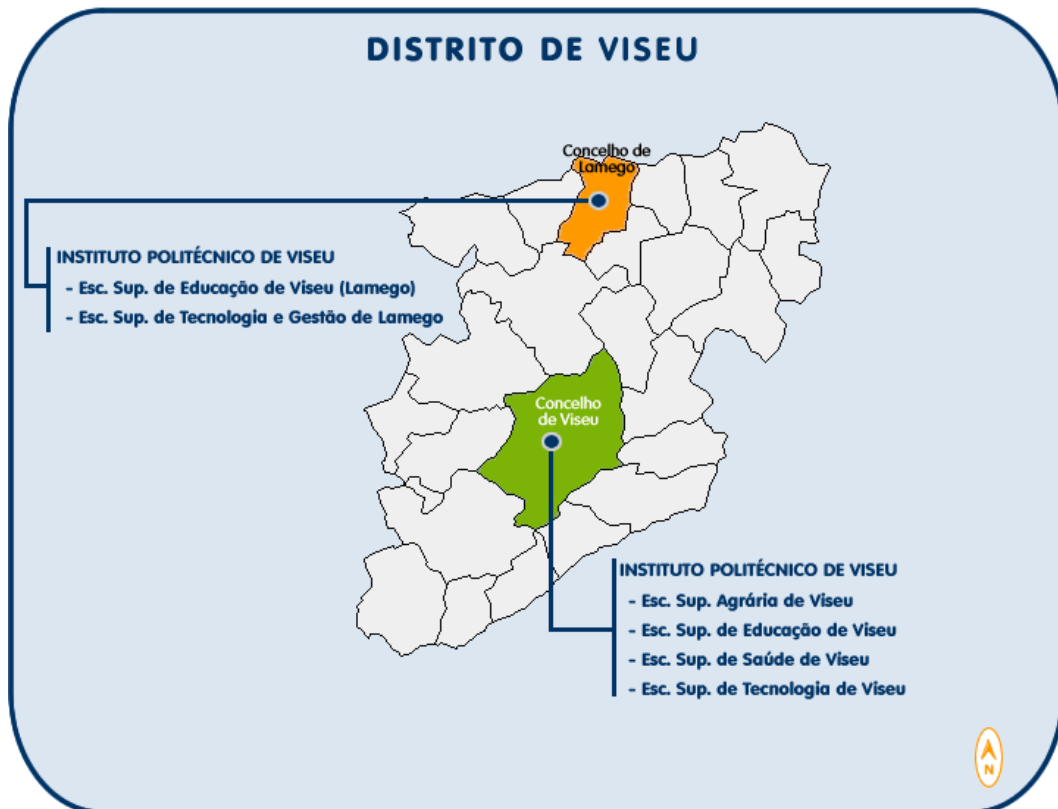


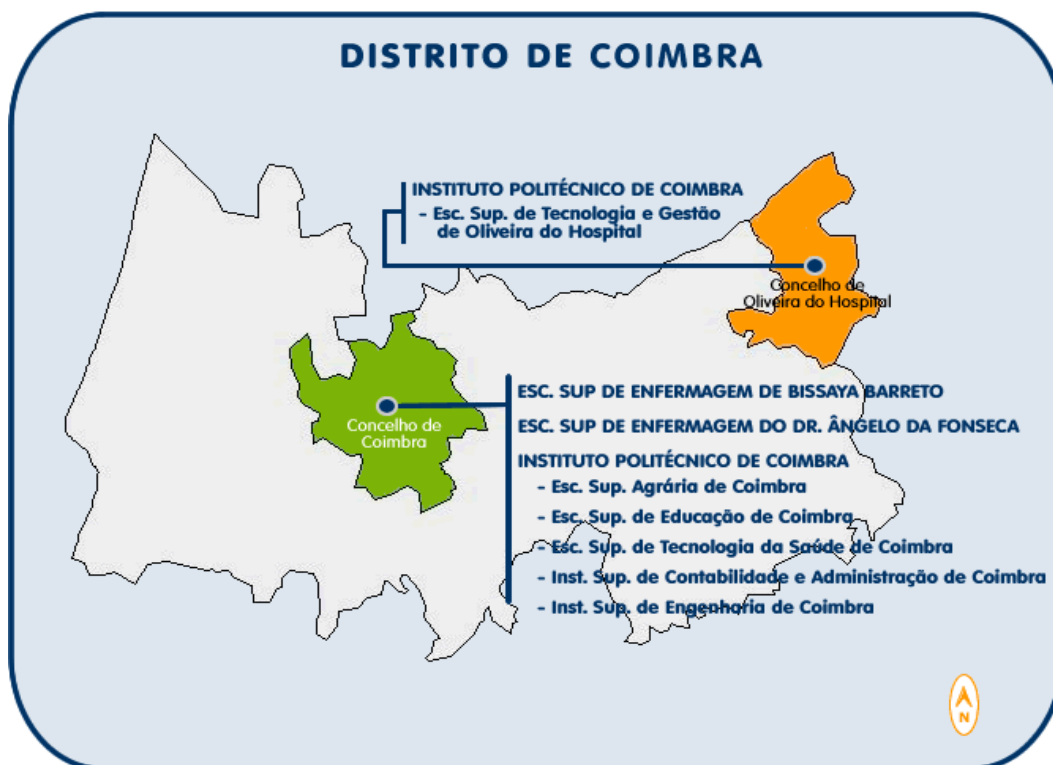
DISTRITO DE BRAGANÇA

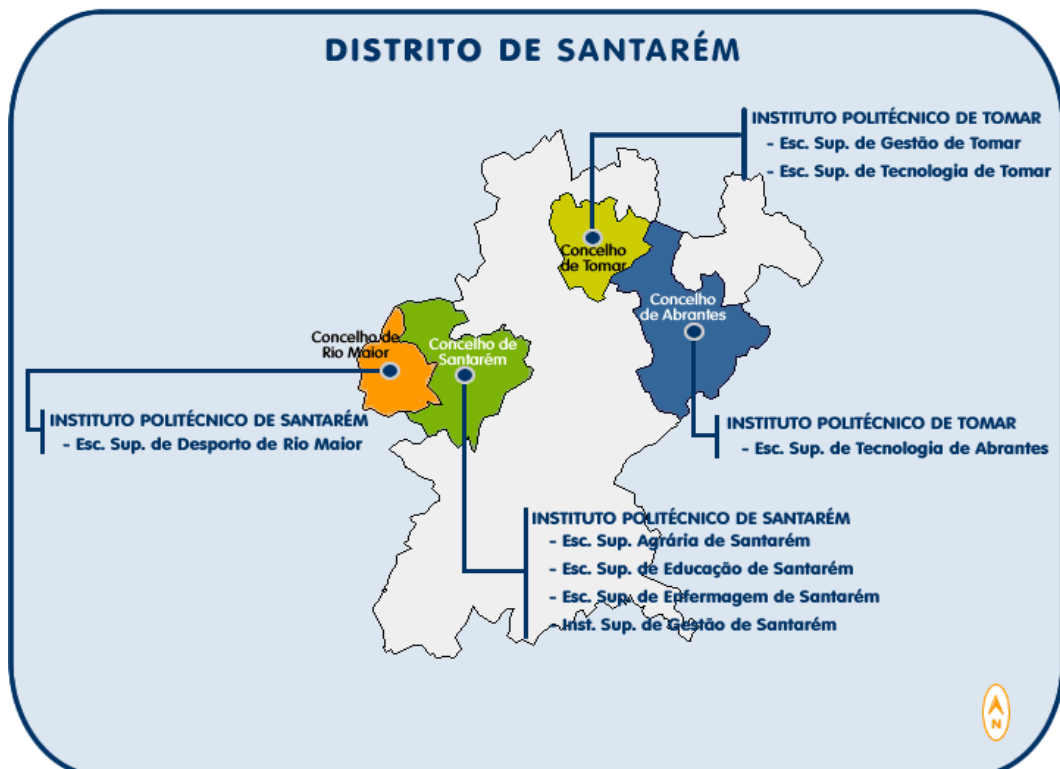
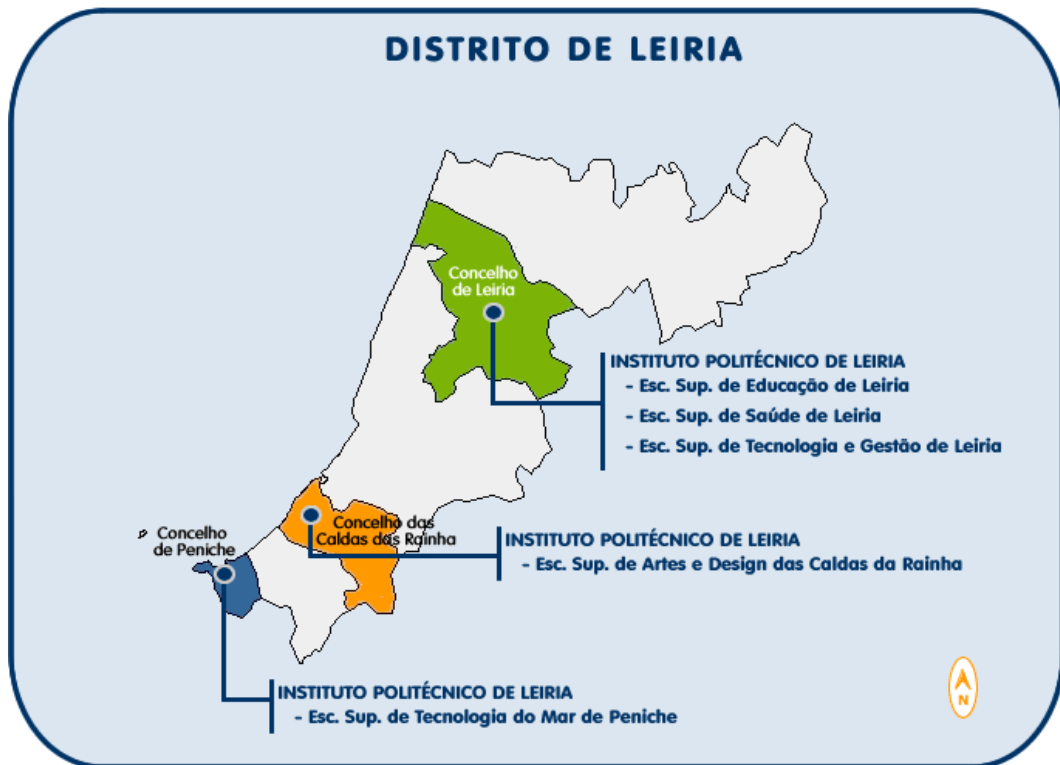


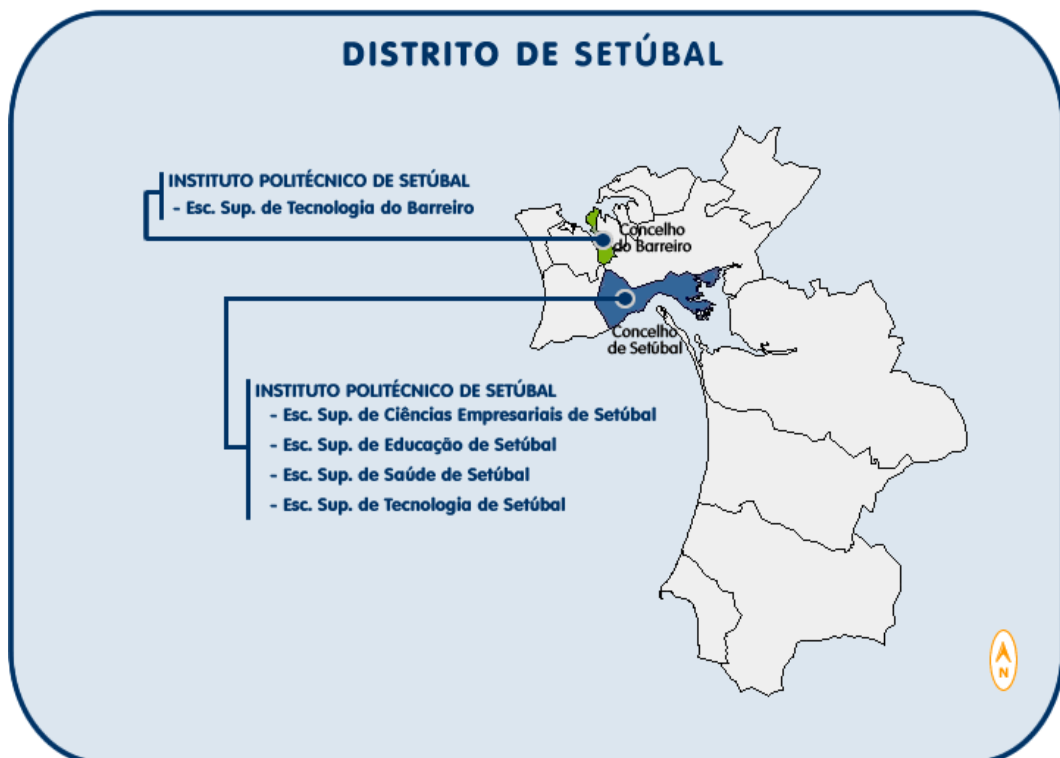
DISTRITO DE AVEIRO

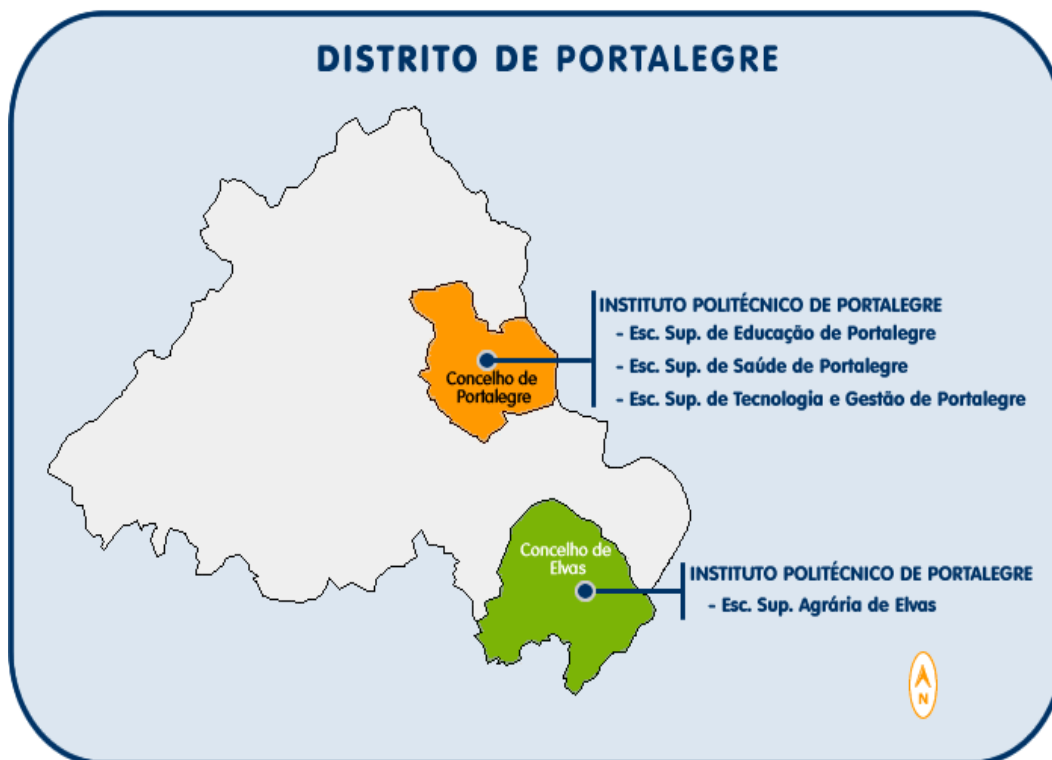


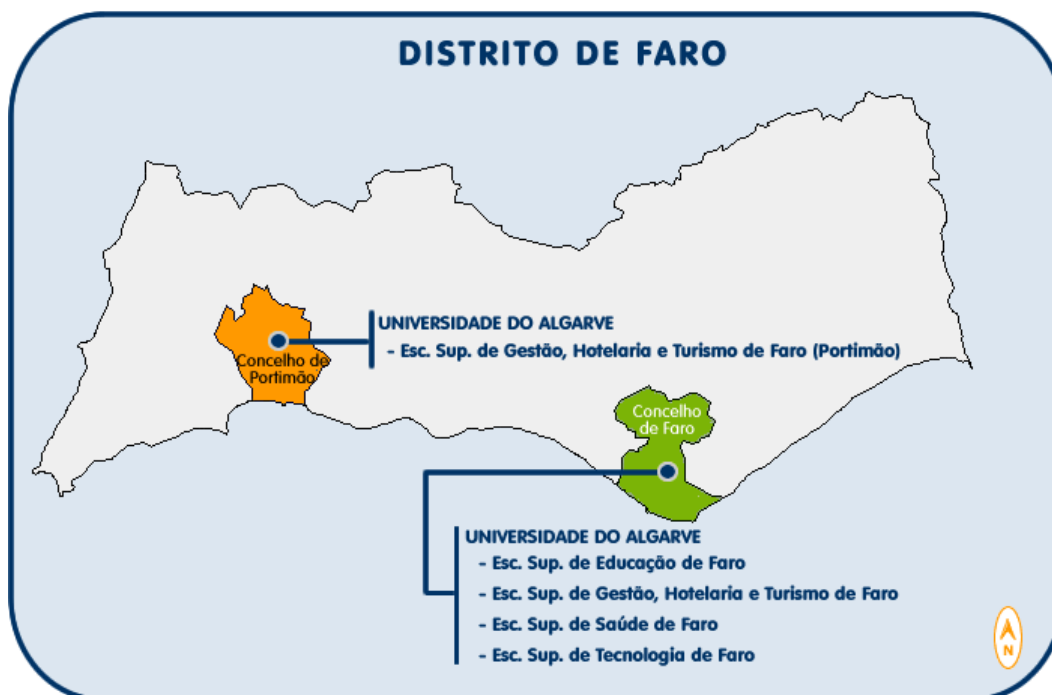












REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



Concelho do Funchal



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

